



EPAL

Grupo Águas de Portugal

Relatório & Contas **2015**



EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
Relatório e Contas *2015*

Índice

Mensagem do Presidente_7

A Empresa

Quem Somos_13

Missão, Objetivos e Políticas_13

A Empresa_15

Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais_16

Posicionamento_17

Carteira de Participações e Sucursais_17

Síntese de Indicadores_18

Reconhecimento/Prémios/Certificações_21

Destaques do Ano/Principais Acontecimentos_23

Relatório de Gestão

Linhas Estratégicas_29

Enquadramento_35

A Envoltente_35

O Setor_35

A Regulação_39

O Negócio_45

Introdução_45

Água em Alta_45

Água em Baixa_45

Outras Atividades_45

Sustentabilidade_49

Enquadramento_49

Stakeholders / Partes Interessadas_51

Gestão do Risco_52

Atividade Operacional_54

Investimentos_63

Gestão do Capital Humano_64

Financeira_67

Investigação e Desenvolvimento / Inovação_75

Eventos Posteriores ao Fecho_76

Cumprimento das Orientações Legais_77

Perspetivas Futuras_83

Considerações Finais_85

Proposta de Aplicação de Resultados_87

Anexo ao Relatório_89

Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras_93

Notas às Demonstrações Financeiras_99

Relatório e Parecer do Fiscal único_139

Certificação Legal das Contas_143



...destacar a consolidação e reforço da situação económica e financeira da empresa, que apresenta em 2015 resultados líquidos de 47 milhões de euros...



José Manuel Sardinha
Presidente do Conselho de Administração

Mensagem do Presidente

O ano 2015 ficou marcado pela reestruturação do grupo AdP o que envolveu fortemente a EPAL, não só em todo o processo de preparação, com permanente apoio ao Acionista, mas também pelas implicações associadas, designadamente com a atribuição à EPAL da gestão delegada dos sistemas de abastecimento e de saneamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), o que implicou uma profunda alteração da organização interna da empresa, com a mais que duplicação do seu quadro de pessoal, o alargamento da sua atividade à recolha e tratamento de águas residuais, a alteração de estruturas hierárquicas, entre outras. Face às alterações descritas, a 30 de junho foi iniciado um novo Mandato, para o triénio 2015 a 2017, com nomeação de novos órgãos sociais.

Foi um ano de grandes alterações e é por isso, com muita satisfação, que dirijo esta mensagem aos stakeholders da EPAL, lembrando alguns factos que ilustram a atividade desenvolvida e o desempenho alcançado, demonstrando que todos os desafios e metas que nos foram colocados pelo acionista e pela tutela setorial e financeira, foram escrupulosamente cumpridos e, em muitos casos, amplamente ultrapassados, o que ainda assim, não impediu, que a gestão da EPAL, com o apoio das trabalhadoras e dos trabalhadores, lançasse novos e ambiciosos projetos por forma a melhorar, ainda mais, a qualidade de serviço

prestado, criando novas oportunidades e aproveitando cada uma para desenvolver soluções inovadoras como, por exemplo, o Wattwater®, adicionando valor para a empresa e para a indústria da água ao nível nacional.

Gostaria de destacar a consolidação e reforço da situação económica e financeira da empresa, que apresenta em 2015 resultados líquidos de 47 milhões de euros, o que, expurgando os resultados não recorrentes obtidos em 2014, constitui o melhor resultado de sempre dado que os resultados líquidos de 2015 cresceram 4% face ao ano anterior; não obstante o volume de negócios ter, no mesmo período, aumentado apenas 1,4%.

De registar também, do ponto de vista ambiental, a adoção de novas práticas de otimização, na utilização de recursos e nos processos de produção e distribuição, com vista à redução dos impactos e riscos ambientais e o desenvolvimento de ações conducentes à melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho, de que é exemplo a remoção integral de estruturas com incorporação de amianto e o reforço das ações de formação nas mais variadas vertentes.

A reestruturação do Grupo Águas de Portugal materializou-se com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015 que criou o Sistema Multimunicipal Águas de Lisboa e Vale do Tejo, empresa que agrega os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e saneamento das extintas Águas do Zêzere e Côa, Águas do Centro, Águas do Oeste, SIMTEJO, SANEST, SIMARSUL, Águas do Norte Alentejano e Águas do Centro Alentejo, tendo o mesmo Decreto-Lei atribuído à EPAL, a gestão delegada deste novo Sistema, para além de proporcionar outras alterações às operações da EPAL, designadamente no que respeita ao património histórico gerido pela empresa na região de Lisboa.

No âmbito da referida gestão delegada, a EPAL passou a assumir a responsabilidade pela prestação de serviços de abastecimento e saneamento a 86 municípios do sistema da LVT, servindo 1,1 milhões de habitantes na atividade de abastecimento de água e 3,7 milhões habitantes na atividade de saneamento de águas residuais, e pela gestão e exploração de mais de 1.300 infraestruturas e cerca de 3.800 km de condutas adutoras na vertente abastecimento de água e de 1.200 instalações e mais de 2.200 km de coletores e emissários no que respeita ao saneamento, constituindo-se, portanto, como uma das grandes operadoras a nível europeu e até mundial.

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foram integrados nos quadros da EPAL, 862 trabalhadores provenientes das oito empresas extintas, reforçando assim as competências da empresa, através de uma equipa com cerca de 1500 profissionais que se caracteriza pela sua reconhecida competência técnica e diversidade de formação nas áreas da água e do ambiente.

No novo quadro de responsabilidades que assumiu, a EPAL tem privilegiado o bom relacionamento e uma postura de parceria institucional com os municípios utilizadores, refletindo a convicção de que o atual modelo de organização e gestão, num amplo território, requer um clima de entendimento e

cooperação institucional com os municípios, acionistas, tutela e regulador, para superar os enormes desafios e objetivos colocados à empresa, otimizando as soluções e tirando vantagem técnica da escala e massa crítica proporcionada quer pelo profissionalismo das trabalhadoras e trabalhadores da empresa quer pela contiguidade dos territórios anteriormente geridos por empresas distintas.

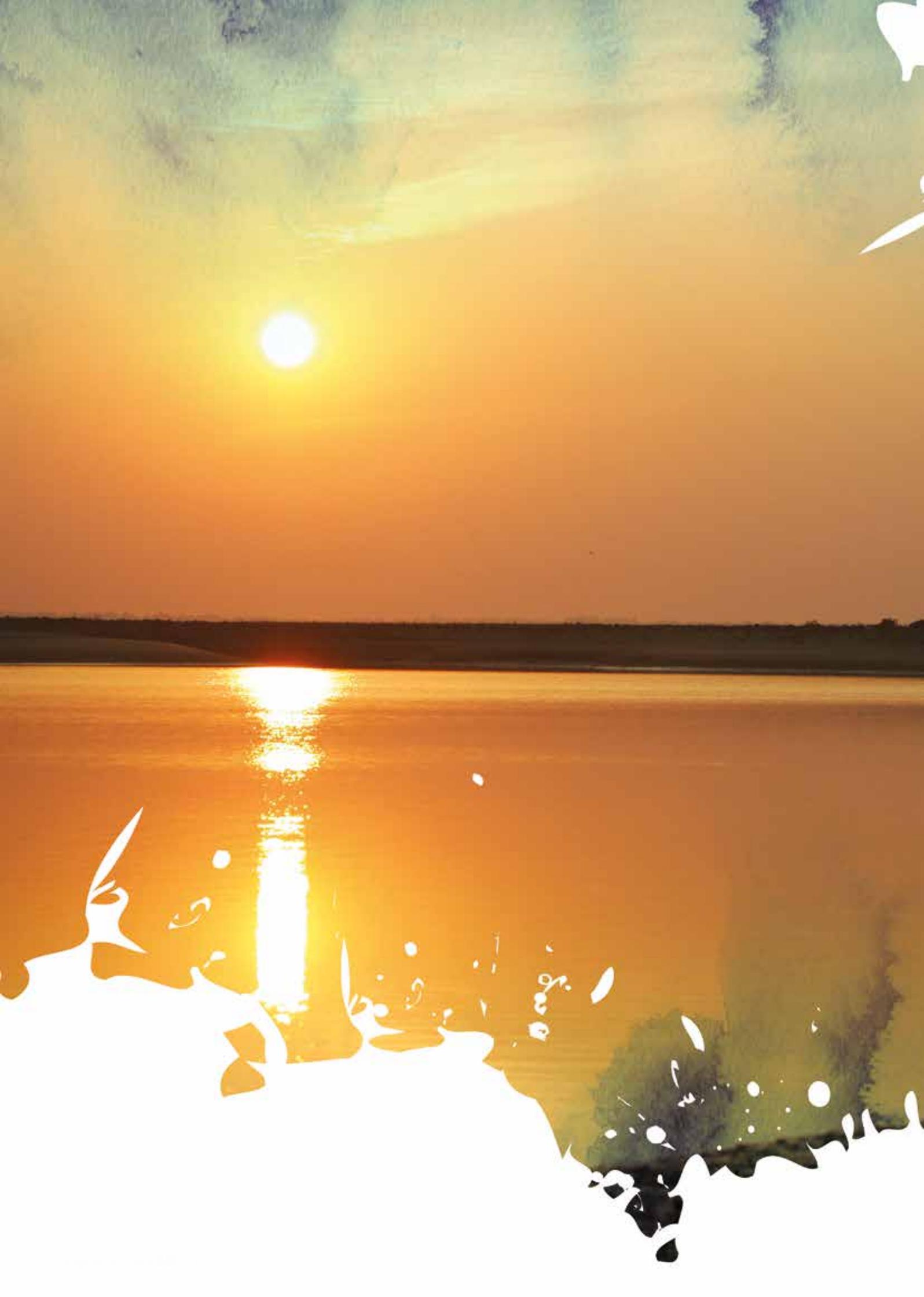
A EPAL assumiu, com empenho e determinação, o propósito de alargar e disseminar, por todo o novo território que lhe foi confiado, as suas práticas e o seu saber acumulado ao longo de 148 anos de atividade, em benefício das populações servidas. Nesta nova fase da sua atividade, servindo mais pessoas e mais território, a EPAL quer reforçar a sua posição de liderança nacional e reclamar um lugar de excelência e destaque no setor mundial da água.

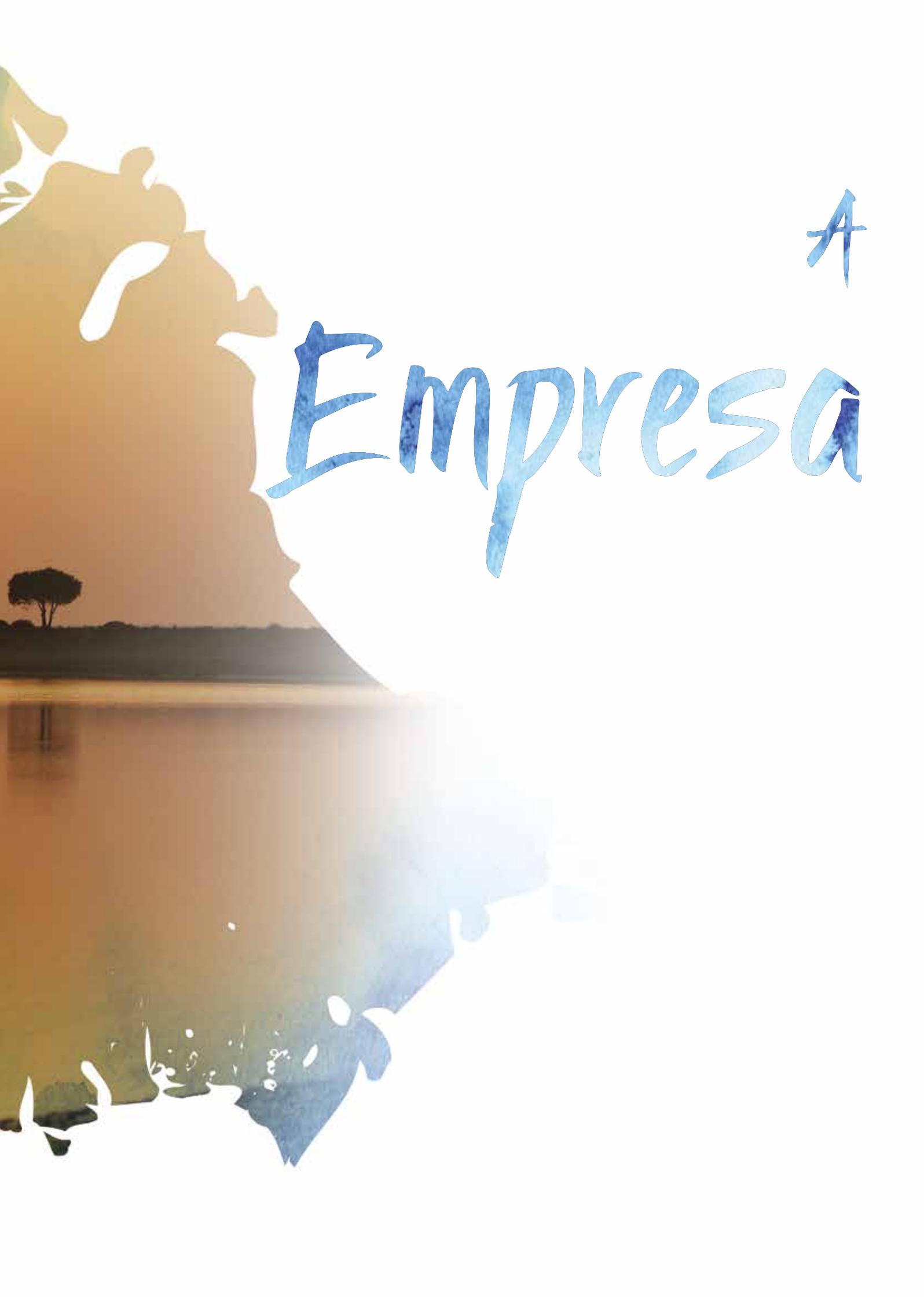
Cumpre-me, na apresentação deste relatório, e em nome de todo o Conselho de Administração testemunhar o enorme

esforço feito por todos os trabalhadores e trabalhadoras para que a agregação das empresas pudesse concretizar-se sem sobressaltos e sem quebra de serviço. O sucesso da operação deve-se, portanto, inteiramente aos trabalhadores e trabalhadoras que foram inextinguíveis. É com sincero reconhecimento que agradeço a todas e a todos o esforço que dedicaram à Empresa, a compreensão com que aceitaram as mudanças, a responsabilidade com que assumiram as dificuldades, e a elevação com que muitos aceitaram a alteração das suas posições hierárquicas, colocando o interesse comum acima do seu caso particular. Bem hajam.

Finalmente, registo uma palavra de profundo agradecimento, aos clientes e fornecedores da empresa, aos órgãos sociais, designadamente à Mesa da Assembleia Geral, ao Fiscal Único, ao ROC e ao Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável, ao Acionista, à Entidade Reguladora do Setor e à Tutela Governamental agradeço o espírito de permanente colaboração e apoio, o que constituiu um incentivo constante e determinante para o desempenho bem sucedido da nossa atuação.







A

Empresa



Quem
Somos

Quem Somos

Missão, objetivos e políticas

Missão

A EPAL tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Visão

Ser uma empresa de referência no setor da água. Orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

Valores

A EPAL, nas suas práticas quotidianas, orienta-se pelos seguintes Valores Éticos:

- Espírito de Serviço;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor;
- Transparência.

Princípios

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade do género;
- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

No enquadramento da Missão, Visão e Valores da EPAL, e num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde das/os trabalhadoras/es, assumem os seguintes compromissos:

- Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal de LVT – Assegurar a gestão delegada do Sistema de Lisboa e Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e do contrato de concessão da LVT, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- Responsabilidade empresarial - Garantir a qualidade dos serviços prestados, recorrendo a profissionais qualificados e assegurar, a partir de planos, processos e procedimentos adequados, a garantia e a salvaguarda da qualidade dos seus produtos e serviços, essenciais para a saúde pública e para a preservação do ambiente. Assegurar a disponibilidade de informação e de todos os recursos necessários para atingir os objetivos e metas;
- Satisfação do/a Cliente e das outras Partes Interessadas - Antecipar, avaliar e promover, de uma forma contínua, a satisfação das necessidades e expectativas dos/as seus/suas clientes, trabalhadores/as, restantes partes interessadas e comunidade com vista à melhoria dos serviços prestados;
- Melhoria contínua conducente à eficácia e eficiência - Desenvolver as suas atividades e prestar serviços avaliando e otimizando os processos e recursos, enquanto fatores instrumentais imprescindíveis à melhoria contínua, promovendo iniciativas e projetos conducentes à eficácia e eficiência da Empresa;
- Conhecimento e Formação - Potenciar o conhecimento pessoal e a plena capacitação profissional de todos/as os/as trabalhadores/as e colaboradores/as, através da adequação e atualização de competências, da sensibilização e formação, fomentando o seu envolvimento, criatividade e responsabilidade individual;
- Preservação da condição humana - Avaliar e controlar os perigos e riscos ao nível da saúde e segurança dos/as trabalhadores/as, estimulando a sua participação ativa no encontro de soluções que previnam a possibilidade de lesões e afeções para a saúde e a ocorrência de acidentes;
- Igualdade de género – Garantir a implementação das melhores práticas de promoção de igualdade de género, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais, implementando políticas adequadas de recursos humanos, como fator de desenvolvimento e de contributo ativo para a evolução da sociedade;
- Integridade, transparência e ética – Promover e assegurar práticas íntegras e transparentes de acordo com os princípios do pacto global das nações unidas e instruções nacionais e internacionais aplicáveis;
- Desenvolvimento sustentável - Promover os valores e as preocupações inerentes à prevenção e controlo dos impactos ambientais, com o objetivo de contribuir ativa e responsabilmente para um futuro sustentado, prevenindo a poluição e os acidentes ambientais e contribuindo para a preservação da biodiversidade e para a ecoeficiência das suas atividades;
- Racionalização dos investimentos - Formalizar metodologias e disponibilizar recursos de forma a garantir uma adequada gestão de ativos, maximizando o ciclo de vida dos ativos do negócio;
- Otimização dos recursos energéticos - Melhorar o desempenho energético global, nomeadamente o uso e consumo de energia e a eficiência energética, promovendo a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes;
- Responsabilidade social - Apoiar, promover e desenvolver ações socialmente responsáveis, assegurando o bem-estar dos/as seus/suas trabalhadores/as, através da implementação de práticas de organização do trabalho que potenciem a conciliação e o equilíbrio entre as obrigações profissionais, familiares e a vida pessoal;
- Envolvimento da cadeia de fornecimento – Fomentar que empreiteiros, fornecedores e prestadores de serviços partilhem os mesmos valores, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas;
- Reforço da resiliência – Promover a adequada proteção da segurança das infraestruturas críticas, identificar e avaliar oportunidades e ameaças, definindo e planeando estratégias e táticas, de forma a potenciar a gestão dos riscos e de crises, para poder responder a situações de força maior ou de disrupção, garantindo a continuidade do negócio;
- Segurança da informação - Gerir, adequadamente, o risco dos sistemas de tecnologias de informação, contribuindo para uma utilização mais segura dos sistemas que suportam o negócio de forma a garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação da empresa e dos seus clientes.

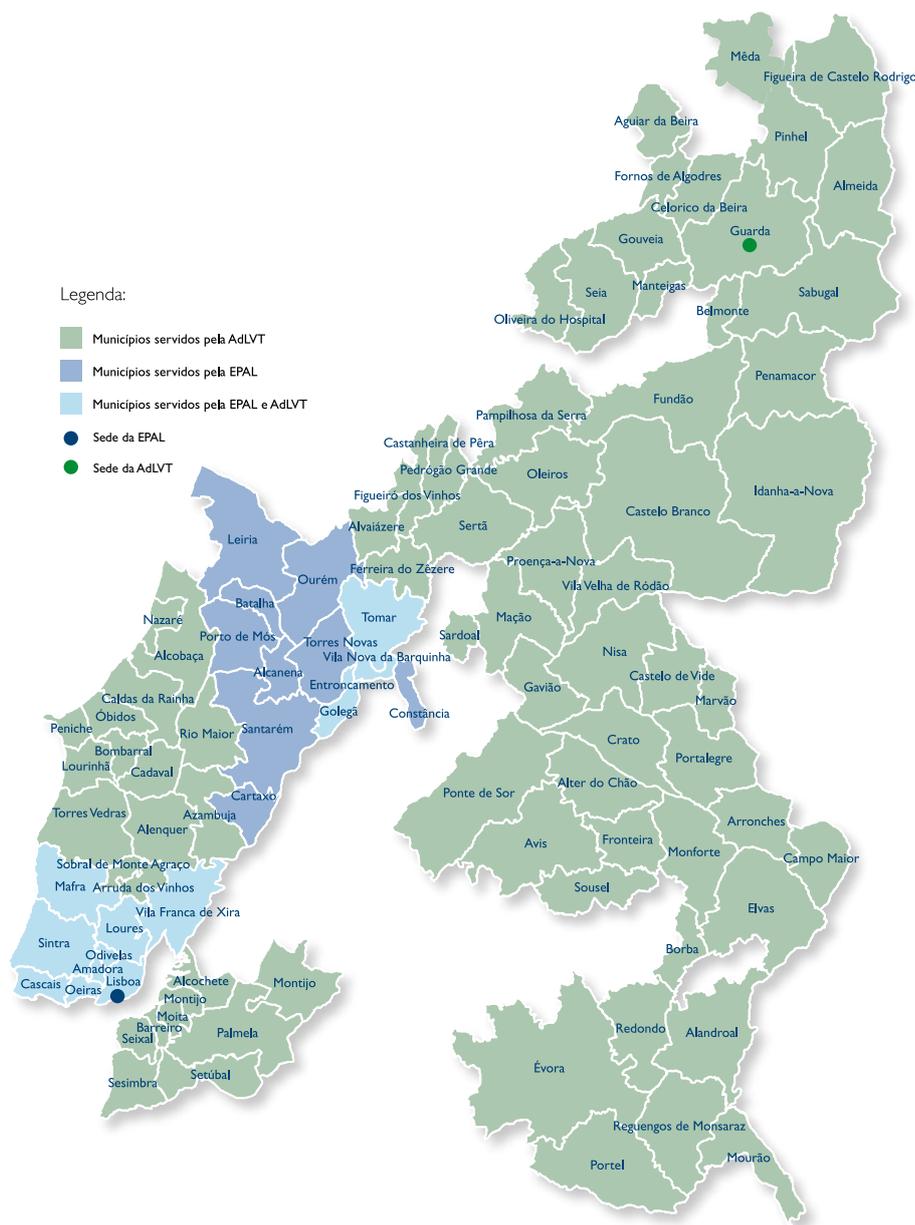
A Empresa

A EPAL é sucessora da centenária CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de abril de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo AdP – Águas de Portugal SGPS, SA.

Atualmente a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.

A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa).

Desde julho de 2015, a EPAL é responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, sistema que integra um universo de 86 municípios. Atualmente a área servida pela EPAL e LVT abrange 95 municípios que ocupam uma área territorial correspondente a um terço do território continental português, servindo 3,8 milhões de habitantes.



Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

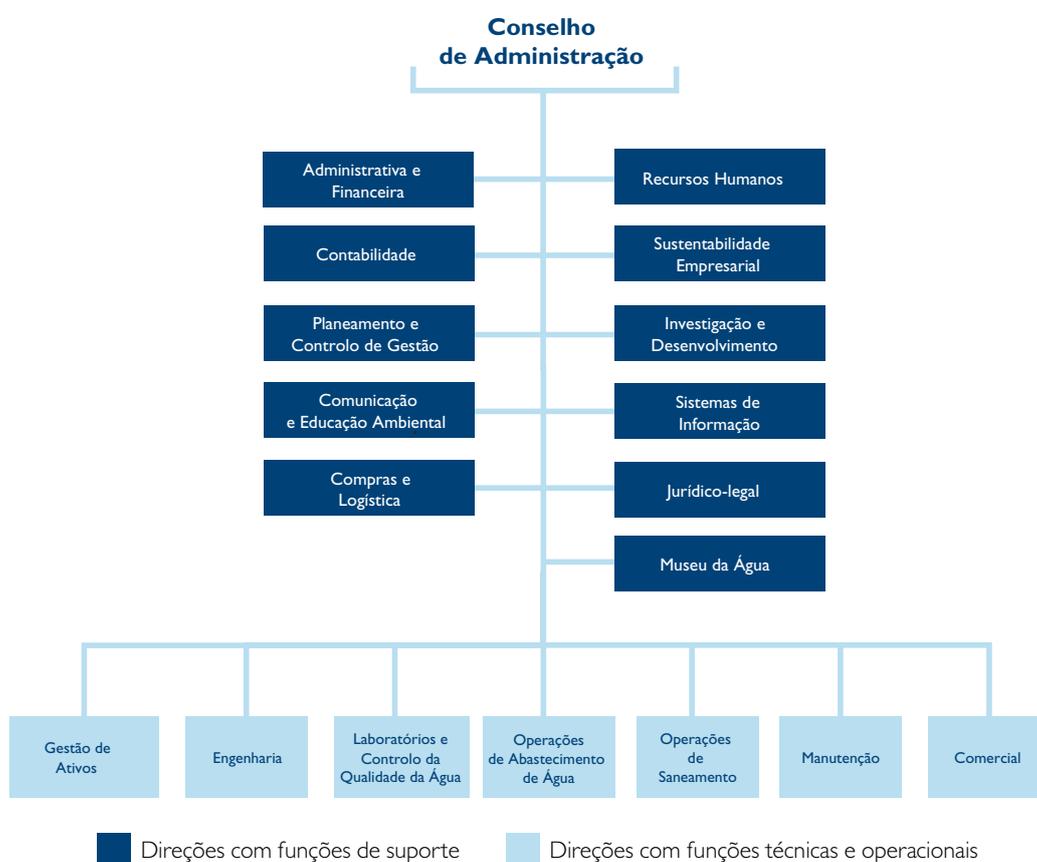
Estrutura Acionista

A EPAL é uma sociedade anónima com o capital social público de 150.000.000 euros (cento e cinquenta milhões de euros), integralmente detido pela AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA. O capital social está dividido em 30.000.000 (trinta milhões) de ações, com o valor nominal de cinco euros cada.

A Águas de Portugal foi constituída em 1993, ao abrigo do direito comercial privado, e tem como acionistas a Parpública – Participações Públicas, SGPS, SA, e a Parcaixa, SGPS, SA.

Estrutura Organizacional

A reestruturação do Setor da Água, operada pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, em que é atribuída à EPAL a gestão delegada do sistema da LVT deu origem à alteração da estrutura orgânica da empresa, a qual passou a ser a seguinte:



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente | AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água

Vice-presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA

Secretária | Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente | Eng.º José Manuel Leitão Sardinha

Vice-presidente | Dra. Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

Vogal | Dra. Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura

Vogal | Dra. Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Vogal | Eng.º José António Afonso Calmeiro

Secretário da Sociedade

Efetivo | Dr. José Manuel Zenha

Suplente | Dr. Luis Durão

Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efetivo | PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda, representada por Dr. João Rui Fernandes Ramos

Fiscal Único Suplente | Dr. José Manuel Henriques Bernardo

Revisor Oficial de Contas Efetivo | PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., representada por Dr. João Rui Fernandes Ramos

Comissão de Vencimentos

Presidente | Eng.º Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria

Vogal | Dr. Paulo Jorge Pinto da Silva

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Presidente | Eng.º Carlos Pimenta

Vogal | Prof.ª Maria Paula Batista Antunes

Vogal | Eng.º Manuel Duarte Pinheiro

Posicionamento

Na representação gráfica que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de abastecimento, desde a origem de água (captação) até à distribuição ao cliente final.

Operação - Água



Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2015, a EPAL não detinha participações sociais em nenhuma sociedade, nem tinha qualquer sucursal.

Síntese de Indicadores

Indicadores de Atividade

		2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Volume de água vendida (m ³)	m ³	198.667.724	192.067.383	197.023.373	4.955.990	2,6%
Clientes Diretos	n ^o	347.233	349.151	351.041	1.890	0,5%
Clientes Municipais	n ^o	17	17	17	0	0,0%
Clientes Multimunicipais	n ^o	3	3	2	-1	-33,3%
Municípios direta e indiretamente Abastecidos (exclui Lisboa)	n ^o	34	34	34	0	0,0%
Consumidores	n ^o	2.859.714	2.846.875	⁽¹⁾ 2.842.185	-4.690	-0,2%
Área abastecida (km ²)	km ²	7.090	7.095	⁽²⁾ 7.095	0	0,0%

⁽¹⁾ INE - População residente na área abastecida (Estimativas anuais INE, ano de referência 2014)

⁽²⁾ Área em km² (ano de referência a 2014)

Indicadores Financeiros

		2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Capital Social	10 ⁶ EUR	150,0	150,0	150,0	0,0	0,0%
Capital Próprio	10 ⁶ EUR	536,3	561,8	579,1	17,3	3,1%
Ativo Líquido Total	10 ⁶ EUR	863,7	865,1	857,1	-8,0	-0,9%
Passivo Total	10 ⁶ EUR	327,5	303,4	278,0	-25,3	-8,3%
Volume de Negócios	10 ⁶ EUR	143,1	142,0	143,9	2,0	1,4%
CMVMC	10 ⁶ EUR	2,3	2,2	2,2	0,0	2,0%
Fornecimento e Serviços Externos	10 ⁶ EUR	32,1	29,1	29,0	-0,1	-0,4%
Investimento	10 ⁶ EUR	6,6	15,8	10,2	-5,6	-35,6%
Endividamento Bancário	10 ⁶ EUR	205,3	187,4	169,5	-17,9	-9,6%
EBITDA	10 ⁶ EUR	81,4	102,4	93,3	-9,2	-8,9%
Resultado Líquido do Exercício	10 ⁶ EUR	40,0	54,0	47,1	-6,9	-12,8%
Evolução do Número de Trabalhadores	n.º	1 598	1 559	1 494	-65	-4,2%
N.º de Trabalhadores ⁽¹⁾ (EPAL)	n.º	694	675	647	-28	-4,1%
N.º de Trabalhadores ⁽¹⁾ (LVT)	n.º	904	884	847	-37	-4,2%
Prazo Médio de Pagamentos	dias	30	38	43	+5	+13,2%
Prazo Médio de Recebimentos	dias	40	58	51	-7	-12,1%

⁽¹⁾ De acordo com a origem.



Reconhecimento

Prêmios

Certificações

Reconhecimento/Prémios/Certificações



Green Project Awards

Esta iniciativa distingue os projetos que promovam as boas práticas, fomentem o empreendedorismo, a inovação, o desenvolvimento sustentável e a economia verde.

Os Green Project Awards 2015 distinguiram com uma Menção Honrosa a campanha "Leve a água da torneira consigo. Leve no preço. Leve no ambiente", na categoria "Iniciativa de Mobilização".



APCE - Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa

O Grande Prémio Excelência em Comunicação da APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, 2015, distinguiu o Projeto de “Requalificação da Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos e Exposição Permanente do Museu da Água” com o prémio da categoria “Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial”.

Receberam, ainda, a distinção de Mérito os seguintes trabalhos:

- “Barbadinhos do Vapor ao Museu”, na categoria “Edição Especial”
- “Site EPAL”, na categoria “Website”
- “Foca BEEP, sabes poupar água?”, na categoria “Campanha de Comunicação de Responsabilidade Social”
- “Leve a água da torneira consigo. Leve no preço. Leve no ambiente”, na categoria “Campanha de Comunicação Institucional”
- “Congresso IWA movido a água da torneira”, na categoria especial “Surpreenda-nos”.



Prémios APOM 2015

A Associação Portuguesa de Museologia (APOM) distinguiu a EPAL com o Prémio Instituição pelo trabalho desenvolvido no âmbito do seu património museológico.



iF Design Award 2015

A IF International Forum Design GmbH distinguiu a garrafa reutilizável da EPAL "Fill Forever" com o prémio iF Design Award 2015 na disciplina de Packaging Design na categoria de Beverages.



Prémio Inovação NOS

Waterbeep recebeu Menção Honrosa do Prémio Inovação NOS, na categoria Grandes Empresas, que premeia os projetos e produtos mais inovadores do mundo empresarial.

A rectangular area filled with blue watercolor paint, showing various shades and textures, serving as a background for the text.

Destagues do Ano

Principais
acontecimentos

Destques do Ano / Principais Acontecimentos

Este capítulo tem normalmente por objetivo apresentar uma síntese dos acontecimentos do ano mais marcantes na vida da empresa. Acontece, porém, que o ano de 2015 fica marcado por um Acontecimento Principal: a delegação na EPAL da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, razão pela qual se destaca este acontecimento dos restantes.

I. Delegação na EPAL da gestão da LVT e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015

A criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, da correspondente Concessão, a constituição da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e a delegação da gestão desse sistema na EPAL, por conta da sociedade LVT, pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, tiveram um impacto significativo na atividade da EPAL. Com efeito, a EPAL passou a gerir, a partir de 30 de junho de 2015, para além do seu próprio sistema, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que abrange os extintos sistemas multimunicipais geridos pela SANEST, SIMTEJO, SIMARSUL, Águas do Centro, Águas do Zêzere e Côa, Águas do Centro Alentejo, Águas do Norte Alentejano e Águas do Oeste, correspondente a um total de 86 Municípios abrangidos. O Relatório e Contas da Águas de Lisboa e Vale do Tejo contém informação detalhada sobre as atividades desenvolvidas durante o exercício.

No âmbito da gestão delegada desse sistema (LVT), a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas afetas ao sistema LVT, como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema, designadamente construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade LVT; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A EPAL assumiu, ainda, a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, as trabalhadoras e trabalhadores da sociedade LVT foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, enquanto durar a gestão delegada.

Atendendo às referidas atribuições de gestão delegadas na EPAL e à transferência das trabalhadoras e trabalhadores da LVT para a EPAL, foi necessário implementar uma nova estrutura organizacional na EPAL, que reflete a gestão conjunta dos Sistemas da EPAL e da LVT.

Embora a estrutura organizacional seja única, e tendo presente que a assunção pela EPAL da gestão do sistema LVT dá lugar ao reembolso pela sociedade à EPAL dos custos efetivamente incorridos por esta com a gestão do sistema, sem qualquer margem associada, foi necessário reformular o sistema de contabilidade analítica da EPAL, por forma a assegurar a segregação da atividade de gestão do sistema LVT das restantes atividades exercidas pela EPAL: abastecimento de água em alta (produção e transporte) e abastecimento de água em baixa no município de Lisboa (distribuição).

A constituição e implementação deste novo sistema, envolveu significativamente a EPAL, afetando a atividade corrente da empresa. Merecem especial referência, as atividades relacionadas com a implementação da nova estrutura organizativa, única para a EPAL e LVT e a colocação das trabalhadoras e trabalhadores nas novas áreas organizativas e nos novos locais de trabalho, processo que foi feito de forma faseada, com maior incidência entre os meses de julho e setembro.

A assunção da exploração dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais das oito empresas agregadas, merece, pela dimensão e complexidade da tarefa, especial destaque. Esta agregação operacional implicou adaptações funcionais com a redistribuição de responsabilidades entre Direções (uma vez que nas antigas empresas a mesma responsabilidade estava acometida a áreas diferentes). Não obstante este trabalho de promover a coerência operacional anteriormente dividida por várias empresas, foi possível, desde logo, criar algumas sinergias, bem como promover alguns programas de otimização. Estas otimizações aconteceram também ao nível da gestão dos recursos humanos, tendo-se concretizado adaptações nas estruturas de forma a ser possível uma melhor resposta operacional.

Destaca-se, o esforço efetuado na uniformização de procedimentos comuns à LVT, passando toda a organização a reger-se por regras únicas, com a conseqüente alteração das metodologias habituais das empresas agregadas. Em concomitância, nos casos aplicáveis, e por a gestão e estrutura organizativa ser conjunta, alinharam-se igualmente os procedimentos, sobretudo ao nível das delegações de competências, processos financeiros, administrativos e logísticos.

Um outro facto relevante, ainda decorrente do Decreto-Lei n.º 94/2015, foi a criação do regime de uniformidade tarifária, entre a EPAL e a LVT, e que implica que, a partir de 1 de janeiro de 2016, a EPAL tenha de:

- transferir para a LVT o montante relativo à “Componente Tarifária Acrescida” (Anexo IV do Diploma) cobrado pela EPAL aos seus clientes em “alta”; esta operação não tem implicação direta nos gastos e rendimentos da EPAL, mas apenas em termos financeiros, uma vez que estes movimentos contabilísticos são registados em contas de terceiros;
- pagar à LVT o montante relativo à “Componente Tarifária Acrescida” sobre os volumes fornecidos pela EPAL em alta à atividade de distribuição domiciliária em Lisboa (EPAL Baixa); esta operação implica, quer um acréscimo de gastos para a EPAL, referente à “Componente Tarifária Acrescida”, quer um correspondente acréscimo de rendimentos, uma vez que esse efeito da “Componente Tarifária Acrescida” é incorporado na tarifa faturada aos utilizadores finais da atividade de distribuição em Lisboa.

O Decreto-Lei n.º 94/2015 trouxe também alterações relevantes ao nível da Regulação Económica da EPAL. O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL, previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho – diploma que rege a EPAL e estabelece os Estatutos da Empresa - foi alterado pelo artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 94/2015. De acordo com a nova redação do n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei 230/91, a EPAL fica sujeita às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários previstos nos estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março, nos termos definidos nos números seguintes desse artigo 10.º, e salvaguardadas as suas especificidades, incluindo o seu modelo de gestão.

Por último no que se refere ao Decreto-Lei n.º 94/2015, mas não menos importante, de salientar que as tarifas a aplicar pela EPAL no período de convergência tarifária (2016-2020), encontram-se fixadas nos Anexos IV e V do Decreto-Lei n.º 94/2015.

2. Outros acontecimentos a destacar

Merece especial destaque o excelente desempenho económico conseguido pela EPAL em 2015, reflexo do contínuo esforço na procura da melhoria da eficiência e da otimização dos processos, que muito contribui para a sólida posição e estrutura financeira da Empresa e, para a sustentabilidade económica do Grupo em que se insere.

No que respeita à atividade operacional da EPAL, é de realçar que após 10 anos consecutivos de redução nos volumes vendidos, assiste-se em 2015 a um acréscimo de 5,0 milhões de m³, verificando-se um crescimento tanto nos clientes municipais e multimunicipais como nos clientes diretos.

Salienta-se ainda o contrato celebrado, em 21 de maio de 2015, entre a EPAL e a Águas do Oeste (agora agregada na LVT), relativo ao Aditamento ao Contrato de Abastecimento de Água estabelecido entre as partes em 2003, e que produzirá efeitos no início de 2016. Este Aditamento altera o prazo do contrato anterior, revê os volumes a fornecer e a correspondente tarifa e altera o âmbito do serviço prestado, em que a EPAL assume a exclusividade pelo fornecimento de água ao sistema, passa a explorar o sistema de abastecimento de água da extinta Águas do Oeste, assumindo todos os gastos de exploração e manutenção do sistema e o pessoal da extinta Águas do Oeste afeto à atividade de abastecimento de água.







Relatório de Gestão



Linhas Estratégicas

Linhas Estratégicas

A EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, que integra o Grupo Águas de Portugal.

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas.

As orientações da tutela setorial ao Grupo AdP são igualmente aplicáveis, com as devidas adaptações, às empresas que o integram, como é o caso da EPAL.

Neste sentido, por Deliberação Unânime por escrito do acionista único, em 30 de junho, foram aprovadas as Orientações Estratégicas para o mandato 2015 – 2017 que a seguir se apresentam.

Deveres e responsabilidades da Administração

O Conselho de Administração da EPAL, no desenvolvimento das suas atividades e tarefas terá em conta o estabelecido na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, na sua atual redação, que estabelece para os gestores públicos, em especial os que exercem funções executivas, as seguintes obrigações:

- Assegurar a concretização da missão, das orientações estratégicas e dos objetivos de gestão, definidas nos termos da lei, designadamente os previstos no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas e zelar pelo cumprimento de outras orientações que sejam emanadas pelos mesmos e pela Tutela Setorial e Financeira;
- Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho da empresa, nas matérias da sua competência, pelo cumprimento das metas e responsabilidades estabelecidas e pela concretização dos planos de atividades, orçamentos e planos de investimento anuais devidamente aprovados;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes, avaliando e gerindo os riscos inerentes às atividades da empresa;
- Propor as ações que se revelarem apropriadas para a consolidação e desenvolvimento da empresa;
- Implementar as medidas e as ações que venham a ser emanadas pelo conselho de administração da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, em particular aquelas que resultem de orientações da tutela setorial;

Os gestores públicos que integram o conselho de administração da EPAL, estão, ainda, sujeitos ao código de ética da empresa e aceites no setor de atividade estando igualmente sujeitos ao cumprimento das melhores práticas corporate e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, respeito pela concorrência e pelos agentes do mercado e pela prestação de informação sobre a sua organização e as atividades envolvidas.

Orientações Estratégicas Gerais

Para além do cumprimento de outras orientações que vierem a ser determinadas nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o conselho de administração da EPAL, sem prejuízo da sua autonomia de gestão, deve, na medida das suas competências:

- Cumprir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;

- Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adotar metodologias que lhe permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Conceber e implementar políticas de recursos humanos orientados para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhe estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- Adotar sistema de informação e de controlo interno adequados à dimensão e complexidade da empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito (sistemas de informação e controlo de riscos).

A administração da EPAL, na qualidade de empresa do setor empresarial do Estado, deverá ainda:

- Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, através da utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência, que possibilitem à empresa o sucesso no caminho da procura da sustentabilidade empresarial, assente, fundamentalmente, numa filosofia de gestão que contemple as dimensões económica, ambiental, social e ética;
- Implementar uma filosofia de gestão profissionalizada, baseada nas competências adequadas e no incremento da capacidade produtiva segundo os mais exigentes parâmetros de qualidade, em prol do cumprimento da sua missão;
- Adotar as melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado;

A administração da EPAL, está obrigada ao cumprimento dos deveres de informação, nos termos e prazos fixados, junto da Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral do Tesouro e Finanças, Tribunal de Contas, e outros, para efeitos de acompanhamento e monitorização.

Orientações Estratégicas Específicas

O conselho de administração da EPAL, no quadro da missão definida deverá ainda no presente mandato (2015 – 2017):

- Assegurar a prossecução das políticas setoriais que enquadram a sua atividade e a criação de valor acionista, com especial enfoque para uma prudencial gestão do risco e mobilização de recursos financeiros;
- Assegurar, na parte que diz respeito à EPAL e à LVT, a implementação da reorganização do setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais nos termos definidos pelo Governo, com prioridade para a sustentabilidade económica e financeira das operações nestes domínios, para uma contínua melhoria da eficiência na prestação de serviços e para a promoção da coesão territorial;
- Colaborar, na medida do possível, para a implementação da reorganização corporativa do Grupo AdP, que deverá proporcionar redução de custos operacionais e de gastos com o pessoal numa ótica de gestão mais eficiente e mais sustentável;
- Promover a melhoria da eficiência estrutural do setor com aproveitamento de economias de escala e de gama decorrentes da agregação dos sistemas multimunicipais, potenciando os benefícios em termos de redução das tarifas e de harmonização tarifária no âmbito da reorganização territorial promovida através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio;

- Assegurar a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes;
- Prosseguir a promoção da eficiência, desenvolvendo soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água;
- Prosseguir a implementação de soluções que promovam a resolução do desvio de recuperação de gastos no âmbito do sistema LVT, numa ótica de sustentabilidade económica e financeira das operações;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor, através da implementação de soluções que conciliem o indispensável crescimento económico, com um menor consumo de recursos naturais e com a justiça social e a qualidade de vida das populações, em cumprimento das bases formuladas no âmbito do Compromisso para o Crescimento Verde;
- Desenvolver uma estratégia integrada de Investigação e Desenvolvimento e Inovação (I&D I), promovendo o desenvolvimento de projetos-piloto, em tecnologias disruptivas com potencial impacto em termos de sustentabilidade e de eficiência no uso dos recursos, em consonância com os objetivos nacionais para este domínio;
- Desenvolver a sua atividade no quadro de uma rigorosa execução do plano estratégico setorial para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais urbanas (PENSAAR 2020), que corresponde à visão do Estado para o setor;
- Promover o aparecimento de economias de processo, através da possibilidade da integração dos sistemas em “alta” e em “baixa”, de acordo com a vontade livremente manifestada pelos Municípios envolvidos, e desde que as soluções encontradas sejam técnica, económica e financeiramente racionais e tornem evidentes os benefícios em termos de redução de custos unitários;
- Promover a melhoria da eficiência operacional da EPAL e LVT, que devem procurar adotar, face à legislação existente, a organização-tipo mais apropriada, nomeadamente ao nível do quadro de pessoal, dos conteúdos funcionais, dos circuitos de informação, das rotinas administrativas, dos recursos financeiros, do planeamento, do orçamento, do controlo e da garantia da qualidade;
- Atingir as metas previstas no PENSAAR 2020 de acesso das populações aos serviços públicos de águas, promovendo a construção das infraestruturas ainda necessárias, com recurso a soluções e tecnologias adequadas que permitam a redução de perdas no sistema;
- Colaborar para a melhoria do estado ecológico e químico das massas de água tal como previsto no Plano Nacional da Água e na Diretiva-Quadro da Água e promover ações com vista à adaptação às alterações climáticas, bem como à conservação da natureza;
- Atingir os objetivos de continuidade e qualidade de serviço, quer no abastecimento de água, aumentando a adesão dos utilizadores ao serviço e otimizando a capacidade instalada das infraestruturas, quer no saneamento de águas residuais, reforçando o cumprimento dos parâmetros de descarga, aumentando a adesão dos utilizadores ao serviço e otimizando a capacidade instalada das infraestruturas, nomeadamente de tratamento;
- Assegurar os meios necessários para garantir a redução das infiltrações e afluência de águas pluviais;
- Desenvolver atividades que contribuam para o Crescimento Verde e para uma economia de baixo carbono que conduzam à minimização de resíduos e valorização dos subprodutos, eficiência de recursos, eficiência energética e recurso a energias renováveis que decorrem da sua atividade;
- Contribuir para o desenvolvimento de modelos de governança colaborativos com os municípios, com normalização das relações com as Autarquias, potenciando as sinergias de uma gestão partilhada e da convergência de objetivos, com vantagens mútuas e em benefício dos consumidores;
- Atuar no estrito cumprimento do quadro legislativo e contratual, nomeadamente o regime jurídico do setor e a regulamentação ambiental, tarifária, da qualidade de serviço e da qualidade da água, de proteção do consumidor e da concorrência;
- Atuar no estrito cumprimento do contrato de concessão, no que diz respeito à LVT, celebrado com o Estado, propondo a sua revisão sempre que os pressupostos se alterem significativamente, designadamente em termos de partilha de risco/benefícios;
- Atuar em colaboração e no respeito pelas atribuições das entidades públicas envolvidas no setor, designadamente a entidade reguladora e a autoridade ambiental, de recursos hídricos, de saúde, da defesa do utilizador e da concorrência;
- Praticar uma política tarifária no quadro dos princípios do “utilizador-pagador” e do “poluidor-pagador” que promova uma recuperação gradual de custos e de remuneração acionista, num ambiente de grande eficiência e compatível com a capacidade económica da população, nomeadamente da mais carenciada;

- Assegurar o aproveitamento otimizado do financiamento do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), priorizando projetos que maximizem o benefício dos investimentos já realizados, melhorem significativamente a qualidade do serviço, bem como o desempenho ambiental, e permitam tarifas aceitáveis para o nível de desenvolvimento económico e social das populações;
- Contribuir para a qualificação dos recursos humanos e inovação do setor em colaboração com outras entidades, fatores essenciais para a garantia de qualidade geral, nomeadamente criando conhecimento endógeno, externalizando os conhecimentos da EPAL e restante Grupo AdP e assegurando crescente autonomia nacional;
- Promover, sempre que possível e cumprindo o CCP, o desenvolvimento do tecido empresarial nacional, criando melhores condições para o desenvolvimento do saber-fazer nacional e, conseqüentemente, o reforço da capacidade do tecido empresarial com criação de emprego e riqueza;
- Contribuir para a promoção da concorrência no setor; motivadora da inovação e do progresso técnico e, conseqüentemente, do aumento da eficiência e da qualidade dos serviços, minimizando as características monopolistas do setor e o risco de abuso de posição dominante e de outras práticas anticoncorrenciais, contrárias aos interesses dos utilizadores.

No âmbito das relações com o Grupo Águas de Portugal, o conselho de administração da EPAL, obriga-se a:

- Adotar e executar, sempre que possível, a política de relacionamento entre as empresas participadas e o Centro Corporativo da AdP aprovada para o Grupo;
- Propiciar o desenvolvimento na empresa de uma cultura de grupo, que se traduza pela articulação e colaboração com a estrutura do Centro Corporativo e com outras empresas do Grupo Águas de Portugal, com vista a:
 - Implementar uma gestão baseada nas competências e na capacidade produtiva do Grupo AdP;
 - Assegurar uma cultura organizacional orientada para a utilização de um conjunto de práticas empresariais de referência.





Enquadramento

Enquadramento

A Envolvente

Enquadramento Macroeconómico

Global

O segundo semestre de 2015 evidenciou uma atividade económica global ténue, também como resultado dos problemas e desequilíbrios nas várias economias emergentes impulsionadoras da atividade económica global no passado. A título de referência, o Banco Mundial (BM) reviu recentemente para 3,1%, as suas previsões para o crescimento do PIB global em 2015, refletindo, sobretudo, a fraca performance das maiores economias emergentes bem como o fraco crescimento registado nas principais economias desenvolvidas. A combinação da dimensão e a atual integração económica das maiores economias emergentes, como o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e a desaceleração simultânea destas economias teve efeitos colaterais significativos para o resto do mundo.

União Europeia

Em 2015, a economia europeia manteve-se suportada por um conjunto de fatores positivos, destacando-se, entre outros, o preço do petróleo, a taxa de câmbio do Euro e baixos custos financeiros. É com base no referido que se assistiu ao estímulo das exportações e do consumo privado. O investimento, contudo, manteve-se em níveis baixos. Estes fatores impossibilitaram uma inversão nos níveis de desemprego, fator crucial para a sustentabilidade da recuperação económica. Este desempenho resulta quer dos fatores acima referidos, quer da indefinição de políticas económicas na União Europeia com impactos negativos na confiança, e consequentemente na procura e no investimento.

Portugal

No que respeita à balança comercial, o ano transato ficou marcado pelo excelente comportamento das exportações. As exportações de material de transporte, de bens industriais e de consumo registaram os contributos mais elevados num ano que ficou também marcado pela retoma das exportações de combustíveis refinados. Fruto de um esforço e aposta na diversificação, a análise por país de destino revela também uma resiliência significativa, na medida em que esta boa performance ocorre apesar da queda das exportações de bens para Angola. Por seu lado, as importações aceleraram uma vez mais, tornando o padrão de expansão menos equilibrado.

A taxa de inflação regressou a valores positivos em 2015. Todavia, permanece em valores historicamente baixos, facto que se justifica, parcialmente, pelos efeitos da queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional.

Fonte: *FMI world economic outlook; European Commission economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE.*

O Setor

A Água e Saneamento no Mundo

“A água é a fonte da vida, da saúde e dos meios de subsistência em todo o mundo. O fornecimento de água potável é uma das responsabilidades básicas dos governos nacionais locais, e a água impulsiona as decisões das empresas e, em muitos lugares, determina o ritmo da vida diária.” (Ban Ki-moon, 2015).”

O acesso aos serviços de água potável, saneamento e higiene, constitui um elemento fundamental para o bem-estar das comunidades e na saúde pública, tendo um impacto decisivo no nível de nutrição das mesmas. Com efeito, a subnutrição é causada por dietas inadequadas e/ou doenças, estando diretamente relacionada com fatores como a contaminação de água potável ou fracas condições de saneamento e hábitos de higiene.

Dada a importância desta matéria, o Conselho Consultivo da ONU para a Água e Saneamento (UNSGAB), recomendou uma revisão completa da maneira como a comunidade internacional lida com dois problemas socioeconómicos da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: a escassez de água e a insuficiência de saneamento. Simultaneamente identifica a escassez de água como principal risco mundial com impacto na sociedade (World Economic Forum, 2015) e prevê que a procura mundial pela água crescerá 55% entre 2000 e 2050 (OCDE, 2012).

Organizações internacionais e agências da ONU, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e o Fórum Económico Mundial, centram grande parte das suas preocupações e recomendações em torno deste tema e identificam um conjunto de factos e dados, reveladores da importância do mesmo.

Atualmente:

- Cerca de 1,7 mil milhões de pessoas vivem em bacias fluviais onde o consumo de água supera a sua reposição (Gleeson et al., 2012);
- Aproximadamente 10% da população mundial, ou seja, 663 milhões de habitantes, carecem de fontes melhoradas de água potável, e estima-se que a população sem acesso a água potável chegue a 80% no meio rural (OMS/UNICEF JMP, 2015);
- O número de pessoas sem esse acesso é cada vez maior nas zonas urbanas e na África subsaariana, e pelo menos 1,8 mil milhões de habitantes utilizam uma fonte de água potável contaminada por fezes (Bain et al., 2014);
- Cerca de mais de 700 milhões de pessoas deveriam ter acesso a saneamento básico para ser possível cumprir a meta relacionada com os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio) até o final de 2015;
- Um em cada três habitantes, ou 2,4 mil milhões de pessoas, ainda carecem de melhores sistemas de saneamento, e uma em cada oito pessoas, ou 946 milhões de pessoas, defecam ao ar livre (OMS/UNICEF JMP, 2015).

Simultaneamente:

- A perda estimada nos países em desenvolvimento por falta de acesso a fontes melhoradas de água e saneamento básico chega a 1,5% do produto interno bruto (PIB) (OMS, 2012), enquanto a prioridade dada ao gasto público com água varia muito entre os países, desde menos de 0,5% a mais de 2% do PIB (World Bank, 2009 & Glaas, 2014);
- Os sistemas de tratamento de água, nos países desenvolvidos, são incapazes de cobrir mais de 1/3 dos seus gastos básicos de gestão e operação (amostra de 1700 unidades). (IBNET, 2014).

É, também pelos factos descritos que, entre outras recomendações, o UNSGAB propõe:

- Aumentar e melhorar os fluxos financeiros, dando maior prioridade aos setores da água e do saneamento, bem como à gestão dos recursos hídricos, nos orçamentos nacionais;
- Dar maior ênfase à realidade de que a escassez, a contaminação da água e a deterioração dos ecossistemas relacionados com ela são uma ameaça para o desenvolvimento global;
- Desenvolver políticas nacionais e planos-diretores para o saneamento, que incluam estimativas de gastos, prazos e planos de financiamento sustentável, para garantir que os planos de investimento de capital sejam coerentes com as fontes de financiamento externas e internas.

De resto, também a UNESCO propõe como objetivos globais de desenvolvimento sustentável no setor da água para 2030, os seguintes pontos:

- Acesso universal a água potável segura e saneamento para todos;
- Redução do uso de água na agricultura em 20%, na indústria em 20% e no uso doméstico em 15% e aumento da produção de água em 50%;
- Aumento de 50% no número de países que adotam e implementam políticas e programas para o registo público dos direitos à água segundo a perspetiva IWRM (Gestão Integrada dos Recursos Hídricos);
- Redução em 30% da poluição na água nas principais fontes, através do aumento da recolha e tratamento de efluentes nas cidades em, pelo menos 80%, aumento do tratamento de efluentes até, pelo menos 95%, redução da poluição de fontes difusas em 30% e tomada de medidas para redução de poluentes na fonte;

- Redução de 50% nas perdas de vidas humanas e bens causados por acidentes relacionados com a água através da resiliência das nações.

A Água e Saneamento na Europa

Na Europa, a população capta, em média, cerca de 13% de toda a água doce renovável e acessível de massas de água naturais, incluindo águas superficiais e água subterrânea. O excesso de exploração continua a ser uma ameaça para os recursos de água doce na Europa (AEA, 2009).

A Garantia da Sustentabilidade Ambiental constitui o sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Millennium em que uma das metas será a redução para metade, até 2015, da percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que o acesso a fontes de água melhoradas, o saneamento e o tratamento de águas residuais aumentou nas últimas duas décadas. No entanto, em muitos países da Europa ocidental, o progresso tem sido muito lento. Em dez países, mais de 50% da população rural não tem acesso a água de qualidade, o que resulta num aumento de problemas de saúde.

Os cenários de alterações climáticas preveem grandes modificações na precipitação anual e sazonal, no regime hidrológico, inundações, riscos de erosão costeira e qualidade da água, bem como na distribuição de espécies e ecossistemas. As alterações climáticas terão grande impacto na qualidade das fontes de água, nas infraestruturas e no tipo de tratamento necessário para cumprir com os níveis de qualidade adequados.

As políticas de gestão da água na Europa e na União Europeia (UE) têm vindo progressivamente a adaptar-se às alterações climáticas, de modo a procurar salvaguardar no futuro a saúde pública e os ecossistemas.

O estudo da OMS Visão 2030 avalia a influência das alterações climáticas na água potável e no saneamento a médio prazo e o que pode ser feito para maximizar a resiliência da qualidade na água potável e dos sistemas de saneamento.

Existem diversas políticas e documentos, no seio da UE relacionados com os problemas da gestão da água (e.g. Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas; Diretiva Quadro da Água, Diretiva Inundações) e outros mais relacionados com os impactos potenciais da água na saúde humana (e.g. Diretiva relativa à água para consumo humano e Diretiva Águas Balneares). A Diretiva Quadro da Água estabeleceu, em 2000, um enquadramento para a gestão, proteção e melhoria da qualidade dos recursos hídricos por toda a UE. Contudo, não foi possível alcançar, dentro do prazo previsto, o seu objetivo principal: “toda a água superficial e subterrânea em bom estado até 2015”.

Em 2010, os Estados Membros da UE publicaram 160 Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas destinados a proteger e a melhorar o ambiente aquático. Os planos cobriam o período 2009-2015 e um segundo conjunto de Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas, a vigorar no período 2016-2021, cuja conclusão estava prevista para 2015. Estes últimos têm como principais desafios melhorar o estado químico das águas superficiais e subterrâneas, bem como melhorar a eficiência no uso da água e a adaptação às alterações climáticas.

O “Plano destinado a preservar os recursos hídricos da Europa”, apresentado pela Comissão em novembro de 2012, reitera a necessidade de colocar a gestão dos recursos hídricos da Europa numa perspetiva mais ampla, abordando todos os consumidores de água, bem como as interações da água com outros recursos, como o solo e a energia. É, pois, importante que todos os setores que utilizam recursos hídricos, como a indústria, a agricultura, o turismo, o desenvolvimento urbano e a produção de energia, sejam geridos de um modo sustentável.

Este plano destaca a importância de financiar projetos de gestão de água, mas com a condicionante de que as novas infraestruturas de abastecimento de água só devem ser construídas em última instância, uma vez esgotados os esforços para diminuir a procura e maximizar a eficiência.

A variabilidade nas taxas de perdas nas canalizações de água por toda a Europa – de menos de 10% em alguns locais até mais de 40% noutros – também aponta para oportunidades de se conseguirem poupanças substanciais de água (AEA, 2012).

Uma revisão dos preços da água na Europa (AEA, 2013) concluiu que muitos Estados Membros estão longe do requisito da Diretiva Quadro da Água no sentido de recuperar os custos totais do abastecimento de serviços de água, incluindo os custos de recursos ambientais. Como evidência do referido são as tarifas de água para irrigação que, em especial, são muitas vezes altamente subsidiadas, facto que incentiva um uso ineficiente de água.

Adicionalmente e complementarmente, a Comissão Europeia propôs-se e propõe-se trabalhar com os Estados-Membros a fim de promover o cumprimento e estabelecer regimes de fiscalização mais eficazes para resolver problemas como o excesso de licenças e a captação ilegal.

Em resumo, o Plano para a Água determinou um conjunto de medidas para salvaguardar este recurso natural na Europa nos próximos anos, entre as quais se evidenciam: a tarifação da água (incluindo recuperação dos custos) para incentivar a eficiência; a redução do consumo de água; a redução de captações ilegais; a redução de perdas; e a reutilização da água e melhor cálculo dos custos e benefícios (juntamente com a tarifação da água).

O Setor em Portugal

O Setor do abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento económico e social do país, tanto pela capacidade de gerar atividade económica e, consequentemente de criar emprego e riqueza, como pela crescente melhoria que tem conferido às condições de vida da população. O setor tem evoluído substancialmente nos últimos anos, nomeadamente ao nível das entidades gestoras, das infraestruturas, e de forma muito decisiva e visível, ao nível da qualidade da água e do serviço prestado à população.

Em 2014, 95% dos alojamentos estavam cobertos com o serviço de abastecimento de água, 83% com o serviço de drenagem de águas residuais, sendo que 82% incluíam o tratamento adequado dessas águas.

As entidades gestoras do setor em Portugal estão abrangidas por um quadro legal de gestão e da exploração dos sistemas multimunicipais e municipais. São considerados multimunicipais os sistemas de titularidade estatal que sirvam pelo menos dois municípios e exijam a intervenção do Estado, em função de razões de interesse nacional (empresas Grupo AdP), e sistemas municipais todos os outros, relativamente aos quais cabe aos municípios, isoladamente, através de associações de municípios ou em parceria com o Estado, definir o modo de organização e gestão (titularidade municipal).

Assim, quando a **titularidade é estatal**, o modelo de gestão pode ser: direta (não existe qualquer caso); delegada (apenas a EPAL); ou concessionada (cujo exemplo são os sistemas multimunicipais pertencentes ao Grupo AdP).

Quando a **titularidade é municipal ou intermunicipal**, temos também as mesmas formas de modelos de gestão: direta – serviços municipais, municipalizados ou intermunicipalizados ou associações de municípios; delegada – empresas com ou sem parceria com o Estado e Juntas de Freguesia ou associações de utilizadores; concessionada – parcerias público-privadas.

As entidades concessionárias (maioritariamente sistemas multimunicipais) abrangiam cerca de 71% da população e 79% do número de municípios abrangidos por entidades gestoras no mercado de abastecimento de água em alta. As entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta em Portugal abrangem cerca de 7,1 milhões de pessoas. O Grupo AdP é responsável pelo abastecimento de 6,7 milhões de pessoas (94%) em cerca de 192 municípios num total de 220.

Relativamente às entidades gestoras de serviços de saneamento de águas residuais em alta, cerca de 97% da população abrangida é assegurada por entidades concessionárias (maioritariamente sistemas multimunicipais), respeitante a 91% do número de municípios.

Em 2014, o Grupo AdP obteve um volume de negócios de 626,2 milhões de euros o que representa 40% do volume de negócios total do setor de água e saneamento.

O Setor em Portugal em 2015

Em abril de 2015 foi apresentado o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental no período 2014-2020. Com a designação: “PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais”, que dá continuidade ao anteriormente estabelecido para o setor (PEAASAR I e II).

A gestão do PENSAAR 2020 está baseada num Quadro Estratégico, organizado em 5 eixos e 19 objetivos operacionais, para os quais foram definidos indicadores a serem monitorizados anualmente, e num Plano de Ação concebido através de um conjunto de 48 medidas suportadas por 135 ações que pretendem concretizar os objetivos operacionais. Este novo programa estará focalizado na gestão eficiente dos recursos e deverá centrar-se em temas como a reestruturação do setor, os recursos financeiros a mobilizar e a implementação do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos).

A estratégia setorial para o horizonte 2020, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável.

Em termos globais o setor é deficitário, sendo os custos 12% superiores aos proveitos – o défice agrava-se para 35% ao considerar a remuneração do capital. Face ao contexto do setor, considera-se importante promover o aumento de eficiência e a sustentabilidade tarifária, bem como o reforço e universalização da regulação.

O ano de 2015 ficou marcado pela agregação de sistemas multimunicipais dos serviços de águas em alta. As novas entidades gestoras resultantes destas agregações (pertencentes ao Grupo AdP) são a Águas do Norte, a Águas do Centro Litoral e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Estas empresas fornecem serviços de águas em termos globais (abastecimento de água e saneamento de águas residuais) a cerca de 80% da população portuguesa.

Com a reestruturação do setor das águas, pretendeu-se fazer face aos principais desafios com que o setor se depara, nomeadamente:

- Prosseguir com os investimentos necessários, estimados em valor superior a 3,7 mil milhões de euros até 2020;
- Aumentar a coesão social, através de uma harmonização tarifária em alta no território continental;
- Melhorar a regulação económica do setor, com uma entidade reguladora independente, fomentando a implementação de mecanismos de recuperação de custos (regulamento tarifário) e uma maior transparência na informação ao consumidor final (fatura detalhada);
- Gerir de forma mais eficiente, otimizando as operações do Grupo AdP e reduzindo gastos.

A agregação dos sistemas multimunicipais teve como pilares estruturais a harmonização tarifária, promovendo a equidade territorial e contribuindo, por via do alargamento da solidariedade regional e através de ganhos de eficiência, para a resolução dos problemas de sustentabilidade económica e financeira de entidades do setor, nomeadamente dos desvios de recuperação de gastos (ou défices tarifários).

A Regulação

O grupo Águas de Portugal (grupo AdP), através das suas empresas, exerce duas atividades reguladas - abastecimento público de água e saneamento de águas residuais - que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

A exploração e gestão dos sistemas de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais assentam nos princípios da prossecução do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial.

O grupo AdP atua nas atividades de alta, através dos sistemas multimunicipais e da EPAL, e nas atividades de baixa, através das parcerias Estado-Autarquias, da EPAL e da Águas de Santo André (AdSA), com modelos regulatórios diferenciados, sujeitos à intervenção da ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Durante o ano de 2015 verificaram-se alterações legislativas relevantes, que importa ter presentes pelo respetivo impacto na organização do setor.

A linha de atuação promovida no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, assentava, designadamente, na promoção do equilíbrio tarifário, na resolução dos desvios de recuperação de gastos, na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais e, em última análise, na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, mantendo a natureza pública das respetivas concessionárias.

Durante o ano de 2014 e no primeiro semestre de 2015, finalizaram-se os estudos em curso com vista à reestruturação do setor para a concretização da estratégia traçada pelo Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho. Este processo culminou com a publicação dos Decretos-Lei n.º 92, 93 e 94/2015, de 29 de maio, que criaram, respetivamente, os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal (AdCL), do Norte de Portugal (AdN) e de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e atribuíram as respetivas concessões.

O sistema do Centro Litoral de Portugal resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Mondego, Simlis e Simria. O sistema do Norte de Portugal resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Douro e Paiva, Águas do Noroeste, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e Simdouro. O sistema de Lisboa e Vale do Tejo resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Centro, Águas do Centro Alentejo, Águas do Norte Alentejano, Águas do Oeste, Águas do Zêzere e Côa, Sanest, Simarsul e Simtejo.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, atribuiu ainda à EPAL a gestão delegada do sistema de Lisboa e Vale do Tejo e, para a concretização do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, determinou, por alteração do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, a sujeição da EPAL às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários, salvaguardadas as especificidades do seu modelo de gestão.

O regime das parcerias Estado-Autarquias para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos, bem como a respetiva regulação, é efetuado nos termos da legislação aplicável, de que se destacam os Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, o disposto nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como nos regulamentos, nas disposições e nas recomendações aplicáveis aos sistemas de titularidade municipal emitidas pela ERSAR.

Iniciou-se em abril de 2015 a exploração do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Região do Noroeste, integrado verticalmente e gerido pela Águas do Norte, que resulta da parceria Estado-Autarquias estabelecida com os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa.

Na reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Na reunião de abril de 2015 do Conselho Consultivo da ERSAR, foi apresentada uma nova versão deste documento, que, nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei. Não se verificaram mais desenvolvimentos posteriores sobre esta matéria, sendo expectável que venham a ocorrer durante o ano de 2016.

Regulação Económica

As atividades desenvolvidas pela EPAL são reguladas pela ERSAR, nos termos dos respetivos estatutos, e pelo disposto nos diplomas que regem a respetiva atividade.

A EPAL rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio.

Estabelecem os referidos diplomas que as tarifas de água, bem como as tarifas dos serviços auxiliares prestados pela EPAL, devem, em qualquer caso, assegurar receitas que permitam a cobertura dos respetivos encargos de exploração e assegurem os níveis adequados de autofinanciamento, de cobertura de risco e de remuneração do capital investido.

Sem prejuízo do regime de uniformidade tarifária criado pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a aprovação do tarifário para a EPAL compete à ERSAR, em observância dos critérios fixados na Lei n.º 58/2005 (Lei da Água), de 29 de dezembro, alterada pelos Decretos-Lei n.os 245/2009, de 22 de setembro, 60/2012, de 14 de março, e 130/2012, de 22 de junho e demais legislação e regulamentação complementares, atentas as especificidades e o risco associado ao sistema gerido pela EPAL e aos contratos celebrados.

Nos termos do diploma que rege a atividade da EPAL, entende-se que a remuneração adequada dos capitais investidos é assegurada pela aplicação de uma taxa correspondente ao custo médio ponderado de capital de referência sobre o valor dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis, diretamente relacionados com o serviço público prestado, líquidos de amortizações e subsídios ao investimento. Esta taxa deve refletir os riscos específicos acrescidos associados à gestão do sistema de gestão delegada, ter por referência o financiamento de projetos equivalentes financiados em condições de mercado e atender à capacidade de financiamento da sociedade no mercado de capitais.

Os artigos 32.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, definem um regime de uniformidade tarifária entre o sistema de Lisboa e Vale do Tejo e a EPAL, que determina a unicidade da tarifa a aplicar em alta entre as duas empresas para cada período quinquenal. Estas tarifas estão sujeitas à aprovação da ERSAR. Deste regime decorre uma compensação a entregar pela EPAL ao sistema de Lisboa e Vale do Tejo, que pondera os valores faturados e os efetivamente cobrados.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, ficaram estabelecidas as tarifas que a EPAL deverá cobrar para o período 2016-2020.

No que diz respeito aos preços praticados pela EPAL em 2015, a Convenção entre a DGAE e a EPAL foi celebrada em 29 de maio de 2015 e ratificada no dia 29 de junho. O aumento médio global das tarifas da EPAL, considerando os vários tipos de Clientes da EPAL (Clientes Diretos e Clientes Municipais abastecidos em alta) foi de 0,00%.

Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2015 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2013, referenciados a 31 de dezembro.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

Nos termos da legislação, as entidades gestoras de sistemas estão incumbidas, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora, exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pelas empresas do grupo AdP.

As entidades gestoras de abastecimento de água nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, devem de elaborar e submeter anualmente para aprovação da Entidade Reguladora o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela entidade efetuar as ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as entidades gestoras de abastecimento de água implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas entidades competentes.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Nesse ano, foi também publicada a Carta de Bona (Bonn Charter for Safe Drinking Water) por iniciativa da International Water Association (IWA).

A EPAL tem desde do final de 2007 implementado um Plano de Segurança da Água (PSA) no seu Sistema de Abastecimento, seguindo as metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), numa perspetiva de análise e prevenção de riscos em sistemas de abastecimento de água.

O PSA contempla a totalidade do sistema de abastecimento da EPAL, desde as áreas/bacias hidrográficas onde estão localizadas as origens que a empresa utiliza para produção de água destinada ao consumo humano até às torneiras dos consumidores finais (origens, captações, tratamentos, distribuição e rede predial dos clientes), e encontra-se integrado na gestão de risco da empresa.

Regulação das relações comerciais

Nos termos dos seus estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços.

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014, de 6 de março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1 de março de 2015, a cumprir com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da “fatura detalhada”, vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50% do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

Regulação ambiental

A EPAL está também sujeita à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

Para cobertura dos seus encargos a APA cobra a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), que nos termos da Lei 82-D/2014, de 31 de dezembro, (Lei da Fiscalidade Verde) passou a penalizar os sistemas com perdas em alta superiores a 5% e em baixa superiores a 20%, impedindo, a partir de 2016, que a TRH associada a esses volumes pudesse ser repercutida nos clientes e obrigando a que fosse suportada pelas entidades gestoras como incentivo à redução de perdas.





O Negócio

O Negócio

Introdução

A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos, anexos a esse diploma. A qualificação de consumidores encontra-se estabelecida na Portaria n.º 6-A/92.

Ocorreram no presente ano de 2015 alterações, no quadro legislativo e organizativo, que afetaram significativamente a atividade da EPAL. Desde logo, ao nível da Missão da EPAL, que passou a incluir a gestão e exploração de sistemas de saneamento e a gestão delegada do sistema multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo.

Na sequência do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL passou a gerir, a partir de 30 de junho de 2015, para além do seu próprio sistema de abastecimento, o sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), que abrange os extintos sistemas multimunicipais da SANEST, SIMTEJO, SIMARSUL, Águas do Centro, Águas do Zêzere e Côa, Águas do Centro Alentejo, Águas do Norte Alentejano e Águas do Oeste, correspondente a um total de 86 Municípios abrangidos. Globalmente, a EPAL passou a ser responsável pela gestão de sistemas em alta que abrangem 95 municípios e 36% da população nacional.

No âmbito da gestão delegada desse sistema (LVT), a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas afetas ao sistema LVT, como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade LVT; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; suporte e apoio à atividade.

A atividade da EPAL compreende duas atividades distintas: o abastecimento de água em alta a entidades gestoras e o abastecimento de água em baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

Água em Alta

A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos Concelhos limítrofes de Lisboa.

Água em Baixa

A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a mais de 350 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

Outras Atividades

No 2º semestre de 2015, a crescer às atividades de abastecimento de água, em Alta e em Baixa, anteriormente mencionadas, a EPAL passou a fazer a gestão delegada do sistema da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em Alta para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares. Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix;

- Sistema de redução de perdas de água – WONE;
- Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – Waterbeep;
- Prestação de serviços de monitorização e diagnóstico de redes;
- Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial;
- Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores;
- Cursos de formação profissional através da Academia das Águas Livres, atividade que conta com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional.



A large, textured blue brushstroke background, resembling watercolor or paint applied with a brush. The color is a vibrant teal or turquoise. The word "Sustentabilidade" is written in white, cursive script across the center of the brushstroke.

Sustentabilidade

Sustentabilidade

Enquadramento

Proseguimos em 2015, empenhados em continuar a contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização de um crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras.

A EPAL, enquanto ator com função ativa na sociedade e no ambiente, está empenhado numa gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

No âmbito do Grupo AdP acredita-se que a sustentabilidade se consegue criando relações biunívocas - simbioses - com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, com quem tem uma relação de estreita interdependência. A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano setorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas dos stakeholders, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A partir deste trabalho, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos.

Durante o ano de 2015 o Grupo reviu a sua estratégia de sustentabilidade ajustando os princípios e compromissos e definindo novos objetivos e metas.

Estratégia de Sustentabilidade

Simbiose com Ambiente

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas

- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

Nos aspetos relevantes da atividade de 2015, destaca-se ainda a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos seus processos, no sentido da prestação de um serviço público de qualidade e da diversificação numa ótica de aumento da eficiência, para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, e Energia numa lógica de transparência e credibilidade.

Ao nível da Responsabilidade Social, o Grupo manteve a aposta em políticas corporativas, nomeadamente dando continuidade ao programa de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem dos filhos dos seus colaboradores. Em 2015, foram atribuídas 20 bolsas de estudo de ensino superior no valor de 1.200 euros e 15 bolsas destinadas à educação especial no valor de 1.000 euros. De realçar que, no âmbito das bolsas de ensino superior atribuídas, sete representam uma renovação do apoio concedido em anos anteriores, incentivando a continuidade dos estudos.

Também de realçar a ação “Bootcamp em Empreendedorismo Social Águas de Portugal” dinamizada em parceria com o IES/SBS em que 40 colaboradores de todas as empresas do Grupo AdP, ligados à área da sustentabilidade e responsabilidade social, partiram para uma formação intensiva rumo ao Empreendedorismo Social. A iniciativa teve por objetivos promover o encontro e partilha entre

estes e, simultaneamente, proporcionar um momento formativo com relevância para o desenvolvimento e implementação de novos projetos na área de responsabilidade social.

Ciente da criticidade da sua atividade para a qualidade de vida da sociedade em que se insere e da responsabilidade social conferida pelas 14 décadas de existência, a EPAL subscreveu o Pacto Global das Nações Unidas em 2008 e encontra-se empenhada na melhoria das condições de acesso à água para consumo humano e na melhoria da sua salvaguarda, proteção e gestão sustentável, no presente, potenciando o futuro. Para tal tem presente a Estratégia de Sustentabilidade do grupo Águas de Portugal, assente no conceito de simbiose e promove os Princípios de Desenvolvimento Sustentável específicos à sua atividade.

A EPAL assumiu como Princípios de Desenvolvimento Sustentável:

1. Valor Económico e Social do Serviço: Prestar o serviço essencial de abastecimento público de Água para consumo humano seguro, de Qualidade, com Fiabilidade e a Preço adequado viabilizando um retorno justo
2. Ecoeficiência e Proteção Ambiental: Promover, na sua área de intervenção, a Proteção, a Conservação e o Uso Eficiente, em todas as etapas do ciclo de vida da Água, desde a sua produção até ao seu uso e descarga pelos clientes
3. Proteção e Desenvolvimento das Pessoas: Promover a Integridade, a Confiança e a Transparência na forma de estar com as partes interessadas internas (trabalhadores, fornecedores e prestadores de serviços) e externas (clientes, entidades governamentais, sociedade) promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável, através da formação e do desenvolvimento de competências, o emprego e a igualdade de oportunidades
4. Envolvimento da sociedade na Gestão Sustentável da Água: Assumir um papel ativo e de relevo na sociedade em que se insere, dinamizando e promovendo políticas de gestão racional da água junto das suas partes interessadas e, tanto quanto possível, da comunidade internacional
5. Inovação e Desenvolvimento: Estabelecer alianças para a aprendizagem e promover o envolvimento da comunidade científica de forma a assegurar a inovação, o desenvolvimento, a partilha e a disponibilização do conhecimento e das melhores práticas para o uso racional e sustentável da água.

Stakeholders / Partes Interessadas

Consideramos partes interessadas (ou Stakeholders) todas as entidades que afetam e/ou podem ser afetados pelas nossas atividades, produtos e serviços. O relacionamento da empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da empresa na sua vivência diária.

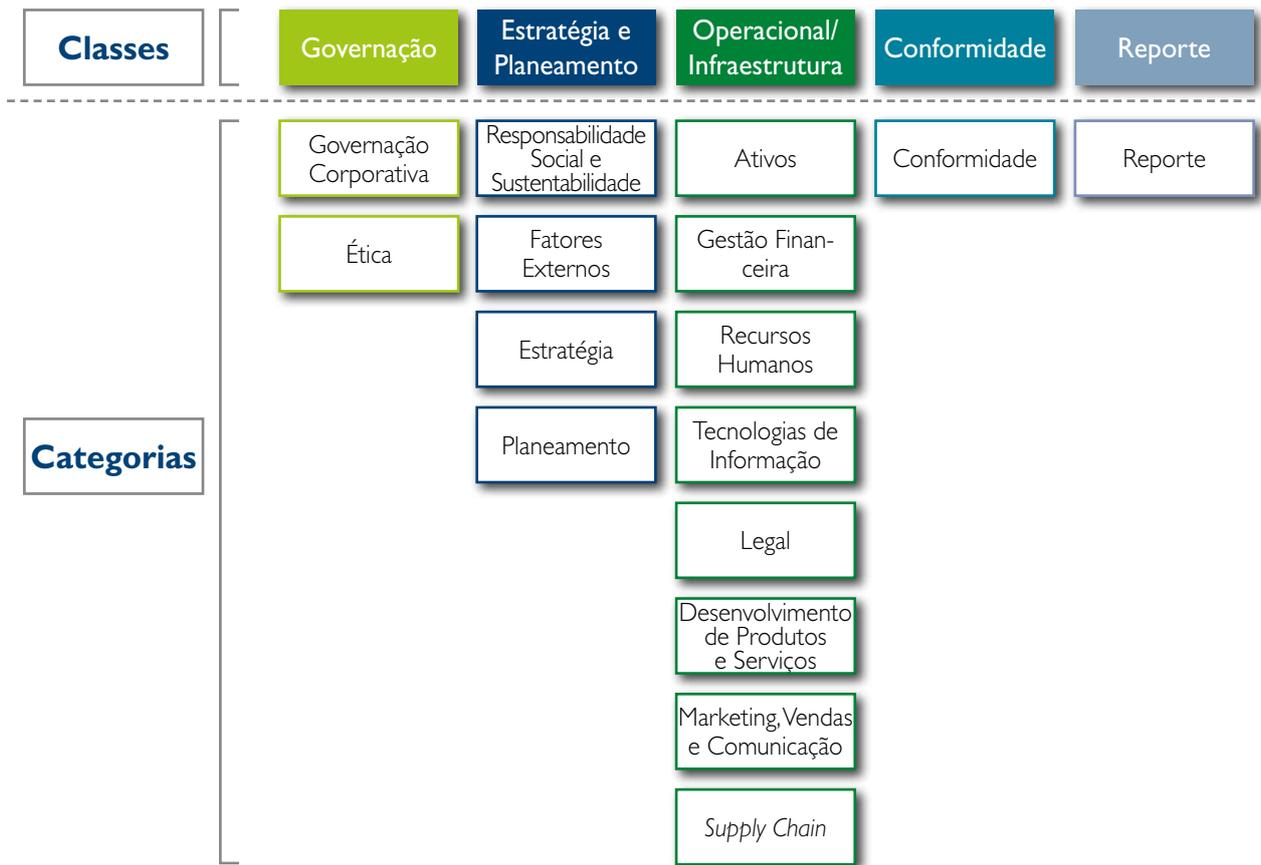


Gestão do Risco

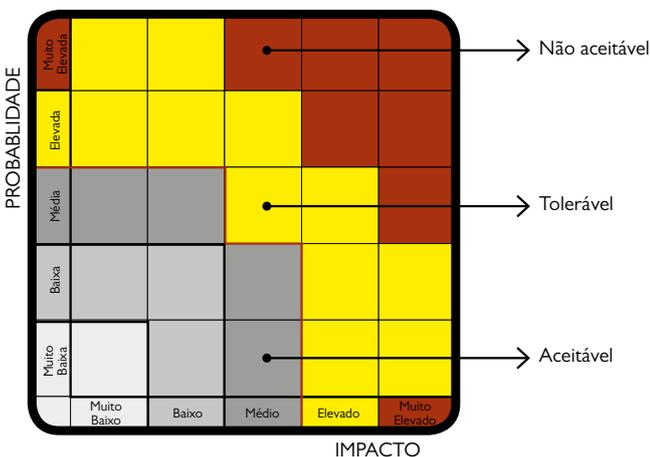
A EPAL, e em particular o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

O processo de gestão do risco empresarial implementado na empresa, possibilita uma avaliação integrada do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, por forma a proteger os seus investimentos e ativos.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz.



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao conselho de administração da Águas de Portugal SGPS, SA, é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela EPAL, sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela EPAL e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

No seguimento das orientações emanadas pela tutela, ocorreu em 2015 a reestruturação do grupo AdP, com a extinção de várias empresas gestoras dos sistemas multimunicipais existentes e a criação de 3 novas empresas. Tendo por base a complexidade e criticidade do processo, foi entendimento da Administração da AdP SGPS, não proceder à avaliação do risco do Grupo AdP e respetivas empresas participadas para o ano em questão, processo que será retomado em 2016.

Não obstante, entende-se que em 2015 se mantêm, genericamente, os principais riscos a que a EPAL se encontrava exposta em 2014, nomeadamente:

- Gestão de talentos;
- Regulação;
- Energético;
- Sustentabilidade Ambiental e Operacional;
- Catástrofe;
- Envolvente política, económica e financeira;
- Continuidade do negócio;
- Gestão de ativos.

Subsequentemente serão retomadas as ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Atividade Operacional

Produção de Água

Origens

Para a captação de água foram utilizadas as seguintes origens:

- Albufeira de Castelo do Bode (captação superficial no rio Zêzere);
- Valada Tejo (captação superficial no rio Tejo);
- Furos de Alenquer, Lezírias e OTA (captações subterrâneas).

Ciclo da Água

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Água captada (por origem) (m³)	218.251.646	212.028.000	218.908.085	6.880.085	3,2%
Castelo de Bode	175.765.850	184.851.872	181.588.565	-3.263.307	-1,8%
Valada Tejo	26.717.710	13.946.310	24.891.200	10.944.890	78,5%
Capt. Subterrâneas	15.768.086	13.229.818	12.428.320	-801.498	-6,1%
Água tratada/produzida (m³)	217.838.881	211.732.490	218.250.965	6.518.475	3,1%
Castelo de Bode	175.759.785	184.846.832	181.583.190	-3.263.642	-1,8%
Valada Tejo	26.311.010	13.655.840	24.239.455	10.583.615	77,5%
Capt. Subterrâneas	15.768.086	13.229.818	12.428.320	-801.498	-6,1%
Água Vendida (m³)	198.667.724	192.067.383	197.023.373	4.955.990	2,6%
Clientes Municipais/Multimunicipais	145.065.697	138.924.343	143.154.681	4.230.338	3,0%
Clientes Diretos (em Lisboa e fora de Lisboa)	53.602.027	53.143.040	53.868.692	725.652	1,4%
Água não faturada – ANF (m³)	19.583.923	19.960.617	21.884.712	1.924.095	9,6%
ANF na Rede de Distribuição	8.166.925	8.181.958	8.730.587	548.630	6,7%
ANF na Produção e Transporte	11.416.998	11.778.659	13.154.125	1.375.465	11,7%
Água não faturada- ANF (%)	9,0%	9,4%	10,0%	0,6 p.p.	
ANF na Rede de Distribuição	7,9%	8,1%	8,5%	0,5 p.p.	
ANF na Produção e Transporte	5,2%	5,6%	6,0%	0,5 p.p.	

Contrariamente ao que vinha sucedendo nos últimos anos, em 2015 registou-se um aumento superior a 3% nos volumes captados, que totalizaram 218,9 milhões de m³. A principal origem de água continuou a ser a captação na albufeira de Castelo de Bode, que representou 83% do total. Concluídas as obras de remodelação da Captação de Valada Tejo, no ano de 2015 esta origem pôde ser explorada sem qualquer restrição.

Após 10 anos consecutivos de redução nos volumes vendidos, assiste-se em 2015 a um acréscimo de 5,0 milhões de m³, verificando-se um crescimento tanto nos clientes municipais e multimunicipais como nos clientes diretos.

O volume de água não faturada na rede de distribuição manteve-se num nível de excelência, 8,5%. No sistema de adução o volume de água não faturada correspondeu a 13,2 milhões de m³, o que corresponde a 6,0% da água entrada no sistema.

Adução

O sistema de Produção e Transporte é constituído por 3 subsistemas que se desenvolvem ao longo de cerca de 700 Km de adutores, com uma capacidade nominal de produção que pode atingir mais de 1.000.000 m³/dia e uma capacidade de reserva de cerca de 370.000 m³ e que possibilitam efetuar transferências de caudal entre si, o que permite uma grande versatilidade, conduzindo a uma fiabilidade reforçada. Estes subsistemas são dotados de 2 Estações de Tratamento de Água, 31 Estações Elevatórias, 28 Reservatórios e 19 Postos de Cloragem. Durante 2015 foram desativados cerca de 15 km de condutas referentes ao troço inicial do Aqueduto Alviela.

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Comprimento Condutas (km)	710	710	695	-15	-2,1%
Est. Elevatórias (n.º)	31	31	31	0	0,0%
Reservatórios (n.º)	28	28	28	0	0,0%
Pontos de Entrega (n.º)	127	126	125	-1	-0,8%

A água produzida é aduzida ao sistema por meio dos adutores de Castelo do Bode e do Tejo. No percurso até Lisboa e para entrega aos municípios clientes são ainda utilizadas outras importantes infraestruturas de transporte como o aqueduto Alviela, o adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, o adutor de Circunvalação e o adutor da Costa do Sol.

Subsistema do Alviela

O Aqueduto Alviela tem uma extensão de 120 km desde a Nascente dos Olhos de Água (atualmente fora de serviço) e o Reservatório dos Barbadinhos em Lisboa. Esta estrutura está em exploração para efeitos de abastecimento de água para consumo humano, a partir do ponto de transferência de água do Adutor do Castelo do Bode em Alcanhões, onde é introduzida água proveniente dos furos de Alenquer, Lezírias e Ota. Quando necessário é efetuado o reforço com água proveniente do Aqueduto Tejo, através de transferências existentes a jusante de Vila Franca de Xira (nas estações elevatórias de Alhandra e Verdelha). A montante de Vila Franca de Xira (Azambuja) existe uma Estação Elevatória (EE da Pimenta) a qual permite transferir água para o Aqueduto Alviela (a montante do Sifão 33) proveniente do Adutor Bode (sendo esta a ligação que habitualmente está em funcionamento) ou do Aqueduto Tejo.

Subsistema do Tejo

O Aqueduto Tejo tem uma extensão de 49 km, desde a Várzea das Chaminés, no Concelho da Azambuja, até ao Reservatório dos Olivais, em Lisboa. Na Várzea das Chaminés recebe água da Estação de Tratamento de Vale da Pedra, proveniente da captação superficial do Rio Tejo, em Valada do Ribatejo, a qual é aduzida através de duas condutas com diâmetros de 1.000 e 1.250 mm. Na Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira, o Aqueduto Tejo pode receber água proveniente do Subsistema de Castelo do Bode. Pode ainda receber água dos furos de Alenquer e das Lezírias e em situações de emergência dos furos de Valada I, Valada II e Valada III.

Subsistema de Castelo do Bode

A água captada na Albufeira do Castelo do Bode é transportada para a ETA da Asseiceira, através de um adutor com cerca de 9 km de comprimento. O desenvolvimento do adutor entre a saída da estação e a Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira é de cerca de 80 km. Neste percurso pode receber água a partir da interseção com a conduta de Valada IV, proveniente das captações subterrâneas de Valada I, II e III (apenas em situações de emergência).

Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras

Este adutor tem cerca de 26 km de comprimento e 1,5 m de diâmetro tendo início numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e terminando no reservatório de Telheiras. Esta conduta pode ser alimentada por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou do Tejo.

Adutor da Circunvalação

Este adutor tem cerca de 47 km de desenvolvimento, variando os seus diâmetros entre 1,8 e 1,2 m. Tem a sua origem numa Estação Elevatória do Recinto de Vila Franca de Xira e término no Reservatório de Vila Fria, situado em Oeiras/Porto Salvo. À semelhança do adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, com o qual se pode interligar, é alimentado por água proveniente dos subsistemas do Castelo do Bode e/ou Tejo.

Adutor da Costa do Sol

O adutor da Costa do Sol insere-se no subsistema Lisboa-Municípios, compreendendo os troços “Alfragide-Caxias”, “Caxias-Estoril” e “Estoril-Cobre”, num total de 25 km. É constituído por tubagem em betão armado pré-esforçado com diâmetros nominais compreendidos entre DN 750 mm e DN 1000 mm. O adutor tem início no Reservatório de Alfragide, tendo várias ligações ao longo do seu percurso, nomeadamente à Rede de Distribuição de Lisboa e aos Municípios de Oeiras e Cascais.

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Avarias em Conduatas na Rede de Adução	13	23	22	-1	-4,4%

Distribuição

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é composta por cerca de 1.448 km de conduatas de Sistemas de Distribuição e de Adução, com cerca de 101 mil ramais de abastecimento, 14 reservatórios, 10 estações elevatórias e 6 postos de cloragem.

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Comprimento da Rede (km)	1.448	1.446	1.448	2	0,1%
Est. Elevatórias (n.º)	10	10	10	0	0,0%
Reservatórios (n.º)	14	14	14	0	0,0%
Ramais (n.º)	86.428	100.991	101.346	355	0,4%
Zonas Altimétricas (n.º)	4	4	4	0	0,0%

A rede de distribuição de água na cidade de Lisboa é bastante complexa e devido especialmente às características topográficas da cidade, existem quatro zonas altimétricas distintas: Zona Baixa (que garante o abastecimento desde o nível do rio Tejo até à cota 30 m), Zona Média (entre as cotas 30 e 60 m), Zona Alta (entre as cotas 60 e 90 m) e Zona Superior (composta por duas redes independentes, Z.S. de Monsanto e Z.S. da Charneca, que abastecem acima da cota de 90 m). Cada Zona é composta por reservatórios, para reserva de água e regulação das solicitações de caudal e é abastecida por uma ou mais estações elevatórias. As Zonas estão interligadas por estações elevatórias e válvulas denominadas Ligação de Zona, que são manobradas como recurso e alternativa ao normal regime de exploração. A rede de distribuição de Lisboa possui 156 Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC), abrangendo a quase totalidade da rede, de forma a monitorizar e controlar em contínuo os caudais, consumos e pressões.

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Avarias em Conduatas na Rede de Distribuição	528	426	444	18	4,2%
Avarias em Conduatas/ 100 Km/ ano na Rede de Distribuição	36	29	31	1	4,2%
Roturas em Ramais	706	681	683	2	0,3%

No que respeita às operações de abastecimento de água, destacam-se as seguintes ocorrências e iniciativas:

- Foi dada continuidade ao processo de alteração dos postos de cloragem, promovendo a substituição do reagente cloro gás por hipoclorito de sódio. Neste ano foram reconvertidos os postos de cloragem dos Barbadinhos, de Campo de Ourique, de São Jerónimo, de Camarate, de Santa Margarida e do Sardaçal. Com esta reconversão eliminam-se os riscos inerentes associados ao cloro gás, bem como uma diminuição dos custos de manutenção e de operação;
- Internalização, através de equipa especializada, da atividade de higienização e desinfeção de reservatórios da EPAL;
- Em 17 de maio a ETA da Asseiceira atingiu um máximo de produção de 618.150 m³. A produção nesta ETA, durante o período de estiagem, rondou os 90% da sua capacidade nominal (625.000 m³);
- Em junho de 2015 deu-se início à construção do parque de lamas no recinto da ETA da Asseiceira;
- Instalação de novos equipamentos de análise destinados à monitorização online em instalações do sistema do Médio Tejo, que permitirão um melhor controlo da qualidade da água neste sistema.

Qualidade da Água

Garantir a qualidade da água em toda a extensão do sistema de abastecimento da EPAL, desde os recursos hídricos utilizados até à torneira do consumidor na cidade de Lisboa, constitui uma das maiores preocupações da EPAL, seguindo para este efeito uma política de boas práticas de operação e manutenção.

Esta preocupação tem dois objetivos fundamentais: comprovar o nível de qualidade da água versus cumprimento da legislação em vigor e manter um controlo operacional que permita detetar possíveis anomalias na qualidade da água, ocasionais ou de carácter sistemático, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas/corretivas eficazes.

Controlo da qualidade da água no Sistema de Abastecimento da EPAL

O controlo da qualidade da água é assegurado pelo cumprimento do PCQA - Plano de Controlo da Qualidade da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL. O PCQA compreende o Controlo Legal, definido pelo Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, o Controlo Operacional/Vigilância da qualidade da água nas origens e água para consumo humano no Sistema de Abastecimento da EPAL, o controlo dos processos de tratamento (água, efluentes e lamas) realizado nas Estações de Tratamento de Água e o controlo dos produtos utilizados no tratamento realizado em todo Sistema de Abastecimento da EPAL.

Avaliação da Qualidade da Água

Em termos da avaliação da **Qualidade da Água nas Origens**, há a referir:

- Rio Zêzere - Albufeira do Castelo do Bode

A qualidade da água na Albufeira de Castelo do Bode integra-se na Classe A3 para o parâmetro Substâncias extraíveis com clorofórmio e na Classe A2 para os parâmetros Coliformes fecais e Coliformes totais. No entanto, a Fábrica da Asseiceira tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água desta captação.

- Rio Tejo - Valada Tejo

A qualidade da água do rio Tejo em Valada Tejo integra-se na Classe superior A3 para os parâmetros da qualidade Substâncias extraíveis com clorofórmio e Temperatura e na Classe A3 para o parâmetro Coliformes totais. Para os parâmetros Coliformes fecais, Cor e Estreptococos fecais, a qualidade da água desta captação integra-se na Classe A2 e para os restantes parâmetros controlados na Classe A1.

Os valores da Temperatura superiores aos valores limite para as Classes A1/A2/A3 são consequência do clima habitual para o nosso país nesta época do ano, não sendo considerada por si só um indicador de contaminação das águas.

A Fábrica de Vale da Pedra tem instalado um esquema de tratamento adequado à qualidade da água registada nesta captação.

- Captações subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem na generalidade os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade.

Os parâmetros da qualidade que excederam o Valor Máximo Admissível (VMA) definido para a Classe A1, no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, foram apenas o Bário e a Temperatura nas captações subterrâneas das Lezírias utilizadas na EPAL para produção de água para consumo humano.

Relativamente à **Qualidade da Água Fornecida/Distribuída**:

- Em Lisboa

A qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, registando-se valores não conformes em 0,11% (15 incumprimentos) das determinações de substâncias realizadas.

Em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição, o número de determinações efetuadas permitiu concluir que, com exceção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,12% de incumprimentos do total de determinações de substâncias realizadas (36 incumprimentos).

- A Entidades Gestoras

Nas determinações efetuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,07% de valores não conformes (13 incumprimentos).

Comparativamente com o ano 2014, constata-se que houve uma melhoria significativa na qualidade da água fornecida pela EPAL, evidenciada pela redução do número de incumprimentos registados nas amostras de água colhidas para verificação de requisitos legais e no controlo operacional e de vigilância.

No sítio www.epal.pt e com periodicidade mensal, são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e nos pontos de entrega a Entidades Gestoras.

Trimestralmente são publicados na imprensa nacional, os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e são enviados às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efetuadas nos respetivos pontos de entrega.

Atividade Comercial

Clientes e Mercado

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Clientes Municipais (Municípios diretamente abastecidos)	17	17	17	0	0,0%
Clientes Multimunicipais	3	3	2	-1	-33,3%
Clientes Diretos (dentro e fora de Lisboa)	347.233	349.151	351.041	1.890	0,5%
Domésticos	298.992	300.389	301.890	1.501	0,5%
Comércio e Indústria	41.318	42.025	42.576	551	1,3%
Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas	4.269	3.226	3.048	-178	-5,5%
Instituições Privadas de Direito Público	2.652	3.509	3.525	16	0,5%
Unidades Militares	2	2	2	0	0,0%
Municípios Abastecidos (em Alta, exclui Lisboa)	34	34	34	0	0,0%
Número de consumidores	2.859.714	2.846.875 ⁽¹⁾	2.842.185	-4.690	-0,2%
Lisboa	524.282	511.667	509.312	-2.355	-0,5%
Municípios	2.335.432	2.335.208	2.332.873	-2.335	-0,1%
Área total abastecida (km²)	7.090	7.095 ⁽²⁾	7.095	0	0,0%
Lisboa	85	100	100	0	0,0%
Municípios	7.005	6.995	6.995	0	0,0%

(1) INE - População residente na área abastecida (Estimativas anuais INE, ano de referência 2014)

(2) Área em km² (ano de referência 2014)

No quadro seguinte apresenta-se a relação dos Clientes Multimunicipais e Municipais abastecidos pela empresa:

Municípios Abastecidos	Cliente	Entidade
ALENQUER	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
ALCOBAÇA	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
ARRUDA DOS VINHOS	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
AZAMBUJA	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
BOMBARRAL	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
CADAVAL	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
CALDAS DA RAINHA	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
LOURINHÃ	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
NAZARÉ	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
ÓBIDOS	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
PENICHE	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
RIO MAIOR	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
SOBRAL DE MONTE AGRAÇO	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
TORRES VEDRAS	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
ENTRONCAMENTO	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
VILA N. BARQUINHA	Multimunicipal	Águas de Lisboa e Vale do Tejo
TORRES NOVAS	Multimunicipal	Águas do Ribatejo EIM, SA
ALCANENA	Municipal	Luságua Alcanena, Gestão de Águas SA

Municípios Abastecidos	Cliente	Entidade
AMADORA	Municipal	SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos municípios de Oeiras e Amadora
BATALHA	Municipal	Águas do Lena, SA
CARTAXO	Municipal	Cartágua - Águas do Cartaxo, SA
CASCAIS	Municipal	Águas de Cascais, SA
CONSTÂNCIA	Municipal	Município de Constância
LEIRIA	Municipal	SMAS Leiria
LOURES	Municipal	SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos municípios de Loures e Odivelas
MAFRA	Municipal	Be Water, SA - Águas de Mafra
ODIVELAS	Municipal	SIMAR - Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos dos municípios de Loures e Odivelas
OEIRAS	Municipal	SIMAS - Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento dos municípios de Oeiras e Amadora
OURÉM	Municipal	Be Water, SA - Águas de Ourém
PORTO DE MÓS	Municipal	Município de Porto de Mós
SANTARÉM	Municipal	Águas de Santarém EIM, SA
SINTRA	Municipal	SMAS de Sintra
TOMAR	Municipal	SMAS de Tomar
VILA FRANCA DE XIRA	Municipal	SMAS de Vila Franca de Xira

Vendas

(m ³)	2013	2014	2015	Variação 2015/2014
Cientes Diretos	53.602.027	53.143.040	53.868.692	725.652
Cientes Municipais	116.950.916	111.550.563	115.088.002	3.537.439
Cientes Multimunicipais	28.114.781	27.373.780	28.066.679	692.899
Total	198.667.724	192.067.383	197.023.373	4.955.990

Verifica-se um crescimento de 5,0 milhões de m³ nos volumes vendidos (+2,6%), com destaque para o aumento de 3,5 milhões de m³ nos volumes vendidos aos clientes municipais (aos 17 municípios abastecidos diretamente pela EPAL).

Estrutura de Consumos: Clientes Diretos (m ³)	2013	2014	2015	Variação 2015/2014
Doméstico	26.492.461	26.507.755	26.940.912	433.157
Comércio/Indústria	11.482.795	11.592.927	12.343.557	750.630
Instituições	1.861.272	2.643.295	3.062.209	418.913
Embaixadas	158.835	170.815	176.769	5.954
Estado	4.865.669	4.498.726	4.267.585	-231.141
Unidades Militares	317.944	282.576	331.691	49.115
Câmara Municipal Lisboa	8.423.051	7.446.947	6.745.971	-700.976
Total	53.602.027	53.143.040	53.868.692	725.652

Comunicação com Clientes

Realizaram-se, em 2015, várias campanhas dirigidas aos clientes da EPAL, entre elas:

- Campanha "Poupe na Conta da Água, Poupe no Ambiente", dirigida ao segmento Doméstico, em que pela primeira vez a EPAL propôs um desconto na conta da água pela adesão ao Débito Bancário-SEPA e ao envio da fatura por e-mail. O desconto incidiu sobre o valor da componente fixa da tarifa da água, Quota de Serviço, tendo sido atribuído 5% de desconto na adesão a cada um destes serviços, podendo ir até 10% da Quota de Serviço para os Clientes que aderissem a ambos. A campanha teve lugar de 20 de março a 30 de setembro e contou com um leque abrangente de meios de promoção, incluindo e-newsletter, carta de adesão inserida na fatura, envio de SMS e Telemarketing, tendo-se registado um esforço de adesão total de 6.640 adesões à SEPA e 12.266 adesões à e-conta. Em termos acumulados, no final da campanha registaram-se cerca de 50% de Clientes Domésticos com SEPA e 22% de Clientes Domésticos com e-conta da água representando um crescimento significativo da adesão a estes serviços cómodos.

- Promoção do waterbeep junto do público infantil através de ações realizadas no Jardim Zoológico de Lisboa, sensibilizando os mais novos para o uso eficiente da água. Esta ações de sensibilização decorreram no dia 1 de Junho – Dia Mundial da Criança e no dia 5 de Junho – Dia Mundial do Ambiente, contando com um stand junto ao habitat da Foca “BEEP” apadrinhada pela EPAL, com materiais pedagógicos para o uso eficiente da água e com um passatempo no Facebook com atribuição de bilhetes de visita ao ZOO para os vencedores.
- Campanha de lançamento da versão da aplicação myAQUA para Windows Phone, em complemento dos sistemas operativos iOS e Android, de modo a proporcionar a universalidade de acesso a esta aplicação pioneira de gestão online do contrato de abastecimento. A divulgação desta nova versão do myAQUA, que teve lugar em outubro, incluiu diversos meios, nomeadamente Site EPAL, Facebook, e-newsletter, mensagem com imagem na conta da água, anúncios de Imprensa e ainda um spot de rádio registando-se um aumento significativo do número de instalações da aplicação, cuja média mensal de 2015 era de 355 instalações e no mês de outubro foi instalada por 1371 utilizadores. Desde o seu lançamento (junho 2014) até ao final de 2015, o myAQUA já tinha sido instalado por 12 222 utilizadores. Salienta-se ainda, que durante 2015 foi iniciada a comercialização do myAQUA junto de outras entidades gestoras, tendo-se iniciado pelos SIMAR – Serviços Municipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas.
- Campanha de comemoração do 2º aniversário do waterbeep, implementada em dezembro, com recurso a vários meios, entre eles, posters nas Lojas EPAL, e-newsletter, enviada a cerca de 110 000 clientes, publicação no facebook de um post patrocinado, com atualização do mural, do site EPAL, anúncio no Diário de Notícias e um spot de rádio na TSF. Para assinalar o 2º aniversário do waterbeep, a EPAL esteve presente no ENEG 2015 (evento onde tinha sido efetuado o seu lançamento, em 2013) com duas comunicações, uma relacionada com a apresentação do waterbeep como um serviço inovador e pioneiro no âmbito do uso eficiente da água, e outra sobre a realização de um estudo de caso para identificar a eficácia da implementação do waterbeep em clientes não-domésticos. No dia 5 de dezembro, o waterbeep esteve também presente no Jardim Zoológico representado pela sua embaixadora junto do público infantil, a foca BEEP, com uma ação de promoção do serviço. No final de 2015 estava a ser utilizado por 4 194 clientes.

Níveis de Serviço

As suspensões de serviço com impacto em Clientes tiveram uma evolução positiva, reduzindo-se quer em termos de número quer em tempo, destacando-se a inexistência de suspensões não programadas na Produção e Transporte.

Suspensões de serviço com impacto em Clientes	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Por tempo (h)	2.708	2.470	2.008	-462	-18,7%
Total Produção e Transporte	191	515	147	-368	-71,4%
Programadas	191	515	147	-368	-71,4%
Não programadas	0	0	0	0	-
Total Distribuição	2.517	1.955	1.861	-94	-4,8%
Programadas	479	396	393	-3	-0,8%
Não programadas	2.038	1.559	1.468	-91	-5,8%
Por quantidade	781	675	662	-13	-1,9%
Total Produção e Transporte	13	12	10	-2	-16,7%
Programadas	13	12	10	-2	-16,7%
Não programadas	0	0	0	0	-
Total Distribuição	768	663	652	-11	-1,7%
Programadas	127	118	106	-12	-10,2%
Não programadas	641	545	546	1	0,2%
Eficácia do serviço	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Interrupções serviço > 4h - Municipais	11	12	7	-5	-41,7%
Interrupções serviço > 4h - Diretos	256	182	154	-28	-15,4%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	1	11	1	-10	-90,9%
Interrupções serviço > 12h - Diretos	7	5	3	-2	-40,0%
Pontos de entrega afetados (>4h)	24	22	12	-10	-45,5%

Índice de Satisfação dos Clientes

No âmbito do ECSI 2014–15 Índice Nacional de Satisfação do Cliente, uma parceria entre o Instituto Português da Qualidade (IPQ), a Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) e o Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa (ISEGI-UNL), a EPAL obteve um índice global de 7,76. Pela análise dos subcritérios sujeitos a avaliação é possível constatar que a EPAL subiu a pontuação em 14 dos 33 que compõe o ECSI.

Variáveis	EPAL		Setor da Água		Variação 2014-2015 EPAL/Setor da Água
	2014-15	2013	2014-15	2013	
Imagem	7,90	7,99	7,68	7,65	0,22
Expectativas	7,92	7,69	7,56	7,36	0,36
Qualidade	8,07	7,98	7,83	7,67	0,24
Valor	6,57	6,82	6,57	6,30	0,00
Satisfação	7,76	7,78	7,50	7,35	0,26
Reclamações	7,21	7,19	6,93	6,73	0,28
Confiança	8,11	8,07	7,79	7,68	0,32
Lealdade	7,38	7,44	7,16	6,99	0,22

Em termos globais, a EPAL registou uma subida nas categorias “Expectativas”, “Qualidade”, “Resolução de Reclamações” e “Confiança” e decresceu ligeiramente nas categorias “Valor”, “Imagem” e “Lealdade”, sendo de referir que a categoria “Imagem” é aquela que mais influencia a melhoria do índice global.

Face às congéneres, a EPAL conseguiu posicionar-se no 2º lugar nos critérios “Qualidade Apercebida”, obtendo 8,07 face a 8,56 alcançado pelo 1º lugar, e “Expectativas” obtendo 7,92 face a 8,39 registado pela empresa líder do ranking.

Outros Serviços Prestados

Sistema de informação e gestão comercial – Aquamatrix:

O negócio AQUAmatrix teve um relevante desenvolvimento comercial com a implementação da aplicação em três novos clientes: EMAS, Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja; EMAR - Empresa Municipal de Água e Resíduos de Vila Real; SMAS de Vila Franca de Xira. Com estas implementações o negócio AQUAmatrix terminou o ano com presença em 31 Entidades Gestoras de Água, Saneamento e Resíduos, abrangendo 58 Municípios e cerca de 1,7 milhões de clientes finais de que resulta uma quota de mercado estimada de 31% em Portugal. Por outro lado foram renovados contratos com os Municípios de Pombal, Marinha Grande e Ansião e ainda com a empresa Águas do Ribatejo.

Durante o ano de 2015 desenvolveu-se o processo de migração tecnológica do AQUAmatrix ainda iniciada no final de 2014. Trata-se de um trabalho de grande complexidade que tem em vista melhorar a sua competitividade e potenciar a sua internacionalização. No sentido de dar maior robustez à operação AQUAmatrix iniciou-se o processo conducente à obtenção da certificação ISO 27001.

Sistema de redução de perdas de água – WONE:

Ao longo do ano de 2015 registou-se o maior volume de faturação desde o início da prestação de serviços WONE.

Dos trabalhos realizados, que abrangem diagnóstico de redes, deteção de fugas e a comercialização do sistema WONE, destacam-se os seguintes:

- PT Pro – Deteção de Fugas
- Manutenção Militar – Deteção de Fugas
- Ministério das Finanças – Deteção de Fugas
- Município de Mourão – Deteção de Fugas/Licença WONE
- Município de Fronteira – Licença WONE
- SMAS de Torres Vedras – Consultoria/Licença WONE

- Município de Alter do Chão – Detecção de Fugas/Licença WONE
- Protocolo com CIMAC, envolvendo trabalhos de controlo de perdas em 14 municípios do Centro Alentejo

Sistema de monitorização e alerta de consumos anómalos em redes privadas – Waterbeep:

Há dois anos a ajudar os clientes a controlarem os seus consumos de água e a serem cada vez mais eficientes, o waterbeep continuou a despertar o interesse de vários Clientes, quer Empresas quer particulares, tendo-se registado as primeiras adesões à modalidade waterbeep premium, permitindo, assim, aos clientes aderentes receberem a informação relativa ao seu consumo de água em ficheiro customizado compatível com a integração nos seus sistemas de gestão empresarial.

myAQUA:

Dando continuidade à estratégia de proximidade com os seus clientes, em 2015, a EPAL desenvolveu a versão da aplicação myAQUA para Windows Phone, em complemento dos sistemas operativos IOS e Android. Com esta iniciativa, a EPAL permitiu, assim a todos os utilizadores de telemóveis gerir o seu contrato, comunicar leituras, consultar contas de água e muito mais através de um smartphone, garantindo a universalidade de acesso a esta aplicação pioneira.

Um ano após o lançamento, a aplicação para smartphones myAQUA, foi pela primeira vez comercializada a uma Entidade Gestora, SIMAR – Serviços Municipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas, reconhecendo o valor deste serviço, 100% EPAL e 100% nacional. Com esta iniciativa, a SIMAR_Loures e Odivelas reforça a sua relação com o cliente, disponibilizando-lhe mais uma ferramenta inovadora, interativa e de grande utilidade, com valor acrescentado para ambos, com evidentes ganhos na qualidade do serviço.

WattWater:

WattWater é a nova tecnologia 100% portuguesa, desenvolvida integralmente na EPAL, com o objetivo de promover a otimização da gestão energética em Entidades Gestoras de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, tendo sido lançada no mercado durante o ENEG 2015.

O WattWater é um SaaS (Software as a Service) que permite, de uma forma eficiente e inovadora, assegurar o complexo processo de integração dos dados relevantes para a monitorização das variáveis associadas à gestão de energia, constituindo-se como um sistema flexível, objetivo e intuitivo.

Esta nova aplicação de gestão tem como principais vantagens: automatizar a recolha e tratamento dos dados; efetuar a correlação entre o consumo de energia, os seus custos e os volumes movimentados e configuração de alertas, pelo utilizador, para qualquer variável.

Reparação e Ensaio de Contadores:

Em 2015 na EPAL foram retirados da rede e deram entrada na Oficina de Contadores 48,7 mil contadores, tendo-se conseguido reparar, calibrar e certificar cerca de 16 mil contadores que foram disponibilizados para instalação.

O laboratório de contadores da EPAL realizou ainda, para entidades externas, trabalhos de reparação, ensaio e calibração de contadores e medidores de caudal.

Análises Laboratoriais:

A Direção de Laboratórios e Controlo da Qualidade da Água da EPAL é detentora de grande credibilidade no meio laboratorial nacional, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem aos seus serviços, com especial relevância para a própria Administração Central.

Durante o ano de 2015, foram apresentadas cerca de 100 propostas/candidaturas a concursos públicos, convites para prestação de serviços de colheita de amostras e/ou realização de análises para entidades externas (controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano, controlo da qualidade de águas subterrâneas e superficiais destinadas à produção de água destinada ao consumo humano e ensaios a materiais em contacto com a água para consumo humano). Destas propostas, foram adjudicadas 49, o que representa uma enorme taxa de sucesso.

Fill Forever:

A garrafa de design exclusivo concebida pela EPAL como solução pioneira para a portabilidade da água da torneira conheceu, em 2015, mais uma inovação com o lançamento da gama colorida de tampa e lettering em 7 cores distintas. Esta iniciativa representa uma solução criativa para a identificação com critérios de lifestyle, hobbies, ideologias e tendências, impulsionando o sucesso da Fill Forever em diferentes públicos e dimensões da sociedade.

Esta garrafa foi a estrela em diversos mega eventos da capital sendo-lhe reconhecida, pelos consumidores, a natureza criativa e sustentável, propiciando o consumo de um produto de elevada qualidade, acessível e com impacto positivo na melhoria do ambiente.

Academia das Águas Livres

Em 2015, o segundo ano completo da sua atividade, a Academia das Águas Livres (AAL) realizou 80 ações de formação, abrangendo 1.069 formandos da EPAL, de empresas do grupo AdP, empresas municipais, autarquias locais, entidades reguladoras e entidades privadas do setor da água e ambiente, dos quais destacamos a Águas do Algarve, a Águas Públicas do Alentejo, os SMAS de Sintra e a ERSARA.

O volume de formação concretizou-se em 19.753 horas e o montante da faturação aumentou 32% face ao ano anterior, o que ilustra o reconhecimento da qualidade dos serviços prestados pela AAL para formação do setor.

Investimentos

Valores em EUR	2013	2014	2015
Garantia da Capacidade	448.327	483.215	464.806
Ampliação da rede de Distribuição	445.827	462.706	456.942
Outros	2.500	20.509	7.864
Garantia da Fiabilidade e Segurança	4.416.008	10.113.695	5.578.246
Reabilitação da Captação e Est. Tratamento Vale da Pedra	1.794.085	3.738.587	9.031
Renovação da rede de Distribuição	1.617.737	2.709.818	2.026.974
Renovação da rede de Adução	75.121	383.886	1.847.274
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	128.000	2.089.871	381.271
Outros	801.065	1.191.533	1.313.696
Garantia da Qualidade	385.538	299.639	302.731
Sustentabilidade e Inovação	155.695	116.556	702.567
Monitorização e controlo	116.801	48.898	136.649
Eficiência energética	38.894	62.771	71.205
Sistema de gestão de lamas	0	4.887	494.714
Tecnologias de Informação e Comunicação	687.668	1.138.009	640.677
Aquamatrix	239.149	131.739	280.126
Infraestruturas e Telegestão	37.225	207.730	133.903
Outros	411.294	798.540	226.648
Outros Investimentos	533.604	3.679.668	2.512.668
TOTAL	6.626.841	15.830.782	10.201.694

O Investimento realizado em 2015 foi de 10,2 milhões de euros, valor que inclui 2,4 milhões de euros decorrentes da capitalização de gastos.

Os investimentos para garantia da fiabilidade e segurança do sistema de abastecimento foram responsáveis por 55% do total realizado.

Destacam-se os seguintes investimentos:

- Renovação na Rede de Distribuição (condutas de distribuição e adutoras) no valor de 2,0 milhões de euros;
- Intervenções em instalações, no valor de 1,4 milhões de euros;
- Aquisição e substituição de Contadores, no valor de 1,0 milhões de euros;

- Recuperação do Troço Final do Adutor de Castelo do Bode, no valor de 0,7 milhões de euros;
- Investimentos em tecnologias de informação e comunicação, no valor de 0,6 milhões de euros;
- ETA da Asseiceira - Sistema de gestão de lamas desidratadas por forma a assegurar a compatibilidade ambiental, no valor de 0,5 milhões de euros;
- Reabilitação da Conduta Prior Velho - Camarate, na zona do Bairro Sovilar, no valor de 0,4 milhões de euros;
- Reabilitação da Conduta de Água Bruta de Valada DNI250, no valor de 0,3 milhões de euros;
- Ampliação de Rede de Distribuição, com uma realização de 0,5 milhões de euros.

Gestão do Capital Humano

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da EPAL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor.

No âmbito da gestão delegada da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, as trabalhadoras e trabalhadores da sociedade LVT foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário a gestão do sistema LVT.

Assim, a partir de julho, com o início da gestão delegada do sistema LVT, a EPAL passou a integrar os trabalhadores da LVT, ou seja, os trabalhadores originários das oito empresas agregadas.

No final do ano de 2015 a EPAL tinha 1.494 trabalhadores, dos quais 847 referentes à gestão delegada da LVT.

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	694	675	1.494	819	121,3%
EPAL	694	675	647	-28	-4,1%
Gestão delegada LVT	0	0	847	+847	-

A movimentação de pessoal ocorrida em 2015 foi a seguinte:

	2013	2014	2015
Integração de colaboradores da LVT	-	-	862
Entradas	3	5	8
Saídas	45	24	51
Total	-42	-19	+819

A caracterização dos Recursos Humanos apresentada seguidamente, espelha no ano de 2015 a integração, a partir de julho, dos Colaboradores da LVT na EPAL, influenciando a comparação com os anos anteriores.

Caracterização dos Recursos Humanos

O universo de 1.494 trabalhadores ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da LVT), a 31 de dezembro de 2015, caracteriza-se da seguinte forma:

Dos 1.494 colaboradores, 1.106 são do sexo masculino (74%) e 388 do sexo feminino (26%).

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Homens	502	483	1.106	623	129,0%
Mulheres	192	192	388	196	102,1%

A quase inexistência de trabalhadores com contratos a termo resulta das restrições de contratação existentes nos últimos anos.

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Efetivos	665	655	1.488	833	127,2%
A termo	29	20	6	-14	-70,0%

A idade média dos trabalhadores da EPAL é de 45 anos. 41% do total de trabalhadores, ou seja, 616 pessoas situam-se no escalão etário entre os 35 e os 44 anos.

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Idade média	47	48	45	-3,1	-6,5%
Trab. por estrutura etária					
idade <25	5	5	3	-2	-40,0%
idade 25-34	93	75	200	125	166,7%
idade 35-44	186	195	616	421	215,9%
idade 45-54	195	179	354	175	97,8%
idade >55	215	221	321	100	45,2%

A antiguidade média é de 15 anos, situando-se 36% do total de trabalhadores (536) na faixa entre os 11 e os 20 anos de antiguidade e 31% (459) na faixa entre os 6 e os 10 anos.

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Antiguidade média	21	22	15	-6,9	-31,1%
Trab. por Antiguidade					
antiguidade <2	12	5	13	8	160,0%
antiguidade 2-5	68	71	145	74	104,2%
antiguidade 6-10	63	67	459	392	585,1%
antiguidade 11-20	180	168	536	368	219,0%
antiguidade >20	371	364	341	-23	-6,3%

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Trab. por nível profissional					
Quadros superiores	94	95	293	198	208,4%
Quadros médios	167	166	184	18	10,8%
Encarregados/mestres	34	32	39	7	21,9%
Altamente qualificados	120	120	117	-3	-2,5%
Qualificados	275	258	700	442	171,3%
Semi qualificados	4	4	52	48	1200,0%
Não qualificados	0	0	108	108	-
Praticantes/aprendizes	0	0	1	1	-

Um terço dos trabalhadores (499) detém qualificações ao nível do ensino superior:

Formação	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Trab. por nível habilitações					
Ensino Básico	250	230	517	287	124,8%
Ensino Secundário	208	204	478	274	134,3%
Ensino Superior	236	241	499	258	107,1%

No ano de 2015 realizaram-se diversas ações de formação, que deram origem a 20.420 horas de formação e a um total de 1.133 formandos.

Formação	2013	2014	2015
N.º de horas de formação	15.205	17.742	20.420
N.º de formandos	1.515	1.035	1.133
N.º. Participantes	538	444	342

A Taxa de absentismo em 2015 foi de 4,57%, correspondente a 93.807 horas de ausência, de um total de 2.051.391 horas potenciais de trabalho.

Absentismo	2013	2014	2015
Taxa de absentismo	4,28%	4,62%	4,57%
Horas de Absentismo	54.268	55.814	93.807

Ao longo do ano de 2015 ocorreram 76 acidentes de trabalho, dos quais 52 deram origem a situações de baixa médica.

Acidentes de Trabalho	2013	2014	2015
Total de acidentes de trabalho	39	28	76
Acidentes de trabalho com baixa	22	15	52

Indicadores de segurança

	2013	2014	2015
TF: Tx frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	34,39	23,29	25,04
Tf: Tx frequência dos acidentes de trabalho com baixa	20,28	12,11	35,70

TF=NA/HTx10⁶ Tf=NAita/HTx10⁶

NA – Número de acidentes

NAita – Número de acidentes com incapacidade temporária absoluta

HT – Número de horas trabalhadas

Financeira

O ano de 2015, apesar das significativas alterações na atividade da empresa, ficou marcado por um desempenho económico extremamente positivo, tendo-se alcançado um resultado que, expurgando efeitos não recorrentes de outros anos, consubstancia-se no melhor resultado de sempre da Empresa ao longo da sua existência. Aliado a este fato registou-se a manutenção de uma sólida posição e estrutura financeira.

Principais Indicadores

		2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Volume de negócios	milhões EUR	143,1	142,0	143,9	2,0	1,4%
Volume de água vendida	milhões m ³	198,7	192,1	197,0	5,0	2,6%
Resultado líquido	milhões EUR	40,0	54,0	47,1	-6,9	-12,8%
EBITDA	milhões EUR	81,4	102,4	93,3	-9,2	-8,9%
Endividamento bancário	milhões EUR	205,3	187,4	169,5	-17,9	-9,6%
Net Debt - Endividamento líquido	milhões EUR	136,2	127,1	109,8	-17,3	-13,6%
Net Debt to EBITDA	n.º	1,67	1,24	1,18	-0,1	-5,1%
Ativo total	milhões EUR	863,7	865,1	857,1	-8,0	-0,9%
Capital próprio	milhões EUR	536,3	561,8	579,1	17,3	3,1%
Passivo Total	milhões EUR	327,5	303,4	278,0	-25,3	-8,3%

Resultados Líquidos (milhões EUR)

O resultado líquido de 2015 ascendeu a 47,1 milhões de euros, registando uma redução de cerca de 6,9 milhões de euros face ao resultado verificado em 2014, correspondente a uma variação negativa de cerca de 13%. Contudo, expurgando o efeito extraordinário que concorreu em 2014 para a geração do resultado obtido (proveito extraordinário líquido de cerca de 8,6 milhões de euros referente à execução de um Protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa), o resultado comparável cifrar-se-ia em cerca de 45,4 milhões de euros, pelo que em termos efetivos regista-se uma variação positiva de cerca de 4%.

Valores em milhões de EUR	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Rendimentos totais	150,2	161,1	150,1	-11,0	-7%
Gastos totais	94,7	85,3	84,0	-1,2	-1%
IRC/ID	15,5	21,8	18,9	-2,9	-13%
Resultado Líquido	40,0	54,0	47,1	-6,9	-13%
Resultado Líquido comparável	40,0	45,4	47,1	1,7	4%

A EPAL tem vindo consecutivamente a proceder a medidas de contenção de gastos que concorreram decisivamente para a obtenção deste resultado, com a manutenção em 2015 dos níveis alcançados em 2014 nas rubricas de FSE e Gastos com Pessoal (apesar do aumento do valor das indemnizações com rescisões por mútuo acordo) que, aliadas ao aumento do volume de negócios (apesar de em 2015 não se ter faturado valores mínimos contratuais, que em 2014 atingiram valores na ordem dos 2,5 milhões de euros), permitem gerar resultados correntes que superam todos os já alcançados em anos anteriores.

Rendimentos Totais (milhões EUR)

Os rendimentos totais ascenderam a 150,1 milhões EUR (-6,8%) face ao período homólogo.

Valores em milhões de EUR	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Volume de negócios	143,1	142,0	143,9	2,0	1,4%
Subsídios ao investimento	1,3	1,3	1,3	0,0	0,0%
Reversão de Provisões e ajustamentos	0,4	1,6	0,3	-1,3	-84,2%
Outros rendim. e ganhos operacionais	2,6	14,5	3,9	-10,7	-73,4%
Juros e rendimentos similares	2,8	1,8	0,8	-1,0	-56,3%
Rendimentos totais	150,2	161,1	150,1	-11,0	-6,8%

O volume de negócios, contrariando a tendência sistemática dos últimos anos, apresenta um aumento de cerca de 2 milhões de euros (+1,4%). Em sentido inverso não se registou em 2015 qualquer proveito extraordinário como aconteceu em 2014, nomeadamente o reconhecimento de 12 milhões de euros brutos referente à execução de um Protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa.

Regista-se uma forte redução nas reversões de provisões, visto que em 2014 verificou-se a dissolução do Clube de Golfe das Amoreiras, com a consequente anulação das provisões atempadamente constituídas.

Verifica-se novamente o fenómeno ocorrido em 2014 com a rubrica de juros e rendimentos similares, tendo-se registado novo decréscimo de 1,0 milhão de euros, resultante da diminuição das taxas de juros das aplicações financeiras, embora tenha havido igualmente uma redução nos gastos de financiamento da Empresa.

Volume de Negócios (milhões EUR)

O Volume de Negócios ascendeu a 143,9 milhões de EUR (aumento de 1,4%)

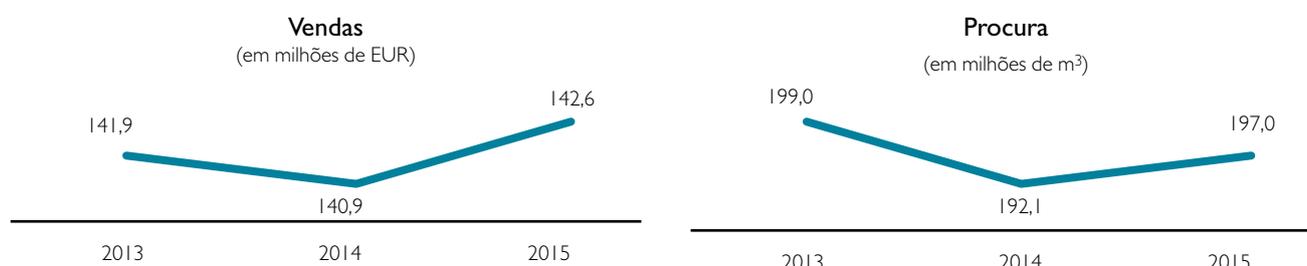
Valores em milhões de EUR	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Vendas	141,9	140,9	142,6	1,8	1,3%
Prestações de Serviços	1,2	1,1	1,3	0,2	18,3%
Volume de negócios	143,1	142,0	143,9	2,0	1,4%

O volume de negócios, contrariando a tendência sistemática dos últimos anos, apresenta um aumento de cerca de 2 milhões de euros (+1,4%), em resultado do efeito conjugado de:

- Incremento de cerca de 5 milhões m³ no volume vendido, dos quais 4,2 milhões m³ nos Clientes Municipais e 0,7 milhões m³ nos Clientes Diretos. Após as contínuas descidas no volume vendido, em 2015 regista-se um acréscimo de 2,6%;
- A Receita de Venda de Água (incluindo Quota de serviço) aumenta 1,3% (+1,8 milhões de euros). Verifica-se um aumento de 2,4 milhões de euros nos Clientes Diretos e uma redução nos Clientes Municipais (redução esta influenciada apenas pelo efeito dos valores mínimos contratuais reconhecidos em 2014 e que ascendiam a cerca de 2,5 milhões de euros);
- Manutenção da tendência de crescimento do número de Clientes Diretos, com um aumento de cerca de 2.000 novos clientes/ano.

Vendas

A água vendida em 2015 foi de 197,0 milhões de m³, sendo que 143,2 milhões de m³ foram vendidas a outras entidades gestoras (clientes municipais e multimunicipais) e 53,9 milhões de m³ aos utilizadores finais (clientes diretos). Nos clientes municipais e multimunicipais registou-se um acréscimo de 4,2 milhões de m³ (+3,0%), resultante fundamentalmente do aumento de consumo nos concelhos limítrofes de Lisboa. Nas Vendas aos clientes diretos assistiu-se a uma variação mais pequena de 0,7 milhões de m³ (+1,3%), salientando-se os acréscimos verificados nos segmentos Domésticos e Comércio e Indústria.



Gastos Totais (milhões EUR)

Os gastos totais ascenderam a 84,0 milhões EUR, verificando-se uma redução de cerca de 1,2 milhões de euros face a 2014, o que representa uma variação de -1,5%.

Valores em milhões de EUR	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	2,3	2,2	2,2	0,0	2,0%
Fornecimento e serviços externos	32,1	29,1	28,9	-0,2	-0,7%
Gastos com o pessoal	25,2	22,7	22,7	0,0	0,0%
Depreciações e perdas imparidade em ativos	25,0	25,0	25,3	0,3	1,1%
Perdas por imparidade	0,7	0,9	0,7	-0,3	-31,2%
Provisões	0,6	0,8	0,1	-0,6	-85,6%
Impostos e taxas	1,2	1,0	1,3	0,3	31,1%
Outros gastos operacionais	3,8	0,3	0,3	-0,1	-14,8%
Juros e gastos similares	3,8	3,3	2,6	-0,7	-20,4%
Gastos totais	94,7	85,3	84,0	-1,2	-1,5%

% em função do Volume de Negócios 66% 60% 58%

Conforme já referido verificou-se uma contínua diminuição dos níveis de gastos. Consta-se assim que as medidas de contenção de custos implementadas são sólidas e consentâneas com a atividade da Empresa.

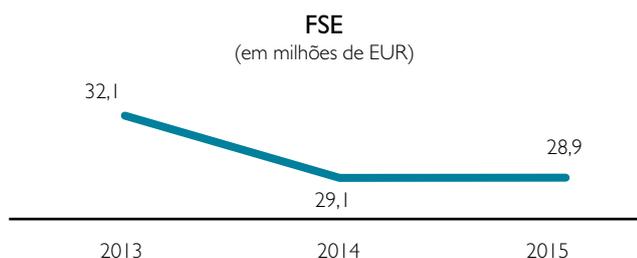
Apesar do aumento de atividade, regista-se na rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas um aumento residual face aos anos anteriores, com uma variação global de 2,0% (cerca de 0,04 milhões EUR).

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos regista-se uma variação negativa de 0,7%, apesar do aumento do custo da energia em cerca de 0,4 milhões de euros (+4%). Este aumento está relacionado com o incremento do consumo atendendo que o custo unitário diminuiu.

O crescimento do consumo deriva:

- Por um lado do aumento dos volumes (captados, elevados e tratados) em resultado do incremento nos volumes vendidos e no volume de água não faturada; e
- Por outro lado de um ligeiro aumento no consumo específico (explicado essencialmente pela variação verificada na Captação de Castelo de Bode – em virtude da descida do nível médio da albufeira de Castelo de Bode).

Concorreu para a redução total dos FSE, mitigando dessa forma o aumento verificado na energia elétrica, face a 2014, a contenção verificada nas rubricas de trabalhos especializados, manutenção e conservação, combustíveis e outros fornecimentos e serviços.



A rubrica pessoal regista uma variação quase nula, apesar de em 2015 se ter verificado a reversão parcial (20%) nas reduções remuneratórias de todos os colaboradores da Empresa, bem como o aumento de cerca de 41% nos valores das indemnizações com rescisões por mútuo acordo. Verificou-se ainda o aumento do número de elementos do Conselho de Administração da EPAL de 3 para 5 elementos, em consequência das suas novas atribuições na gestão delegada da LVT.

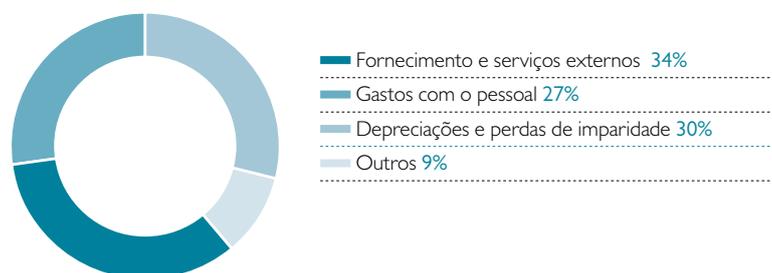
Ao nível da rubrica de gastos financeiros, em resultado da diminuição das taxas médias de juros de financiamentos, aliado à redução do endividamento da Empresa, constata-se uma redução de 20,4%, destacando-se como a rubrica que mais diminuiu face a 2014.

No contexto do Plano de Redução de Gastos Operacionais no Setor Empresarial do Estado, foi definido como objetivo a manutenção do peso dos gastos operacionais (considerando as rubricas de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimento e serviços externos e gastos com o pessoal) com o volume de negócios. A EPAL apresentou em 2015 uma redução de 1,1 p.p. face ao verificado no ano anterior, cumprindo dessa forma a orientação em apreço.

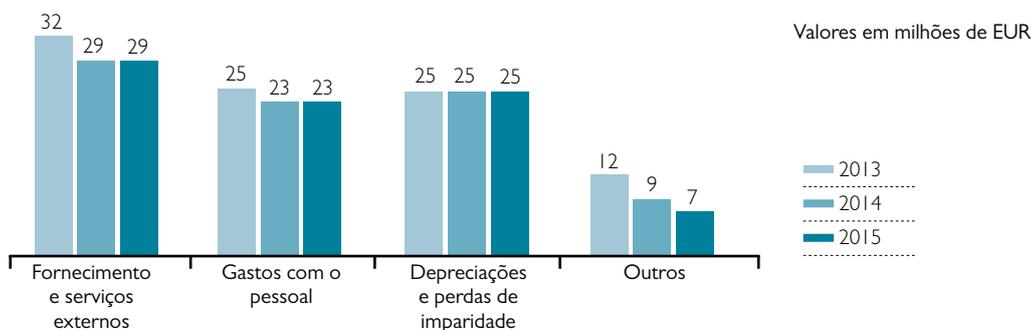
De destacar ainda a significativa redução verificada do peso dos gastos totais no volume de negócios da Empresa.

Estrutura de Gastos

As rubricas mais significativas são os Fornecimentos e Serviços Externos, que representam cerca de 34% dos gastos totais da Empresa, as rubricas de Gastos com Pessoal e Depreciações, com cerca de 27% e 30%, respetivamente. Globalmente mantém-se sensivelmente a mesma proporção de distribuição face aos anos anteriores.



No que concerne à evolução de cada uma das rubricas, constata-se uma redução e/ou manutenção face aos anos anteriores em quase todas as rubricas, excetuando apenas os gastos com depreciações do exercício, tendo esta rubrica aumentado em cerca de 1,1% face ao período homólogo.



Margens Operacionais (milhões EUR)

O EBITDA alcançou um valor de 93,3 milhões de euros, o que representa uma diminuição de cerca de 8,9% face ao ano anterior.

Contudo, e em termos comparáveis, expurgando o efeito do rendimento não recorrente considerado em 2014, o valor do EBITDA desse ano passaria a 90,4 milhões de euros, pelo que o aumento em 2015 seria de 3,1%.

Regista-se uma descida dos gastos operacionais face a 2014, para cerca de 56,1 milhões de euros, o que representa uma variação de quase -1,5%.

Valores em milhões de EUR	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Volume de negócios	143,1	142,0	143,9	2,0	1,4%
Outros rendimentos operacionais	4,3	17,4	5,4	-12,0	-69,0%
Rendimentos Operacionais	147,4	159,4	149,3	-10,0	-6,3%
C.M.V.MC	2,3	2,2	2,2	0,0	2,0%
Fornecimentos e serviços externos	32,1	29,1	28,9	-0,2	-0,7%
Gastos com o pessoal	25,2	22,7	22,7	0,0	0,0%
Perdas de imparidade	0,7	0,9	0,7	-0,3	-31,2%
Outros gastos operacionais	5,0	1,3	1,5	0,2	19,0%
Provisões	0,6	0,8	0,1	-0,6	-85,6%
Gastos Operacionais	65,9	56,9	56,1	-0,9	-1,5%
Cash flow operacional (EBITDA)	81,4	102,4	93,3	-9,2	-8,9%
EBITDA comparável	81,4	90,4	93,3	2,8	3,1%

Estes resultados são também visíveis em termos de margem EBITDA (peso em função do Volume de Negócios), a qual passou de 72% para 65% (diminuição de 10,4%). Caso se desconsidere o efeito não recorrente de 2014, o rácio passaria para 64%, pelo que se verificaria um aumento de 1,5%.

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
EBITDA (milhões de EUR)	81,4	102,4	93,3	-9,2	-8,9%
Volume de negócios (milhões de EUR)	143,1	142,0	143,9	2,0	1,4%
Margem EBITDA	57%	72%	65%	- 7 p.p.	-10,2%

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

Resultados Financeiros (milhões EUR)

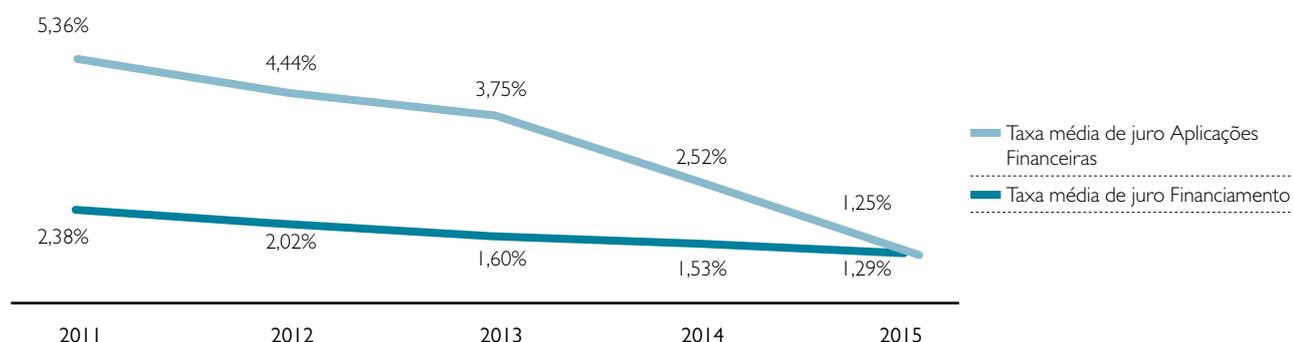
Verifica-se uma degradação dos resultados financeiros em 0,3 milhões de euros, que em 2015 ascenderam a -1,9 milhões de euros. Contudo, a EPAL continua a manter uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada entre a gestão do seu financiamento e da sua tesouraria.

Valores em milhões de EUR	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Rendimentos e ganhos financeiros	2,8	1,8	0,8	-1,0	-56,3%
Gastos e perdas financeiros	-3,8	-3,3	-2,6	0,7	-20,4%
Resultados financeiros	-1,0	-1,5	-1,9	-0,3	21,4%

Verificou-se uma redução dos gastos financeiros (-0,7 milhões de euros) que atenuaram a significativa a redução dos rendimentos financeiros (-1,0 milhão de euros). Esta redução verificada nos gastos financeiros resulta sobretudo de melhores condições nos financiamentos existentes da EPAL, aliada a uma criteriosa gestão da sua tesouraria.

Os rendimentos financeiros obtidos dizem sobretudo respeito a juros de aplicações bancárias e ascenderam a 0,8 milhões de euros. A sua evolução e notória degradação face ao ano anterior justifica-se pelo excesso de liquidez que as instituições bancárias dispõem, pelo que não remuneraram adequadamente os excedentes financeiros disponíveis. Depreende-se tal facto da leitura do gráfico seguinte, verificando-se que a taxa média de 2014 foi de 2,52%, sendo que a obtida em 2015 foi de 1,25%.

Taxas médias de juro



Os gastos financeiros ascenderam a 2,6 milhões de euros, menos 20,4% do que no ano anterior, e correspondem essencialmente aos juros da dívida contraída junto do Banco Europeu de Investimento e respetivas garantias associadas.

Conforme se pode verificar no gráfico anterior, atendendo às atuais condições de mercado, o custo médio de financiamento na EPAL situou-se em níveis bastante atrativos em 2015, atingindo o valor médio de 1,29%, para uma distribuição de capital de cerca de 53% à taxa fixa e de 47% à taxa variável.

A empresa não recorreu em 2015 a qualquer novo financiamento, tendo efetuado reembolsos de capital no valor de cerca de 17,9 milhões de euros relativos a empréstimos BEI, de acordo com o plano de amortização previsto.

A nível financeiro, a EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento. No final de 2015, o endividamento da Empresa era de 169,5 milhões de euros, correspondente na totalidade a empréstimos BEI, com maturidades remanescentes entre os 3 e os 15 anos, tendo a dívida do BEI a médio e longo prazo reduzido cerca de 18,0 milhões de euros. Do valor por amortizar, 53% correspondem a empréstimos a taxa fixa e 47% a taxa variável.

A dívida financeira líquida tem vindo a diminuir significativamente, devido à amortização parcial do financiamento contratado pela EPAL junto do BEI.

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Net Debt - Endividamento líquido (milhões de EUR)	136,2	127,1	109,8	-17,3	-13,6%
Net Debt to EBITDA	1,7	1,2	1,2	-0,1 p.p.	-5,1%

Constata-se ainda a manutenção dos valores do indicador Net Debt to EBITDA, que reforça a que para além do bom desempenho económico, a EPAL continua a manter uma forte robustez financeira, evidenciando uma forte capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

Posição Financeira (milhões EUR)

No final de 2015, o ativo da EPAL ascendia a 857,1 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 579,1 e 278,0 milhões de euros, respetivamente.

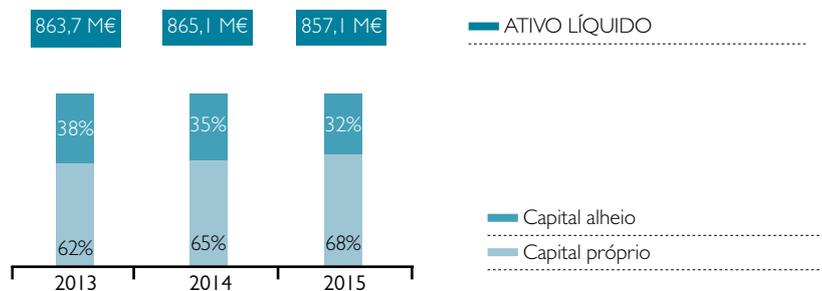
Valores em milhões de EUR	2013	2014	2015	Variação 2015/2014	
Ativo não corrente	755,5	761,6	749,1	-12,4	-1,6%
Ativo corrente	108,2	103,6	108,0	4,4	4,2%
Total do ativo	863,7	865,1	857,1	-8,0	-0,9%
Capital próprio	536,3	561,8	579,1	17,3	3,1%
Passivo não corrente	267,8	244,4	222,4	-21,9	-9,0%
Passivo corrente	59,6	59,0	55,6	-3,4	-5,8%
Total do capital próprio e passivo	863,7	865,1	857,1	-8,0	-0,9%

A EPAL terminou o ano de 2015 com uma sólida situação financeira, apresentando uma autonomia financeira de 67,6% e um fundo de maneo positivo de 52,4 milhões de euros. O valor do Net Debt/EBITDA em 2015 confirma a sustentabilidade da EPAL em termos financeiros.

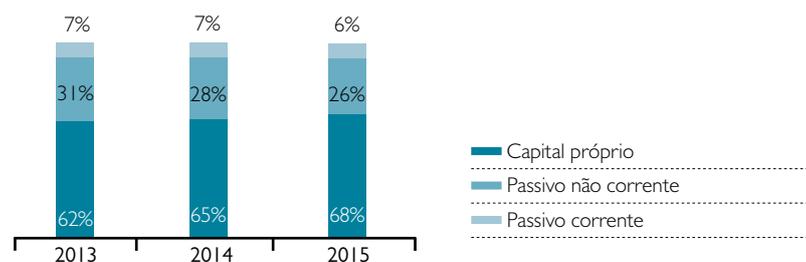
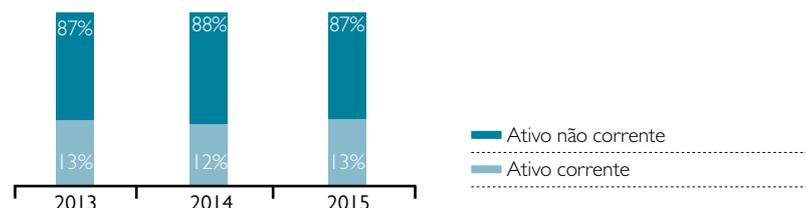
	2013	2014	2015
Autonomia Financeira	62,1%	64,9%	67,6%
Net Debt/EBITDA	1,67	1,24	1,18
Fundo de maneo (milhões EUR)	48,6	44,6	52,4
Solvabilidade	1,64	1,85	2,08

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Ativo total
 NET Debt/EBITDA = [Emp. Obtidos-Disponib.]/EBITDA
 Fundo de Maneio = Ativo corrente - Passivo corrente
 Solvabilidade = Capital Próprio/Passivo Total

A EPAL mantém uma forte robustez financeira, evidenciando uma equilibrada estrutura de capital e uma forte capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto, médio e longo prazo.

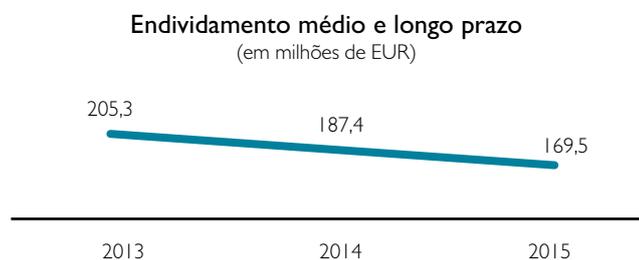


A otimização dos recursos financeiros continua a ser uma das prioridades da EPAL, procurando-se uma adequada correspondência entre maturidades de ativos e respetivas fontes de financiamento. No final de 2015 evidenciava-se uma sólida relação entre ativos não correntes (87% do total) e capitais permanentes (capital próprio e passivo não corrente representavam em conjunto 94% do total).



Endividamento de Médio e Longo Prazo (milhões EUR)

O endividamento bancário de médio e longo prazo ascendia a 169,5 milhões de euros no final de 2015, menos 17,9 milhões de euros que em 2014, evolução justificada pela ausência de recurso a endividamento no ano e pela realização contratual do serviço da dívida.



Todo o endividamento bancário foi contraído junto do Banco Europeu de Investimentos e correspondeu a um máximo de 50% da despesa com investimentos nos anos compreendidos entre 1997 e 2010.

No ano de 2014 foi aprovado pelo BEI um novo financiamento para os investimentos no período de 2013-2016, no montante de 70 milhões de euros, que se encontra ainda em formalização.

Cash Flow Gerado (milhões EUR)

O cash flow do ano foi positivo em 10,9 milhões de euros, devido sobretudo às atividades operacionais desenvolvidas na EPAL, bem como devido à redução do valor de distribuição de dividendos e serviço da dívida ao BEI. Constatam-se que os fluxos de caixa decorrentes da atividade operacional foram suficientes para assegurar a totalidade do serviço da dívida bancária e a remuneração do acionista.

Valores em milhões de EUR	2013	2014	2015
Fluxos de caixa operacionais	59,8	57,5	58,1
Fluxos de caixa do investimento	9,2	0,9	3,3
Pagam. atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	-35,1	-32,0	-29,7
Serviço da dívida bancária	-21,5	-21,2	-20,7
Receb. atividades de financiamento			
Fluxos de Investimento	0,0	0,0	0,0
Varição de caixa e seus equivalentes	12,4	5,3	10,9

O autofinanciamento continua a ser a fonte primordial de financiamento da atividade.

Dívidas de Clientes e Prazo Médio de Recebimentos

As dívidas de clientes sofreram um aumento durante o ano de 2015, que se ficou a dever essencialmente ao fato de o recebimento efetivo de alguns clientes se ter verificado apenas nos primeiros dias de janeiro de 2016.

Evolução das dívidas totais de clientes (EUR)

Tipologia	Dez. 2013	Dez. 2014	Dez. 2015
Clientes Diretos	12 352 514	14 479 059	14 165 201
Clientes Municipais e Multimunicipais	9 548 297	12 294 586	13 848 189
Prestação de Serviços	685 103	624 406	803 434
Total	22 585 914	27 398 051	28 816 825

Nota: Foi deduzido ao valor dos clientes diretos o montante em dívida respeitante às taxas cobradas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, atendendo que as mesmas não concorrem para o volume de negócios da EPAL.

Evolução das dívidas vencidas de clientes (EUR)

Tipologia	Não vencido	0 - 30 Dias	31 - 60 Dias	61 - 180 Dias	181 - 365 Dias	> 365 Dias	Taxas CML	Total
Clientes Diretos	10 710 075	1 943 234	982 399	1 373 201	735 207	7 843 725	-9 422 640	14 165 201
Clientes Municipais	4 234 463	71 300	16 935	2 386 657	139 729	6 999 104	0	13 848 189
Prestação de Serviços	207 887	21 090	18 780	115 643	291 583	148 452	0	803 434
Total	15 152 425	2 035 624	1 018 115	3 875 501	1 166 519	14 991 281	-9 422 640	28 816 824

Nota: Não inclui imparidades constituídas no valor total de 6 609 710 EUR

As imparidades de clientes registaram um decréscimo em 2015 face a 2014, sendo que os indicadores de cobrança apresentam uma boa performance quer face aos clientes abrangidos, quer face aos clientes totais da EPAL.

Imparidades	2013	2014	2015
Imparidades do Ano (milhares de EUR)	681	594	587
Faturação dos Clientes Abrangidos (milhares de EUR)	59 822	62 453	65 778
Faturação Total dos Clientes (milhares de EUR)	157 356	156 183	162 155
Imparidade / Faturação dos Clientes Abrangidos	1,14%	0,95%	0,89%
Imparidade / Faturação Total dos Clientes	0,43%	0,38%	0,36%

O prazo médio de recebimentos dos clientes em 2015 foi de 51 dias, diminuindo em 7 dias face ao ano anterior (58 dias). Para esta redução concorreu decisivamente um acordo de pagamento celebrado com a LVT, respeitante a valores em dívida da antiga Águas do Oeste.

Fundo de Pensões

O Fundo de Pensões de Benefício Definido ascendeu no final do ano a 38,5 milhões de euros, registando um nível de financiamento de 111,1%, utilizando uma taxa de desconto de 2,0%, atendendo que as responsabilidades por serviços passados eram de 34,7 milhões de euros.

O Fundo de Pensões de Contribuição Definida ascendia a 17,6 milhões de euros no final de 2015.

Investigação e Desenvolvimento / Inovação

Para dar corpo ao desígnio da I&D e Inovação, a EPAL tem vindo a realizar vários projetos que constituem uma afirmação da EPAL na investigação e no desenvolvimento empresarial, criando novas oportunidades e novos desafios numa empresa que aposta, constantemente, no desenvolvimento tecnológico e na criação de novos produtos e serviços.

Como projetos desenvolvidos em 2015, referem-se:

- **Projeto BINGO:** O “BINGO - Bringing INnovation to onGOing water management – a better control of our future under climate change”, é um projeto europeu, liderado por Portugal, através do LNEC. O objetivo do projeto é avaliar, de forma inovadora, os impactos das alterações climáticas no ciclo integrado da água, das águas superficiais, às subterrâneas ou costeiras, promovendo estratégias de gestão do risco e de medidas de adaptação, o que irá permitir reduzir vulnerabilidades e superar adversidades. Do BINGO resultará uma série de soluções para problemas específicos da gestão do ciclo da água, em particular para recursos hídricos vulneráveis e de importância estratégica. Na fase inicial do projeto serão feitas previsões de cenários climáticos para os próximos 15 anos, numa resolução espacial adequada aos problemas a resolver e de forma a capacitar decisores e gestores a atuar a diversos níveis geográficos (local, regional e europeu). O projeto envolve 20 parceiros europeus de 6 países (Portugal, Espanha, Países Baixos, Alemanha, Noruega e Chipre) e integra uma equipa de cerca de 80 especialistas provenientes de centros de investigação e inovação, autoridades da água, utilizadores da água, indústria e empresas. Os parceiros nacionais são, para além do LNEC, a CIMLT, a EPAL, a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) e a Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI). O BINGO foi o projeto de Investigação e Inovação melhor classificado entre 40 Consórcios europeus, sendo a primeira liderança portuguesa no Horizonte 2020 - Desafio Societal 5 - Ação Climática. Tem um orçamento de 8 milhões de euros, dos quais cerca de dois milhões serão para Portugal.
- Desenvolvimento e otimização da “**Simulação Hidráulica Integrada da Rede de Distribuição de Lisboa**”, solução de engenharia prática e eficiente para a elaboração de estudos e diagnósticos à rede de distribuição de Lisboa, com base na sua modelação matemática integrada;
- Desenvolvimento e otimização de “**Plataforma de Gestão do Sistema de Inspeções**”, base de dados dedicada à gestão, incluindo registo, tratamento e reporting, de toda a informação associada ao sistema de Inspeções da EPAL/LVT.
- **Projeto Europeu LIFE IMPETUS**, com a referência LIFE14 ENV/PT/000379: “Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants”. Este projeto tem como participante a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., através da sua Direção Laboratórios e de Controlo de Qualidade da Água. Os outros beneficiários deste projeto europeu são as seguintes entidades: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que coordena o projeto, Águas do Algarve, S.A., Environment and Regional Development Consulting, Lda. (EHS), Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL), Universidade do Algarve (UAIG). Quando o projeto foi submetido à União Europeia em 2014, também fazia parte dos participantes a empresa SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S.A.. Com a fusão e integração da SIMTEJO na EPAL, em 2015, este projeto passou efetivamente a contar com a Direção de Operações de Saneamento da EPAL, formada aquando da reestruturação desta empresa. Este projeto tem a duração de 4 anos.
- **Projeto EnviHealth&Co.:** novo Programa Doutoral da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL), aprovado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), e que será desenvolvido em ambiente empresarial, nomeadamente na EPAL, sendo inteiramente devotado à Saúde Ambiental e áreas afins. Este projeto terá a duração de 4 anos, sendo o primeiro ano (2016) um ano curricular a decorrer na Faculdade de Medicina de Lisboa. Entre 2017 e 2019, a EPAL irá receber dois estudantes de doutoramento para a execução do trabalho experimental da tese de doutoramento. Em 2015 a EPAL colaborou na seleção de candidatos às bolsas de doutoramento atribuídas no âmbito deste Programa Doutoral.

- **Projeto Europeu “AquaVIR - Portable Automated Water Analyser for Viruses”**, coordenado pela Universidade Técnica da Dinamarca, conta com a participação de um total de 15 instituições europeias de 9 países (universidades, instituições de investigação, indústrias e entidades/empresas governamentais) agrupadas em Consórcio.

O projeto AquaVIR tem por objetivo concretizar o desenvolvimento de um novo sistema portátil, de baixo custo, de instalação e deteção no local, para monitorização de vírus entéricos humanos em diferentes tipos de massas de água. Este método baseia-se na utilização de unidades/cartuchos de microfiltração (sensores), nos quais as partículas de vírus são concentradas e detetadas por leitura elétrica até limites de deteção de 0,01-1 partículas de vírus/L. Está prevista a realização de ensaios laboratoriais e ensaios de campo, a validação da unidade de monitorização, o desenvolvimento de um sistema de alerta (“early warning”) e de avaliação de risco epidemiológico. No âmbito deste projeto, com início a 1 de novembro de 2013 e duração de 36 meses, a EPAL participa na qualidade de utilizador final (“end-user”), através da realização de ensaios de campo de modo a apoiar a validação dos resultados. No decorrer de 2015, LAB não teve participação no desenvolvimento do projeto, no entanto efetuou a validação do método de ensaio para pesquisa de Norovirus de acordo com a Norma USEPA 1615 com o objetivo de poder efetuar análises pelas 2 metodologias para comparação e validação de resultados.

Deu-se continuidade à preparação da 3ª edição do concurso de inovação **EPALin**, que visa dinamizar a inovação empresarial, premiando o desenvolvimento interno de projetos que contribuam para a eficiência e eficácia dos processos e atividades da empresa e para a valorização e afirmação da marca EPAL no Setor da água, tendo sido recebidas, na edição de 2014, seis candidaturas.

Eventos Posteriores ao Fecho

O contrato celebrado, em 21 de maio de 2015, entre a EPAL e a Águas do Oeste (agora agregada na LVT) - Aditamento ao Contrato de Abastecimento de Água estabelecido entre as partes em 2003 - produzirá efeitos no início de 2016. Este Aditamento altera o prazo do contrato anterior, revê os volumes a fornecer e a correspondente tarifa e altera o âmbito do serviço prestado, em que a EPAL assume a exclusividade pelo fornecimento de água ao sistema, passa a explorar o sistema de abastecimento de água da extinta Águas do Oeste, assumindo todos os gastos de exploração e manutenção do sistema bem como o pessoal da Águas do Oeste afetos à atividade de abastecimento de água.

Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão:					
Redução dos lugares de chefia (reorganização territorial)	X			48%	Superado
Redução dos lugares de chefia (reorganização corporativa e territorial)			X		Não avaliado
Plano de Redução de Gastos	X			97,4%	Atingido
Redução de Gastos Operacionais	X			-46.250.556€	Superado
Dívida Comercial Vencida de Utilizadores Municipais	X			64,5%	Superado
Evolução da Tesouraria de Exploração	X			35,8%	Superado
Evolução do ROCE	X			0,4%	Superado
Margem EBITDA	X			102,4%	Superado
Evolução da Qualidade da Água Fornecida	X			100,2%	Superado
Evolução da Qualidade das Águas Residuais Tratadas	X			98,7%	Atingido
Grau de Cumprimento de Orientações corporativas			X		Não avaliado. No ano não foram dadas orientações corporativas formalizadas para este âmbito
Grau de Cumprimento dos Prazos de Reporte	X			-2	Superado
Gestão do Risco Financeiro			X	-	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS
Limites de Crescimento de Endividamento	X			-9,6%	Varição do endividamento face a 2014
Evolução do PMP a fornecedores		X		43	Informação constante no Relatório e Contas 2015
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			-	Informação constante no Relatório e Contas 2015
Recomendações do acionista na aprovação de contas			X	-	
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X			-	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 2.º da Lei 75/2014	X			27.995,3 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação art.º 12.º da Lei n.º 12-A/2010	X			18.551,3 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014	X			-	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 2.º da Lei 75/2014	X			651.404,2 €	
Proibição de valorização remuneratória, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014	X			-	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X			-	
Reembolso de despesas de representação pessoal	X			-	
Despesas não documentadas - n.º 2 do artigo 16.º do DL n.º 133/2013					
Proibição de realização de despesas não documentadas	X			-	
Promoção de igualdade salarial entre homens e mulheres - n.º 2 do RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a homens e mulheres	X				
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			2	Valor global de 19,3 milhões de euros
Prevenção da corrupção - n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013					
Elaboração e divulgação do relatório anual	X			-	
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendações			X	-	Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas
Parque Automóvel					
Nº de Viaturas	X			- 2	Otimização da estrutura de gestão de frota
Gastos com Viaturas	X			- 58.256,4€	Diminuição dos gastos decorrentes da diminuição de viaturas e do decréscimo médio do custo do combustível
Gastos Operacionais das Empresas Públicas, nos termos do artigo 61º da Lei 82-B/2014			X		A EPAL cumpre esta orientação isoladamente, sendo que, contudo, a avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS
Redução de Trabalhadores, nos termos do artigo 60º da Lei 82-B/2014					

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	NA		
Nº de trabalhadores			X		A EPAL cumpre esta orientação isoladamente, sendo que, contudo, a avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS
Volume de negócios / Nº de trabalhadores			X		A EPAL cumpre esta orientação isoladamente, sendo que, contudo, a avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS
Nº de cargos dirigentes			X		A EPAL cumpre esta orientação isoladamente, sendo que, contudo, a avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125º da Lei 82-B/2014)			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS

A EPAL, por intermédio da AdP, SGPS, aguarda indicações da Tutela sobre o modelo de articulação e relato de informação exigida nos termos do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, para com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

Objetivos de gestão (artigo 38º do DL nº 133/2013 de 3 de outubro)

As Orientações Estratégicas e os Objetivos de Gestão para o Conselho de Administração da EPAL, para o mandato 2015/2017 foram aprovados por deliberação unânime por escrito, de 30 de junho de 2015. A administração da EPAL tem para o mandato 2015/2017 doze objetivos de gestão, dois corporativos, dois de eficiência, quatro financeiros, dois ambientais e dois de reporte.

Dos doze indicadores, dois não foram avaliados, dado que no ano não foram dadas quaisquer orientações corporativas formalizadas para este âmbito e a reorganização corporativa encontra-se suspensa, tendo assim, nos termos previstos nos objetivos do mandato, sido efetuada uma distribuição equitativa da ponderação pelos restantes objetivos. A avaliação global é de 2,8 num máximo de 3, o que se traduz num desempenho superado.

Gestão do risco financeiro (Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.

Evolução do prazo médio de pagamento RCM nº 34/2008, de 22 fevereiro; Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

O aumento do prazo médio de pagamento a fornecedores resulta sobretudo de algumas faturas que se encontram em situação de receção e conferência, bem como à manutenção do equilíbrio entre o prazo médio de recebimentos e pagamentos, de modo a não degradar a tesouraria da Empresa, conforme estabelecido pelo acionista nos objetivos de gestão que definiu.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores no triénio foi a seguinte:

	2013	2014	2015	Variação 2015/2014
PMP a fornecedores	30	38	43	13%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 1 ano respeitam essencialmente a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada:

	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	5 705 961	101 229	307 427	140 279	105 750	
Aquisição de Investimentos	1 802 492	0	-4 223	1 378	93 960	
Total	7 508 453	101 229	303 204	141 657	199 710	

Recomendações do acionista

Não foram feitas recomendações por parte do acionista aquando da aprovação das contas de 2014.

Foi dado integral cumprimento às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

Determinações sobre remunerações

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado, nomeadamente:

- Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro;
- Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março;
- Despacho SET 764/2012, de 25 de maio;
- Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;

As reduções remuneratórias são as indicadas no Quadro acima.

Determinações sobre o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Foi integralmente aplicado o disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- À não utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da Empresa;
- O não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Despesas não documentadas

A empresa não realizou quaisquer despesas não documentadas.

Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres

Dando cumprimento ao previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a EPAL promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de Sustentabilidade, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

Compras; contratação pública; medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços

O Grupo AdP dispõe de uma unidade da AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/ efluentes.

De entre o universo das categorias contratadas é de destacar a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas, que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições.

Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo, a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada.

Na sua atividade a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública, estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria desenvolvendo as ferramentas e metodologias subsequentes para a captura de valor, destacando-se, no presente ano, o desenvolvimento de procedimentos de contratação de viaturas em regime de AOV, de Energia em Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão Especial, Serviços de Vigilância e Segurança, Reagentes, Economato, Contratação de Seguros Patrimoniais e Acidentes de Trabalho para o Grupo AdP, entre outros.

Prevenção da Corrupção (n.º I do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

Dando cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009, a EPAL possui um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas onde se identificam as áreas mais críticas quanto à ocorrência de potenciais atos de fraude ou corrupção, bem como os principais riscos daí decorrentes, os controlos instituídos que visam a sua mitigação e a sua probabilidade de ocorrência.

Anualmente, e cumprindo o disposto no n.º I do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, é efetuada a avaliação do cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da empresa, sendo elaborado o relatório anual com as respetivas conclusões, remetido ao Conselho de Prevenção da Corrupção, e publicitado no site www.epal.pt.

Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Não existem recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas.

Parque Automóvel

A redução de viaturas decorreu do esforço que a empresa está a fazer para otimizar o seu parque automóvel, apesar do envelhecimento do mesmo. Os gastos reduzem face a 2014 pela diminuição de viaturas e sobretudo pela variação do preço médio do combustível, que desceu em 2015, face ao período homólogo.

Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.

Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 82-B/2014)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.

Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125.º da Lei n.º 82-B/2014 e artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam, da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento de apoio na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes permanentes de tesouraria junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., mantendo os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas junto do sistema financeiro, de forma a servir de garantia da continuação dos apoios por parte dos bancos, tendo pedido para tal, e nos termos da lei, autorização às tutelas para a dispensa parcial de cumprimento para esta componente dos excedentes não permanentes, autorização essa concedida em termos anuais, e que foi concedida para 2015.

Para este efeito foi solicitada pela AdP SGPS, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUTE). Esta dispensa foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do Grupo AdP através do Despacho nº834/2015 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro'.

Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.



Perspetivas
Futuras

Perspetivas Futuras

O exercício de 2016 será muito orientado para a consolidação da estrutura organizacional da empresa e para a melhoria de processos e procedimentos para a gestão e exploração das infraestruturas e sistemas pelos quais é responsável, constituindo, por conseguinte, um enorme desafio que, estamos seguros, será superado com a reconhecida competência e profissionalismo dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa.

A EPAL procurará, durante 2016, promover a melhoria das relações de trabalho, situação que, sendo resultante de condições de origem muito diferenciadas, importa, no entanto, atenuar progressivamente dentro das limitações a que a EPAL, enquanto empresa pública, está sujeita.

O aumento da eficiência, nomeadamente resultante da identificação e otimização das economias de gama e das sinergias, da adoção das melhores práticas e da racionalização das condições de operação das infraestruturas será, seguramente, uma das áreas em que a empresa se focará.

Espera-se, ainda, desenvolvimentos no que respeita à integração da rede de saneamento de Lisboa, processo no qual a EPAL sempre manifestou o seu forte interesse, dadas as vantagens para a empresa e para a cidade.

A forte aposta na inovação e desenvolvimento integrou já a cultura da EPAL pelo que o ano 2016 produzirá, novamente, bons resultados, a exemplo do que vem sucedendo nos últimos anos. Na realidade, a criação, nos últimos quatro anos, de um clima propício à inovação e desenvolvimento constitui um fator de abertura de mentalidades e de dinamismo perante o futuro, potenciando o aproveitamento de oportunidades convertendo-as em produtos e serviços inovadores e geradores de mais-valias para o setor da água quer em termos nacionais quer internacionais.

A EPAL vai continuar a sua aposta na internacionalização das suas competências e capacidades, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para si própria e para o País, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu know how.

No quadro das perspetivas referidas, alicerçadas na sólida sustentabilidade económica e financeira da empresa, a EPAL, em 2016, continuará a promover o desenvolvimento das suas competências e da excelência dos serviços públicos que presta às populações que serve.



Considerações

Finais

Considerações Finais

É com satisfação que o Conselho de Administração encerra mais um ano de atividade de uma empresa que sabe cumprir os seus objetivos e honra os seus compromissos para com o seu acionista, para com a Tutela, para com a Entidade Reguladora e, também, para com os seus clientes.

Justifica-se, nesta circunstância, um agradecimento especial a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para que a EPAL continue a ser a empresa nacional de referência no setor em que opera, afirmando-se hoje com uma das principais referências internacionais.

Um profundo agradecimento aos corpos dirigentes e às trabalhadoras e trabalhadores da EPAL, pela dedicação e profissionalismo e, também pela reconhecida excelência. Aos Órgãos representativos dos trabalhadores agradeço a sua permanente atenção e contributo, dentro das suas competências. Aos membros dos órgãos sociais, agradeço a permanente colaboração e apoio evidenciados nas suas atividades próprias e no acompanhamento da gestão da empresa.

Regista-se, com muito apreço, a excelência das relações com as tutelas governamentais, o Ministério do Ambiente e o Ministério das Finanças, registando-se o permanente apoio e colaboração que foram e serão sempre determinantes para o sucesso e bom desempenho da EPAL, enquanto maior empresa nacional, operadora de sistemas de abastecimento e de saneamento.

Ao acionista Águas de Portugal, que manteve o acompanhamento permanente e empenhado das atividades e evolução da EPAL, chamando-a a assumir-se como elemento ativo de primeiro relevo no grupo empresarial que lidera.

À ERSAR, enquanto entidade reguladora do setor, à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, bem como os diversos organismos e serviços da Administração Pública, são igualmente credores de reconhecimento pelo interesse, disponibilidade e permanente apoio à EPAL e às suas atividades.

Um agradecimento às instituições bancárias e seguradoras e aos fornecedores e prestadores de serviços à EPAL, pela qualidade das suas respostas às necessidades da empresa.

À Câmara Municipal de Lisboa, o reconhecimento da excelência da colaboração, permanente cooperação e entendimento.

Finalmente, agradeço aos nossos Clientes, os contributos e a permanente inspiração para prestarmos um serviço que, sendo de reconhecida excelência, não afasta a nossa ambição de o melhorarmos ainda mais, pois os nossos clientes assim o merecem.



Proposta de
Aplicação de
Resultados

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 21.º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2015, no montante de 47.137.286,63 euros (quarenta e sete milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e oitenta e seis euros e sessenta e três cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- 25.925.507,65 euros (vinte e cinco milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e sete euros e sessenta e cinco cêntimos) para distribuição de dividendos aos Acionistas;
- 21.211.778,98 euros (vinte e um milhões, duzentos e onze mil, setecentos e setenta e oito euros e noventa e oito cêntimos) para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração

José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
José António Afonso Calmeiro



Anexo ao
Relatório

Anexo ao Relatório

Acionistas	Total de Ações Subscritas	Capital Subscrito		
		Capital Social Subscrito	% Total de Capital Social Subscrito	Capital Social Realizado
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	30.000.000	150.000.000,00	100%	150.000.000,00





Demonstrações

Financeiras



Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras

Demonstração da Posição Financeira

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2015	31 dezembro 2014
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	718 784 138,15	733 700 050,92
Propriedades de investimento	6	13 650 894,02	13 745 673,09
Outros ativos financeiros	8	114 802,86	110 230,68
Ativos por impostos diferidos	9	2 387 169,30	2 528 866,14
Outros ativos não correntes	10	14 214 789,72	11 485 706,79
Total do ativo não corrente		749 151 794,05	761 570 527,62
ATIVO CORRENTE:			
Inventários	11	986 837,67	989 499,34
Clientes	12	17 864 113,87	24 737 660,21
Imposto sobre o rendimento	19	874 216,41	1 527 349,67
Outras contas a receber	12	27 365 939,71	14 995 202,14
Diferimentos	13	1 120 752,64	962 180,02
Outros ativos financeiros	4 e 8	54 500 000,00	56 500 000,00
Caixa e depósitos bancários	4	5 262 484,11	3 865 865,26
Total do ativo corrente		107 974 344,41	103 577 756,64
Total do ativo		857 126 138,46	865 148 284,26
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital realizado	14	150 000 000,00	150 000 000,00
Reserva legal	14	30 000 000,00	30 000 000,00
Outras reservas	14	22 171 377,45	22 171 377,45
Resultados transitados	14	329 793 026,25	305 591 364,99
Outras variações no capital próprio	14	(4 063,81)	(4 063,81)
Resultado líquido do exercício	29	47 137 286,63	54 037 472,15
Total do capital próprio		579 097 626,52	561 796 150,78
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Financiamentos obtidos	15	151 517 309,03	169 528 766,57
Subsídios ao investimento	16	31 398 461,40	32 674 438,08
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	17	2 912 000,00	4 540 000,00
Passivos por impostos diferidos	9	36 640 408,04	37 614 448,72
Total do passivo não corrente		222 468 178,47	244 357 653,37
PASSIVO CORRENTE:			
Provisões	18	1 367 504,22	1 394 282,36
Fornecedores	15	8 294 553,24	8 060 557,59
Estado e outros entes públicos	19	5 087 557,91	4 403 907,17
Financiamentos obtidos	15	18 295 306,44	18 347 193,72
Outras contas a pagar	15	22 515 411,66	26 788 539,27
Total do passivo corrente		55 560 333,47	58 994 480,11
Total do passivo		278 028 511,94	303 352 133,48
Total do capital próprio e do passivo		857 126 138,46	865 148 284,26

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
José António Afonso Calmeiro

Demonstração dos Resultados (por Naturezas)

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	20	143 933 950,55	141 958 402,71
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(2 233 524,66)	(2 189 866,30)
Fornecimentos e serviços externos	21	(28 886 341,79)	(29 081 816,79)
Gastos com o pessoal	22	(22 650 709,52)	(22 658 206,86)
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	12	(558 064,63)	(52 145,90)
Provisões (aumentos) / reduções	18	48 110,14	(63 455,92)
Subsídios ao investimento	16	1 275 976,68	1 275 976,68
Outros rendimentos e ganhos	23	3 870 708,11	14 530 128,08
Outros gastos e perdas	24	(1 545 915,68)	(1 298 604,05)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		93 254 189,20	102 420 411,65
Gastos de depreciação e de amortização	25	(25 293 804,02)	(25 009 465,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		67 960 385,18	77 410 946,05
Juros e rendimentos similares obtidos	26	781 912,13	1 788 883,47
Juros e gastos similares suportados	26	(2 649 300,32)	(3 327 283,60)
Resultado antes de impostos		66 092 996,99	75 872 545,92
Imposto sobre o rendimento do exercício - diferido	9	787 317,32	956 349,67
Imposto sobre o rendimento do exercício - corrente	9	(19 743 027,68)	(22 791 423,44)
Resultado líquido do exercício		47 137 286,63	54 037 472,15
Resultado por ação básico	29	1,57	1,80
Resultado por ação diluído		1,57	1,80

O anexo faz parte integrante da demonstração dos Resultados por Naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
José António Afonso Calmeiro

Demonstração do rendimento integral

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2015	2014
Resultado líquido do exercício		47 137 286,63	54 037 472,15
Itens que não reciclam por resultados:			
Remensurações do plano de pensões (líquido de imposto)	9 e 17	(1 15 201,25)	1 091 850,71
Efeito de alteração de taxa de imposto		-	2 370 252,01
Total do rendimento integral do exercício		47 022 085,38	57 499 574,87

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
José António Afonso Calmeiro

Demonstração das Variações do Capital Próprio

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Capital próprio
Posição no início do exercício de 2014		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	294 136 905,46	(4 063,81)	39 961 784,04	536 266 003,14
Alterações no exercício:								
Efeito das alterações das taxas de imposto nos impostos diferidos	9	-	-	-	2 370 252,01	-	-	2 370 252,01
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	17	-	-	-	1 091 850,71	-	-	1 091 850,71
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	39 961 784,04	-	(39 961 784,04)	-
		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	337 560 792,22	(4 063,81)	-	539 728 105,86
Resultado líquido do exercício de 2014							54 037 472,15	54 037 472,15
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	14	-	-	-	(31 969 427,23)	-	-	(31 969 427,23)
		-	-	-	(31 969 427,23)	-	54 037 472,15	(31 969 427,23)
Posição no fim do exercício de 2014		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	305 591 364,99	(4 063,81)	54 037 472,15	561 796 150,78
Posição no início do exercício de 2015		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	305 591 365,04	(4 063,81)	54 037 472,15	561 796 150,78
Posição no início do exercício de 2015		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	305 591 365,04	(4 063,81)	54 037 472,15	561 796 150,78
Alterações no exercício:								
Fundo de Pensões - remensurações (líquido de ID)	9, 17	-	-	-	(115 201,25)	-	-	(115 201,25)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:								
Aplicação do resultado		-	-	-	54 037 472,15	-	(54 037 472,15)	-
		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	359 513 635,94	(4 063,81)	-	561 680 949,53
Resultado líquido do exercício de 2015							47 137 286,63	47 137 286,63
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuições de dividendos	14	-	-	-	(29 720 609,69)	-	-	(29 720 609,69)
		-	-	-	(29 720 609,69)	-	-	(29 720 609,69)
Posição no fim do exercício de 2015		150 000 000,00	30 000 000,00	22 171 377,45	329 793 026,25	(4 063,81)	47 137 286,63	579 097 626,47

O anexo faz parte integrante da demonstração do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
José António Afonso Calmeiro

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31 dezembro 2015		31 dezembro 2014	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimentos de clientes		215 844 872,00		173 503 984,89	
Pagamentos a fornecedores		(35 385 056,00)		(40 221 783,02)	
Pagamentos ao pessoal		(30 641 692,00)		(26 501 115,00)	
Caixa gerada pelas operações		149 818 124,00		106 781 086,87	
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(27 178 198,00)		(16 555 402,00)	
Outros recebimentos / (pagamentos)		(64 557 624,00)		(32 702 455,51)	
Fluxos das atividades operacionais [1]		58 082 302,00		57 523 229,36	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis	5	(8 754 918,00)		(14 495 007,51)	
Investimentos financeiros		(4 531,00)		(3 478,00)	
Outros ativos	4 e 8	(32 500 000,00)		(44 000 000,00)	
		(41 259 449,00)		(58 498 485,51)	
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis		6 775,85		5 188,00	
Investimentos financeiros				5 188,00	
Outros ativos	4 e 8	44 000 000,00		58 000 000,00	
Juros e rendimentos similares		518 769,00		1 431 880,00	
		44 525 544,85		59 437 068,00	
Fluxos das atividades de investimento [2]		3 266 095,85		938 582,49	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos	15	(17 915 777,00)		(17 822 501,00)	
Juros e gastos similares		(2 815 392,00)		(3 367 778,00)	
Dividendos	14	(29 720 610,00)		(31 969 427,00)	
		(50 451 779,00)		(53 159 706,00)	
Fluxos das atividades de financiamento [3]		(50 451 779,00)		(53 159 706,00)	
Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		10 896 618,85		5 302 105,85	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	16 365 865,26		11 063 759,41	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	27 262 484,11		16 365 865,26	

O anexo faz parte integrante da demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
José António Afonso Calmeiro



Notas às
Demonstrações
Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

I. Nota introdutória

I.1 Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objeto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

I.2 Atividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspetos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 34 municípios da Região da Grande Lisboa.

Adicionalmente, a Empresa enquanto entidade com gestão delegada de distribuição à cidade de Lisboa e abastecimento da Região da Grande Lisboa e conforme previsto no Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, apresenta no seu modelo de gestão as seguintes características: (i) liberdade de contratualizar fornecimento de água com Municípios; (ii) todos os consumidores, públicos ou privados, devem pagar a água consumida e os serviços que lhes são prestados.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 94/2015, as tarifas da EPAL deixaram de ser fixadas por Convenção entre o Estado, representado pela Direção Geral das Atividades Económicas, e a EPAL, passando para a esfera da ERSAR. Para o período 2016-2020 as tarifas foram fixadas pelo mesmo Decreto-Lei, constando dos seus Anexos IV e V.

Relativamente à utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas ao abastecimento público na albufeira de Castelo do Bode, no decurso do exercício de 2009, a Empresa celebrou com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território, da Energia e do Desenvolvimento Regional, um contrato de concessão, de modo a dar cumprimento à Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, onde na sua alínea a) do artigo 61.º indica que a utilização privativa de recursos hídricos do domínio público está sujeita a prévia concessão. De acordo com tal contrato celebrado, a concessão que se iniciou em 2009 foi atribuída por um período de 75 anos. Atendendo a que: (i) os ativos concessionados já eram propriedade da Empresa e por esta explorados antes da data de celebração do contrato; e (ii) não se encontrar definido a remuneração específica para a exploração dos ativos abrangidos pela concessão; a Empresa entende que a IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços, não é aplicável a este contrato.

Desde julho de 2015, a EPAL é responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, que integra 86 municípios. Atualmente a área servida pela EPAL e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo abrange 95 municípios que ocupam uma área territorial correspondente a um terço do território continental português, servindo 3,8 milhões de habitantes.

I.3 Acionistas

À data de 31 de dezembro de 2015, a Empresa é integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

I.4 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na sua reunião de 16 de março de 2016. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, tendo os acionistas capacidade para alterar as demonstrações financeiras após estas terem sido aprovadas para emissão.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual ("Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements"), Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") e normas interpretativas ("SIC/IFRIC"), tal como adotadas pela União Europeia, aplicáveis a 1 de janeiro de 2015.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas de seguida. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EPAL, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, e tomando por base o custo histórico, exceto pela valorização dos ativos financeiros ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2015. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro/IFRS-International Financial Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC").

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "IAS/IFRS" ou "IFRS".

3.1.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

3.1.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015

O conjunto das novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, são as seguintes:

- **Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho de 2014)**; esta interpretação diz respeito a uma clarificação quanto ao momento de reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito ao momento de reconhecimento de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas e/ou interpretações para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro de 2014);** os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, aplicáveis a adotantes de IFRS, como segue:
 - **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Exceções do âmbito para acordos conjuntos;** as emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da constituição de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.
 - **IFRS 13 Mensuração pelo justo valor – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfolio”);** no contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, sejam estes contratos financeiros ou não financeiros.
 - **IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 3** As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento quando tais operações possam constituir aquisições de negócios (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contabilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um julgamento na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (ou um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016

- **Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 2015/28, de 17 de dezembro de 2014);** os melhoramentos incluem emendas a sete normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - **IFRS 2 Pagamento com Base em Ações** – Definições de condições de aquisição; as emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).
 - **IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais** – Contabilização da retribuição contingente; as emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.
 - **IFRS 8 Segmentos Operacionais;** as emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.
 - **IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis** – Modelo de revalorização: as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.
 - **IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas** – Serviços de pessoal-chave da gerência; as emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão
 - **IAS 38 Ativos intangíveis** – Modelo de revalorização; as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e amortizações acumuladas) à data da revalorização.
 - **IFRS 13 Justo valor: mensuração e divulgação;** clarifica que a norma não remove a possibilidade de mensuração de contas a receber e a pagar correntes com base nos valores faturados, quando o efeito do desconto não é material
- **IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 2015/29, de 17 de dezembro de 2014);** as emendas clarificam a orientação para as entidades quanto às contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço prestado e requerem que as entidades contabilizem as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução

de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

- **Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015);** as emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, cuja venda enquanto produtos agrícolas é pouco provável, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.
- **Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015);** as emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.
- **Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015);** a emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.
- **Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015),** os melhoramentos incluem emendas a quatro normas internacionais de contabilidade, como segue:
 - **IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas** – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação não constitui uma alteração ao plano inicial de alienação.
 - **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações** – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retrospectivamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.
 - **IAS 19 Benefícios dos Empregados** – Esta melhoria clarifica que na determinação da taxa de desconto das responsabilidades com planos de benefícios pós emprego, esta tem de corresponder a obrigações de elevada qualidade da mesma moeda em que as responsabilidades são calculadas.
 - **IAS 34 Relato Financeiro Intercalar** – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.
- **Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015);** as alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1. Estas melhorias introduzem indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras; à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de outros rendimentos integrais gerados por investimentos, mensurados pelo método de equivalência patrimonial.
- **Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento**

n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015); as alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre dos ativos fixos tangíveis de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS. Os ativos fixos adquiridos após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao custo de aquisição que inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Terrenos	-
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10
Taras e vasilhame	7
Outros ativos tangíveis	8 - 15

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos, no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado pela diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e imóveis detidos para obter rendas ou para valorização de capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços para fins administrativos, ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento adquiridas até 31 de dezembro de 2008 encontram-se registadas ao custo considerado, o qual engloba os efeitos das reavaliações efetuadas ao abrigo das disposições previstas em diplomas legais, o último dos quais o Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro, e os efeitos da reavaliação livre das propriedades de investimento de uso e natureza semelhantes, com base em avaliações efetuadas por uma entidade independente e especializada com referência a 1 de janeiro de 2009 – data de transição para as IFRS, sendo depreciadas de forma sistemática durante a sua vida útil estimada. As propriedades de investimento adquiridas após 1 de janeiro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As depreciações são calculadas, por terem tratamento contabilístico idêntico aos ativos fixos tangíveis, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens (indicadas na Nota 3.2).

Sempre que na data de relato o valor das propriedades de investimento, líquido de depreciações acumuladas seja superior ao seu justo valor, à data de relato, a Empresa procede ao registo da perda de imparidade respetiva.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecidos como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período de locação quando a EPAL não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EPAL tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou menor sempre que exista uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender e, (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registrada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Imparidade de ativos depreciáveis e amortizáveis".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registrada.

3.7 Inventários

Os inventários que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil.

Esses inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do seu valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Perdas de imparidade em inventários".

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.8 Ativos e passivos financeiros

3.8.1 Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

i) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – incluem os ativos financeiros, não derivados, detidos para negociação respeitantes a investimentos de curto prazo, e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial. São reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de "variações de justo valor". Os dividendos obtidos são reconhecidos em "Outros rendimentos e ganhos" quando são atribuídos à EPAL.

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo. São classificados na Demonstração da Posição Financeira como "Clientes e Outras contas a receber" (Nota 12), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa de juro efetiva, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento por imparidade das contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a EPAL não irá receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados em "Imparidade de contas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

iii) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;

iv) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do relato financeiro. São reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao

recebimento é estabelecido. A EPAL avalia a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros sofreram perda de valor. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada do capital próprio e reconhecida na demonstração rendimento integral. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são reversíveis na demonstração de rendimento integral.

As compras e vendas de ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a EPAL se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com maturidade inferior a seis meses, imediatamente mobilizáveis e com risco não significativo de alteração de valor.

3.8.2 Passivos financeiros

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- a) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- b) Outros passivos financeiros

Os Outros passivos financeiros incluem os “Financiamentos obtidos” e “Fornecedores” e “Outras contas a pagar”.

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os passivos classificados como “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são reconhecidos inicialmente ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como passivo corrente, exceto se existir direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

3.8.3 Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas)/Reversões” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas)/Reversões”.

3.8.4 Justo valor de ativos e passivos

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, a cotação de mercado é aplicada. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13 – Instrumentos financeiros.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

A EPAL aplica técnicas de valorização para os instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e para ativos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam informação de mercado como as curvas de taxa de juro.

Para alguns tipos de instrumentos financeiros mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais a EPAL utiliza estimativas e pressupostos internos. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 13.

3.9 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.10 Subsídios ao investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados na mesma cadência em que as depreciações relativas aos ativos associados são reconhecidas.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

3.11 Benefícios pós-emprego

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez).

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

As contribuições da Empresa para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, ou seja quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Empresa e são calculadas com base numa percentagem aplicada sobre a massa salarial de cada ativo integrante no plano.

Planos de benefício definido

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A Empresa tem um plano de benefício definido para complementos de reforma. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano, são calculadas anualmente por atuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

As remunerações são reconhecidas em Outros rendimentos integrais no período em que são apurados.

O custo dos serviços passados é reconhecido de imediato na data em que existam alterações de benefícios atribuídos.

A responsabilidade associada aos benefícios definidos reconhecida na demonstração da posição financeira, representa o valor presente da correspondente obrigação deduzido do justo valor dos ativos do plano. Os benefícios atribuídos a pré-reformas são calculados anualmente por atuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projetada. Os benefícios de pré-reforma são parte integrante do plano de benefício definido de pensão de reforma. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

3.12 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões mais usuais registadas pela EPAL estão relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com terceiros. A EPAL reconhece essa provisão quando, da avaliação efetuada aos processos em curso com os advogados responsáveis, resulte uma eventual e provável responsabilidade de pagar.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota e não seja provável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.13 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

- O rédito proveniente da venda de bens (água) é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:
- Os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

A proposta de tarifário da EPAL é alicerçada nos princípios de política tarifária a aplicar aos serviços públicos de abastecimento de água para consumo público, enquadrados na Lei da Água.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL, bem como os respetivos princípios de aplicação, foram em 2015, pela última vez, fixados por Convenção a celebrar entre a Direção Geral das Atividades Económicas e a EPAL, ficando a mesma sujeita à ratificação conjunta dos Ministérios do Ambiente, e da Economia. A Convenção obedece ao regime de fixação de preços que se encontra estabelecido no Decreto-Lei 230/91, de 21 de junho e à qualificação de consumidores estabelecidos na Portaria 6-A/92.

A partir de 2016 a EPAL fica sujeita às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários previstos nos respetivos estatutos, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Ao longo do ano, os rendimentos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são faturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. Mensalmente, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecida uma conta a receber pelo valor estimado dos consumos por ler e faturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

A EPAL presta essencialmente serviços relacionados com a sua atividade de venda de água, como sejam a abertura e fecho de instalações de água, a instalação e substituição de contadores, a construção e reparação de ramais, bem como presta serviços complementares como sejam a comercialização do sistema de faturação Aquamatrix, do sistema para a gestão e redução de perdas de água na rede de distribuição (WONE), de análises laboratoriais e a reparação de contadores.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade. São registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

3.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos cujo período de construção ou produção é superior a 1 ano, são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos exercícios de 2015 e 2014, a Empresa não recorreu a financiamentos para os investimentos realizados nestes anos na aquisição e/ou construção dos seus ativos fixos

Uma vez que os financiamentos atualmente negociados referem-se à construção de ativos específicos investidos em anos anteriores, a Empresa não procedeu à capitalização de encargos financeiros.

3.15 Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício registados na demonstração dos resultados correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.16 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional de relato da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.17 Políticas de gestão de risco financeiro

Fatores do risco financeiro

As atividades da EPAL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

Análise de risco de crédito

O risco de crédito está, essencialmente, relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A EPAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com operações está, essencialmente, relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água). Este risco é em teoria reduzido, dadas as características do serviço prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional, empresarial ou residencial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

Na tabela seguinte é apresentada a exposição máxima da EPAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores divulgados na Nota 12) em 31 de dezembro de 2015, excluindo eventuais colaterais detidos ou outras melhorias de crédito, definida com base na sua quantia escriturada reportada naquela data.

	2015	2014
Depósitos à Ordem (Nota 4)	5 223 787,75	3 829 671,09
Depósitos a Prazo (Nota 8)	54 500 000,00	56 500 000,00
Outros Ativos Financeiros (Nota 8)	114 802,86	110 230,68
	59 838 590,61	60 439 901,77

Rating	2015	2014
A2 (Moody's)	211 671,73	93 618,02
Baa1 (Moody's)	261 631,05	300 355,04
Baa2 (Moody's)	-	720 366,14
Baa3 (Moody's)	16 783,48	12 752 886,73
Ba1 (Moody's)	28 129 229,90	108 730,68
Ba3 (Moody's)	215 293,03	18 558 645,74
B1 (Moody's)	15 711 835,19	15 778 768,00
B2 (Moody's)	-	4 105 021,16
Caa1 (Moody's)	5 776 387,77	7 465,38
Caa2 (Moody's)	7 335,10	-
Sem rating	9 508 423,36	8 014 044,88
	59 838 590,61	60 439 901,77

Rating (Moody's) - Nota: notação de rating obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro 2016

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de linhas de crédito e a capacidade de liquidar posições de mercado. A Empresa pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Empresa efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

A EPAL procede à análise dos seus compromissos de investimento, realizando uma recalendarização e mapeamento dos mesmos face a sua importância, impactos económico/financeiro e ambiental, minimizando desta forma eventuais riscos decorrentes de compromissos assumidos com diversas entidades.

O quadro abaixo apresenta os passivos financeiros agrupados pela maturidade remanescente à data das demonstrações financeiras:

2015			
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos:			
Empréstimos bancários	18 295 306,44	62 378 990,11	89 138 318,92
Fornecedores	8 294 553,24	-	-
Outras contas a pagar	22 515 411,66	-	-
	49 105 271,34	62 378 990,11	89 138 318,92
2014			
	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos obtidos:			
Empréstimos bancários	18 347 193,72	67 862 260,67	101 666 505,90
Fornecedores	8 060 557,59	-	-
Outras contas a pagar	26 788 539,27	-	-
	53 196 290,58	67 862 260,67	101 666 505,90

Os empréstimos bancários dizem respeito única e exclusivamente a financiamentos contratados junto do BEI. O valor previsto com juros a pagar referente a esses empréstimos bancários têm a seguinte maturidade:

Juros	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
2015	1 983 076,68	7 834 274,06	4 876 659,94
2014	2 679 345,55	10 040 442,83	6 393 277,23
	4 662 422,23	17 874 716,89	11 269 937,17

Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variável expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da Empresa é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

Análise de sensibilidade das taxas de juro

A análise de sensibilidade abaixo, foi preparada de acordo com a exposição da Empresa às taxas de juros dos empréstimos obtidos. Se a variabilidade da taxa de juro aplicável àqueles empréstimos no exercício de 2015 e 2014 tivesse sido 0,25% acima e/ou abaixo daquela que incidiu sobre os mesmos, o impacto no resultado líquido da Empresa em 31 de dezembro de 2015 e 2014 seria como segue:

	2015	2014
Juros suportados com financiamentos bancários (Nota 26)	2 301 617,53	2 999 853,68
Impacto no resultado líquido:		
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 0,25% acima do verificado	211 516,18	233 448,42
Se as taxas de juro variáveis tivessem sido 0,25% abaixo do verificado (a)	n.a.	n.a.

(a) as taxas de juro variáveis a 31 de dezembro de 2015 e 2014 são inferiores a 0,25%

Análise de gestão de capital

O objetivo da EPAL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida.

O intuito da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da EPAL, com uma remuneração adequada ao acionista e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de investimento.

Em 2015, a estratégia da EPAL passou por manter em níveis idênticos o seu rácio de endividamento líquido sobre o capital total, tendo este inclusive diminuído, fruto da amortização efetuada do seu financiamento bancário. Os rácios em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 eram os seguintes:

	Notas	2015	2014
Total de financiamento obtido	15	169 812 615,47	187 875 960,29
Disponibilidades	4	(59 762 484,11)	(60 365 865,26)
Dívida Líquida		110 050 131,36	127 510 095,03
Capitais Próprios		579 097 626,52	561 796 150,78
Capital Total		579 097 626,52	561 796 150,78
Dívida Líquida/Capital Total		0,19	0,23

3.18 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adotar, os quais afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas.

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados da EPAL.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da empresa para os ativos e negócios em questão.

b) Registo de perdas de imparidade relativas a ativos financeiros e ativos não financeiros

A determinação de uma eventual perda por imparidade é gerada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EPAL, bem como por quaisquer outras alterações, internas ou externas à Empresa. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da empresa, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos.

À data de emissão das demonstrações financeiras não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor contabilístico do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano.

Para fins da análise do valor de recuperação das propriedades de investimento e para fins de divulgação, a Empresa entende que as avaliações externas elaboradas por entidades independentes e especializadas se mantêm adequadas, não se verificando alterações nas condições de mercado, ou eventos excecionais que possam causar variações significativas no justo valor das propriedades de investimento.

c) Provisões para fazer face a responsabilidades perante terceiros

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A EPAL é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

d) Imposto sobre o Rendimento (fiscalidade)

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias, exceto quando a EPAL seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

e) Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. As empresas reguladas apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas e escrutinadas pelo regulador. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

f) Pressupostos atuariais utilizados na determinação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma.

Para avaliação das responsabilidades associadas a benefícios pós-emprego e de pré-reforma é necessário adotar vários pressupostos atuariais, tais como a taxa de desconto, as tábuas de mortalidade ou as progressões salariais, bem como a idade de reforma e o salário pensionável para a Empresa. Os valores reais desses pressupostos podem vir a revelar-se diferentes dos valores estimados na data do cálculo das responsabilidades. Essas diferenças podem produzir ligeiros desequilíbrios anuais (positivos ou negativos), que a longo prazo tendem a anular-se mutuamente, uma vez que os valores dos pressupostos atuariais são ajustados periodicamente em função dos valores correspondentemente observados.

Assim, o princípio do equilíbrio atuarial assegura um equilíbrio a longo prazo, não se prevendo nesta data qualquer impacto relevante.

3.19 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira ("adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data da demonstração da posição financeira ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data da demonstração da posição financeira que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada, prontamente convertíveis para uma quantia conhecida de dinheiro e sujeitos a um risco insignificante de perda de valor, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos - curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existiam descobertos bancários.

Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro 2015 e 2014 detalham-se conforme se segue:

	Notas	2015	2014
Numerário		38 696,36	36 194,17
Depósitos à ordem		5 223 787,75	3 829 671,09
		5 262 484,11	3 865 865,26
Depósitos a prazo	8	54 500 000,00	56 500 000,00
		59 762 484,11	60 365 865,26
Fluxos de investimento		(32 500 000,00)	(44 000 000,00)
Caixa e seus equivalentes		27 262 484,11	16 365 865,26

O Grupo AdP adotou um conceito extensível a todas as entidades do Grupo, incluindo a EPAL, no qual foi definido que as aplicações financeiras que se caracterizam por ser imediatamente convertíveis em dinheiro e com risco insignificante de perda de valor devem ser consideradas como Caixa e seus equivalentes, desde que a sua maturidade não exceda 6 meses.

Para efeitos de fluxos de caixa, em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Depósitos a Prazo” inclui 32.500.000 euros que não cumprem os critérios de classificação como caixa e seus equivalentes definidos pelo grupo AdP e que se encontram acima mencionados como Fluxos de investimento.

5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2015								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	117 509 898,31	199 665 625,26	1 037 905 127,92	1 042 030,56	21 901 146,23	23 127 963,52	8 062 310,39	1 409 214 102,19
Aquisições	99 801,17	-	1 412 677,67	21 165,98	659 421,20	39 869,37	8 068 560,02	10 301 495,41
Alienações	(6 777,49)	-	(2 066,04)	-	-	-	-	(8 843,53)
Transferências	6 344,28	943 326,08	3 669 038,25	-	200 793,41	545 931,74	(5 365 433,76)	-
Abates	-	-	(921 872,67)	-	(2 645,34)	(27 145,53)	-	(951 663,54)
Saldo final	117 609 266,27	200 608 951,34	1 042 062 905,13	1 063 196,54	22 758 715,50	23 686 619,10	10 765 436,65	1 418 555 090,53
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	100 919 931,85	533 030 635,54	1 012 013,73	19 611 691,50	20 939 778,65	-	675 514 051,27
Depreciações do exercício (Nota 25)	-	4 427 676,06	19 649 454,59	20 650,41	707 768,77	393 475,12	-	25 199 024,95
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(1 318,54)	-	-	-	-	(1 318,54)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	(921 872,65)	-	(2 645,34)	(16 287,31)	-	(940 805,30)
Saldo final	-	105 347 607,91	551 756 898,94	1 032 664,14	20 316 814,93	21 316 966,46	-	699 770 952,38
Ativos líquidos	117 609 266,27	95 261 343,43	490 306 006,19	30 532,40	2 441 900,57	2 369 652,64	10 765 436,65	718 784 138,15
2014								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	116 449 883,80	194 905 887,27	1 029 967 980,71	1 192 294,07	21 227 428,11	22 902 829,40	7 158 761,45	1 393 805 064,81
Aquisições	-	694 120,00	1 028 298,61	10 467,25	160 317,31	65 883,25	14 570 537,33	16 529 623,75
Alienações	-	-	(47 813,57)	(160 730,76)	(136 775,13)	(606 995,38)	-	(952 314,84)
Transferências	1 060 014,51	4 079 046,50	7 106 406,26	-	655 274,87	766 246,25	(13 666 988,39)	-
Abates	-	(13 428,51)	(149 744,09)	-	(5 098,93)	-	-	(168 271,53)
Saldo final	117 509 898,31	199 665 625,26	1 037 905 127,92	1 042 030,56	21 901 146,23	23 127 963,52	8 062 310,39	1 409 214 102,19
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	96 558 110,58	513 750 345,78	1 136 845,54	19 110 321,78	21 164 327,46	-	651 719 951,14
Depreciações do exercício (Nota 25)	-	4 375 249,78	19 477 847,42	35 898,95	643 243,78	382 446,57	-	24 914 686,50
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(47 813,57)	(160 730,76)	(136 775,13)	(606 995,38)	-	(952 314,84)
Perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	(13 428,51)	(149 744,09)	-	(5 098,93)	-	-	(168 271,53)
Saldo final	-	100 919 931,85	533 030 635,54	1 012 013,73	19 611 691,50	20 939 778,65	-	675 514 051,27
Ativos líquidos	117 509 898,31	98 745 693,41	504 874 492,38	30 016,83	2 289 454,73	2 188 184,87	8 062 310,39	733 700 050,92

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores. Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Equipamento básico” incluía ainda ativos fixos em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição no montante de 2.346.947,42 euros (2014: 1.802.226,99 euros).

As aquisições ocorridas no exercício de 2015 nos ativos fixos tangíveis ascenderam a 10.301.495,41 euros respeitam, essencialmente, aos projetos de intervenção no sistema de tratamento de lamas da ETA da Asseiceira, recuperação de alguns troços de conduta do subsistema de Castelo do Bode, reabilitação da conduta Prior Velho – Camarate, reabilitação e ampliação de condutas de rede de distribuição, aquisição de contadores e intervenção nas coberturas de edifícios com vista à eliminação de fibrocimento.

Relativamente à diminuição da rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” no exercício de 2015, no montante de 5.365.433,76 euros, corresponde sobretudo à conclusão do projeto de recuperação do túnel de Castanheira do Ribatejo, no adutor de Castelo do Bode, conclusão de projetos de renovação e ampliação de condutas de rede de distribuição e de diversos outros de menor dimensão.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Ativos fixos tangíveis em curso” respeita essencialmente aos projetos de intervenção no sistema de tratamento de lamas da ETA da Asseiceira, reabilitação da conduta Prior Velho – Camarate, renovação de condutas de rede de distribuição e intervenção nas coberturas de edifícios com vista à eliminação de fibrocimento.

Em 2015, a rubrica de “alienações” refere-se na sua quase totalidade a contadores instalados que ao longo do ano foram sendo substituídos por novos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor de ativos fixos tangíveis da EPAL encontra-se totalmente coberto por seguros. No entanto, os seguros contratados estabelecem limites de indemnizações de 250 milhões de euros para acidentes e catástrofes naturais e 25 milhões de euros para atos de terrorismo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, durante as vidas úteis estimadas apresentadas na Nota 3.2.

As depreciações do exercício de 2015, no montante de 25.199.024,95 euros (24.914.686,50 euros em 2014), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” (Nota 25).

6. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento respeitam a terrenos e imóveis detidos pela Empresa que não estão afetos à sua atividade operacional.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada das propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2015		
	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta		
Edifícios e Outras Construções	2 537 816,55	2 537 816,55
Terrenos e Rec, Naturais	12 883 737,50	12 883 737,50
Saldo final - quantia bruta	15 421 554,05	15 421 554,05
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 675 880,96)	(1 675 880,96)
Depreciações do exercício (Nota 25)	(94 779,07)	(94 779,07)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 770 660,03)	(1 770 660,03)
Saldo final - quantia escriturada líquida	13 650 894,02	13 650 894,02
2014		
	Em desenvolvimento	Total
Saldo inicial - quantia bruta		
Edifícios e Outras Construções	2 537 813,05	2 537 813,05
Terrenos e Rec, Naturais	12 883 737,50	12 883 737,50
Saldo final - quantia bruta	15 421 550,55	15 421 550,55
Saldo inicial - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 581 098,36)	(1 581 098,36)
Depreciações do exercício (Nota 25)	(94 779,09)	(94 779,09)
Saldo final - depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(1 675 877,45)	(1 675 877,45)
Saldo final - quantia escriturada líquida	13 745 673,10	13 745 673,10

Decorrente da execução de um protocolo existente com a Câmara Municipal de Lisboa, a EPAL procedeu, em 2014, à incorporação no seu património de um terreno, o qual foi registado como propriedade de investimento, dado não estar definida a sua utilização.

De acordo com o referido protocolo, celebrado em 1992, o Município de Lisboa obrigava-se a transmitir para a EPAL terrenos para construção. Os desenvolvimentos ocorridos em 2014, culminaram com a materialização, em 31 de dezembro desse ano, da transmissão efetiva do terreno em apreço, mediante outorga de escritura pública, entre o Município de Lisboa e a EPAL.

Durante o ano 2015 não se verificaram desenvolvimentos significativos nesta matéria.

O justo valor das propriedades de investimento é equivalente ao seu valor contabilístico. O justo valor de cada propriedade de investimento foi determinado através de avaliações realizadas por uma entidade especializada independente, que possui uma qualificação profissional reconhecida e relevante, sendo atualizado sempre que existam indicadores de alterações significativas no seu valor. A 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o justo valor das propriedades de investimento não diferia significativamente do seu valor contabilístico.

7. Ativos e Passivos financeiros

As políticas contabilísticas de mensuração para instrumentos financeiros de acordo com a IAS 39 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2015					
	Empréstimos e contas a receber	Passivos ao custo amortizado	Total	Não classificados como instrum. financeiros	Total a 31.12.2015
Outros ativos financeiros	54 614 802,86	-	54 614 802,86	3 865 000,00	58 479 802,86
Outras contas a receber	37 715 729,43	-	37 715 729,43	-	37 715 729,43
Clientes	17 864 113,87	-	17 864 113,87	-	17 864 113,87
Caixa e equivalentes de caixa	5 262 484,11	-	5 262 484,11	-	5 262 484,11
Total do ativo	115 457 130,27	-	115 457 130,27	3 865 000,00	119 322 130,27
Financiamentos obtidos	-	169 812 615,47	169 812 615,47	-	169 812 615,47
Fornecedores	-	8 294 553,24	8 294 553,24	-	8 294 553,24
Outras contas a pagar	-	16 965 204,92	16 965 204,92	5 550 206,74	22 515 411,66
Total do passivo	-	195 072 373,63	195 072 373,63	5 550 206,74	200 622 580,37

2014					
	Empréstimos e contas a receber	Passivos ao custo amortizado	Total	Não classificados como instrum, financeiros	Total a 31.12.2014
Outros ativos financeiros	56 610 230,68	-	56 610 230,68	4 200 000,00	60 810 230,68
Outras contas a receber	22 280 908,93	-	22 280 908,93	-	22 280 908,93
Clientes	24 737 660,21	-	24 737 660,21	-	24 737 660,21
Caixa e equivalentes de caixa	3 865 865,26	-	3 865 865,26	-	3 865 865,26
Total do ativo	107 494 665,08	-	107 494 665,08	4 200 000,00	111 694 665,08
Financiamentos obtidos	-	187 875 960,29	187 875 960,29	-	187 875 960,29
Fornecedores	-	8 060 557,59	8 060 557,59	-	8 060 557,59
Outras contas a pagar	-	23 831 212,20	26 788 539,27	2 957 327,07	29 745 866,34
Total do passivo	-	219 767 730,08	222 725 057,15	2 957 327,07	225 682 384,22

8. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de “Outros ativos financeiros” deduzido de perdas por imparidade acumuladas, apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Não correntes:		
Partes de capital em empresas participadas	-	1 500,00
Títulos e outras aplicações financeiras	114 802,86	108 730,68
	114 802,86	110 230,68
Correntes:		
Depósitos a prazo	54 500 000,00	56 500 000,00
	54 614 802,86	56 610 230,68

Títulos e outras aplicações financeiras

Relativamente ao montante registado na rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras”, que ascendia a 114.803 euros, corresponde sobretudo a valores cativos à ordem dos tribunais (113.262 euros).

Depósitos a prazo

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica “Depósitos a prazo” no montante de 54.500.000,00 euros compreende na sua totalidade depósitos a prazo (56.500.000,00 euros em 2014) (Nota 4). Deste, o montante de 22.000.000 euros (12.500.000 euros em 2014) é constituído por depósitos que se qualificam como equivalentes de caixa e o montante de 32.500.000 euros (44.000.000 euros em 2014) como fluxos de investimento, para efeito da demonstração dos fluxos de caixa (Nota 4).

9. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2010 a 2015 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS (Nota 12 e Nota 27).

O gasto líquido com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do exercício	19 407 074,67	22 631 466,88
Ajustamentos a impostos correntes de exercícios anteriores	-	608 285,00
Excesso/Insuficiência da estimativa do exercício anterior	335 953,01	(448 328,44)
	19 743 027,68	22 791 423,44
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	(787 317,32)	(956 349,67)
	(787 317,32)	(956 349,67)
Gasto com impostos sobre o rendimento	18 955 710,36	21 835 073,77

A reconciliação do imposto do exercício em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	Notas	2015	2014
Resultado antes de impostos		66 092 996,99	75 872 545,92
Diferenças permanentes:			
Amortizações não aceites		4 876,83	4 876,83
Multas		1 692,96	1 078,48
Outros		114 466,04	(1 314 654,93)
		121 035,83	(1 308 699,62)
Diferenças temporárias:			
Efeito das alterações de vidas úteis na data de transição para as IFRS		-	2 051 674,46
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais		-	117 300,90
Efeito do desreconhecimento do direito de uso ilimitado		-	(4 260,06)
Amortizações não aceites		3 112 041,30	3 188 584,13
Imparidade		17 547,47	(1 117 899,50)
Diferença entre base contabilística e fiscal de ativos fixos		1 311 640,89	1 329 978,95
Provisões	18	(1 585 910,77)	(2 258 255,18)
Outros		(181 778,64)	(189 262,60)
		2 673 540,25	3 117 861,10
Lucro tributável		68 887 573,07	77 681 707,40
Imposto		14 466 390,34	17 866 792,70
Benefício fiscal (SIFIDE/CFEI)		(65 000,00)	(400 000,00)
Derrama		1 033 313,60	1 165 225,61
Derrama estadual		3 927 130,11	4 542 719,52
Tributações autónomas		45 240,61	65 014,05
Ajustamentos a exercícios anteriores		335 953,01	(448 328,44)
Total de imposto corrente e ajustamentos		19 743 027,67	22 791 423,44
Efeito de impostos diferidos no exercício		(787 317,32)	(956 349,67)
Total dos gastos do exercício		18 955 710,35	21 835 073,77
Taxa efetiva de imposto do exercício		29%	29%

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento do Estado para 2015 e que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% a 7%, tendo sido utilizada uma taxa média de 5,6%.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi como se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2015	2014	2015	2014
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	1 258 364,92	1 241 544,36	-	-
Em inventários	70 833,01	82 722,46	-	-
Responsabilidades por benefícios de reforma	-	95 545,31	-	-
Provisões	126 457,03	126 457,03	-	-
Reposição de proveitos tributados em anos anteriores (subsídios)	435 548,37	435 548,37	-	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	495 965,97	547 048,61	-	-
Reavaliações legais	-	-	5 971 919,14	6 340 510,72
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos Amortizáveis	-	-	16 805 862,24	17 677 748,76
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	-	13 551 255,69	13 551 255,69
Mais valias reinvestidas	-	-	43 563,07	44 933,55
Responsabilidades por benefícios de reforma	-	-	267 807,89	-
	2 387 169,30	2 528 866,14	36 640 408,03	37 614 448,72

	2015		2014	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	2 528 866,14	37 614 448,73	4 237 268,17	42 181 516,43
Efeito em resultados:				
Diferenças derivadas de perdas por imparidade:				
Em dívidas a receber	16 820,56	-	(335 369,85)	-
Em inventários	(11 889,45)	-	-	-
Responsabilidades por benefícios de reforma	(95 545,31)	-	(497 476,55)	-
Provisões	-	-	(180 000,00)	-
Reposição de proveitos tributados	-	-	-	-
Efeito de desconto da dívida da AdO e Município de Sintra	(51 082,64)	-	(56 778,78)	-
Diferenças entre base contabilística e base fiscal de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento:				
Reavaliações legais	-	(368 591,60)	-	(398 993,69)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Ativos amortizáveis	-	(871 886,52)	-	(953 750,79)
Reavaliações livres na data de transição para as IFRS - Terrenos	-	-	-	(21 074,71)
Mais valias reinvestidas	-	(1 370,46)	-	(1 463,05)
Efeito da alteração de vidas úteis em 2009	-	-	-	(615 502,34)
Responsabilidades por benefícios de reforma	-	267 807,89	-	-
Efeito da anulação das amortizações por quotas constantes anuais em 2009	-	-	-	(35 190,27)
	(141 696,84)	(974 040,69)	(1 069 625,18)	(2 025 974,85)
Efeito em resultados transitados:				
Efeito de alteração de taxa de imposto	-	-	(170 840,84)	(2 541 092,85)
Responsabilidades por benefícios de reforma	-	-	(467 936,01)	-
Imposto diferido dos terrenos	-	-	-	-
	-	-	(638 776,85)	(2 541 092,85)
Saldo final	2 387 169,30	36 640 408,04	2 528 866,14	37 614 448,73

10. Outros ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros ativos não correntes” apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Outros devedores	10 349 789,72	7 285 706,79
Ativos com planos de benefício definido (Nota 18)	3 865 000,00	4 200 000,00
	14 214 789,72	11 485 706,79

A rubrica “Outros devedores” é composta por dívidas a receber, com planos de pagamento que envolvem prazos superiores a 1 ano.

O montante total considerado em 2014, de 7.285.706,79 Euros (líquido da atualização da dívida no montante de 1.934.940,23 Euros), respeitava na sua totalidade à dívida das Águas do Oeste, em resultado da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer/Torres Vedras e Arruda dos Vinhos/ Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual a findar em 2033 (nota 27).

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo desta rubrica, nos montante de 10.349.789,72 euros inclui a dívida da LVT (transferida da ex-Águas do Oeste) referida no parágrafo anterior; no montante líquido de 6.765.444,04 euros, bem como um acordo de pagamento a 48 meses celebrado com a Aguas de Lisboa e Vale do Tejo, no montante de 3.128.265,84 euros, respeitante a dívida de valores mínimos anuais de água que eram da ex-Águas do Oeste (nota 27).

Está ainda considerado um acordo de transação celebrado com o Município de Mafra, igualmente a 48 meses e também respeitante a dívida de valores mínimos anuais de água, no valor de 456.079,84 euros.

O plano de reembolso a valores nominais da dívida acima referida, devido ao efeito do desconto, discrimina-se como se segue:

	2015	2014
Exigível entre 1 e 5 anos	5 588 723,40	2 205 317,97
Exigível a mais de 5 anos	6 514 233,26	7 015 329,05
	12 102 956,66	9 220 647,02
Efeito de desconto da dívida	(1 753 166,94)	(1 934 940,23)
	10 349 789,72	7 285 706,79

II. Inventários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2015			2014		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Mercadorias	191 110,76	(191 110,76)	-	233 419,60	(233 419,60)	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 047 787,67	(60 950,00)	986 837,67	1 050 449,34	(60 950,00)	989 499,34
	1 238 898,43	(252 060,76)	986 837,67	1 283 868,94	(294 369,60)	989 499,34

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação dos inventários de produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é detalhado conforme se segue:

	2015		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	233 419,60	1 050 449,34	1 283 868,94
Compras	-	2 227 349,00	2 227 349,00
Regularizações	(42 308,84)	3 513,99	(38 794,85)
Saldo final	(191 110,76)	(1 047 787,67)	(1 238 898,43)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	2 233 524,66	2 233 524,66
	2014		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	233 419,60	968 829,57	1 202 249,17
Compras	-	2 266 775,42	2 266 775,42
Regularizações	-	4 710,65	4 710,65
Saldo final	(233 419,60)	(1 050 449,34)	(1 283 868,94)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	2 189 866,30	2 189 866,30

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é detalhada conforme se segue:

2015			
	Saldo inicial	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	233 419,60	(42 308,84)	191 110,76
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60 950,00	-	60 950,00
	294 369,60	(42 308,84)	252 060,76

2014			
	Saldo inicial	Utilizações	Saldo final
Mercadorias	233 419,60	-	233 419,60
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	60 950,00	-	60 950,00
	294 369,60	-	294 369,60

12. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas “Clientes” e “Outras contas a receber” da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2015			2014		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes						
- Grupo (Nota 27)	9 166 805,73	-	9 166 805,73	6 815 009,55	-	6 815 009,55
- Não Grupo	15 307 017,89 (6 609 709,75)		8 697 308,14	24 021 616,98 (6 098 966,32)		17 922 650,66
	24 473 823,62 (6 609 709,75)		17 864 113,87	30 836 626,53 (6 098 966,32)		24 737 660,21
Outras contas a receber						
Pessoal	133 299,65	-	133 299,65	25 889,81	-	25 889,81
Devedores por acréscimos de rendimentos						
- Grupo (Nota 27)	2 273 034,12	-	2 273 034,12	4 248 281,77	-	4 248 281,77
- Não Grupo	9 093 162,52	-	9 093 162,52	9 525 015,98	-	9 525 015,98
Outros devedores						
- Grupo (Nota 27)	3 844 138,95	-	3 844 138,95	649 961,86	-	649 961,86
- IRC a recuperar	1 745 081,20	-	1 745 081,20	-	-	-
- Não Grupo	10 728 011,74 (450 788,47)		10 277 223,27	937 781,62 (391 728,90)		546 052,72
	27 816 728,18 (450 788,47)		27 365 939,71	15 386 931,04 (391 728,90)		14 995 202,14
	52 290 551,80 (7 060 498,22)		45 230 053,58	46 223 557,57 (6 490 695,22)		39 732 862,35

A EPAL inclui na sua faturação as taxas cobradas pela Câmara Municipal de Lisboa, as quais, após boa cobrança, são entregues ao Município. Com as novas taxas introduzidas em 2015, verifica-se um acréscimo significativo do valor em apreço, pelo que, e não sendo esta uma receita da EPAL, entendeu-se reclassificar o valor em dívida no final do ano para a conta de Outros Devedores (no quadro acima identificado como Outros Devedores – Não Grupo), sendo que em 2014 era apresentado na rubrica de Clientes (no quadro acima identificado com Clientes Não Grupo).

Em 2014 o valor em causa era de 4.181.851,81 euros e, em 2015, atingiu o montante total de 9.422.639,63 euros.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber, no montante de 558.064,63 euros (52.146,00 euros em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a totalidade da rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” nos montantes de 11.366.196,64 euros e 13.773.297,75 euros respetivamente, compreende, essencialmente, o acréscimo de rendimento relativo a água por faturar, nos montantes de 9.503.022,69 euros e 11.933.050,50 euros, respetivamente.

A antiguidade dos saldos por receber, de clientes e outros devedores, incluindo terceiros e partes relacionadas (Nota 27) em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como se segue:

2015								
	Não vencido	>60 dias	60 - 90 dias	90 - 180 dias	>180 dias	Subtotal	Imparidades	Total
Clientes	7 616 911,16	997 049,37	647 394,41	3 087 254,02	12 125 214,66	24 473 823,62	(6 609 709,75)	17 864 113,87
Outros devedores	14 374 368,39	10 318,19	68 957,45	1 456 731,12	406 856,74	16 317 231,89	(450 788,47)	15 866 443,42

2014								
	Não vencido	>60 dias	60 - 90 dias	90 - 180 dias	>180 dias	Subtotal	Imparidades	Total
Clientes	12 018 916,80	2 629 618,76	469 961,40	1 097 469,88	14 620 659,69	30 836 626,53	(6 098 966,32)	24 737 660,21
Outros devedores	877 231,98	19 905,16	14 098,08	36 011,26	640 497,00	1 587 743,48	(391 728,90)	1 196 014,58

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS.

A EPAL tem em 2015 um valor a receber da ADP, SGPS no montante de 1.745.081,20 euros respeitante a imposto sobre rendimento a recuperar, atendendo a que os pagamentos por conta efetuados no ano foram de valor superior ao necessário. Este valor encontra-se registado na rubrica de Outros Devedores.

13. Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Gastos diferidos com seguros	810 306,06	728 230,42
Gastos diferidos com manutenção e assistência técnica	782,09	5 629,57
Outros gastos diferidos	309 664,49	228 320,03
	1 120 752,64	962 180,02

14. Instrumentos de capital próprio

Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 30.000.000 ações com o valor nominal de cinco euros, cada, detido na totalidade pela AdP SGPS, SA.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a reserva legal ascendia a 30.000.000,00 euros.

Outras reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as outras reservas ascendiam a 22.171.377,45 euros, correspondiam inteiramente a reservas livres e não apresentaram qualquer movimento em ambos os exercícios económicos.

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 atribuídos aos acionistas ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 23 de março de 2015, a 29.720.609,68 euros. O seu pagamento ocorreu em abril de 2015.

Relativamente aos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração propõe que seja pago um montante de 25.858.322,98 euros. Estes dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, não tendo sido incluídos como passivo nas demonstrações financeiras anexas.

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor através de componentes do capital próprio, incluindo os da sua aplicação através do resultado líquido do exercício, apenas relevam para poderem ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhes deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso, no caso de ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa inclui na rubrica de resultados transitados incrementos decorrentes da aplicação do critério do justo valor dos ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento, e reavaliações realizadas em anos anteriores ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro

De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, os incrementos patrimoniais decorrentes desta reavaliação não são suscetíveis de distribuição aos acionistas enquanto não se encontrarem realizadas (por depreciação ou alienação), podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizado em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

O valor das reservas de reavaliação legais (bruto) ascende a 31 de dezembro de 2015 e 2014 a, aproximadamente, 338.178.152 euros e encontram-se incluídas no saldo da rubrica "Resultados transitados".

O detalhe dos custos históricos de aquisição dos ativos fixos tangíveis e das propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e correspondente incremento por via das reavaliações atrás indicadas (legais e livres), líquidas de depreciações acumuladas, é o que se segue:

	2015						
	Terrenos	Imposto diferido (Nota 9)	Subtotal	Ativos depreciáveis	Imposto diferido (Nota 9)	Subtotal	Total
Custos históricos, líquidos	16 769 063,00	-	16 769 063,00	391 144 485,00	-	391 144 485,00	407 913 548,00
Reavaliações legais, líquidas	32 992 766,00	-	32 992 766,00	53 127 999,00	(5 971 587,00)	47 156 412,00	80 149 178,00
Reavaliações livres, líquidas	63 799 778,00	(13 551 256,00)	50 248 522,00	59 804 013,00	(16 805 862,24)	42 998 150,76	93 246 672,76
Deemed cost, líquido	113 561 607,00	(13 551 256,00)	100 010 351,00	504 076 497,00	(22 777 449,24)	481 299 047,76	581 309 398,76

2014							
	Terrenos	Imposto diferido (Nota 9)	Subtotal	Ativos depreciáveis	Imposto diferido (Nota 9)	Subtotal	Total
Custos históricos líquidos	16 769 063,00	-	16 769 063,00	405 140 574,00	-	405 140 574,00	421 909 637,00
Reavaliações legais líquidas	32 992 766,00	-	32 992 766,00	56 407 101,00	(6 340 511,00)	50 066 590,00	83 059 356,00
Reavaliações livres líquidas	63 799 778,00	(13 551 256,00)	50 248 522,00	62 906 640,00	(17 677 749,00)	45 228 891,00	95 477 413,00
Deemed cost líquido	113 561 607,00	(13 551 256,00)	100 010 351,00	524 454 315,00	(24 018 260,00)	500 436 055,00	600 446 406,00

15. Passivos financeiros

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2015	2014
Fornecedores:		
Fornecedores - conta corrente		
- Grupo (Nota 27)	1 556 253,63	391 766,51
- Não grupo	4 804 391,73	5 791 949,50
Fornecedores - faturas em receção e conferência	40 301,08	52 822,51
Fornecedores de investimentos	1 893 606,80	1 824 019,07
	8 294 553,24	8 060 557,59
Outras contas a pagar:		
Outros credores:		
CML - Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)	11 943 360,68	13 235 746,76
CML - Tarifa Adicional (Portaria 309/84)	788 678,67	1 232 772,88
CML - Taxa Resíduos Urbanos	2 554 515,89	-
Credores diversos	32 657,74	650 814,92
Credores por acréscimos de gastos:		
Seguros a liquidar	169 594,34	137 719,00
Outros acréscimos de gastos		
- Grupo (Nota 27)	(222 407,75)	19 009,73
- Não grupo	1 698 805,35	2 009 432,66
Acionistas - outras operações (Nota 27)	-	6 545 716,25
Pessoal:		
Férias e subsídio de férias - EPAL	2 754 675,76	2 889 992,29
Férias e subsídio de férias - LVT	2 648 761,84	-
Outras dívidas ao pessoal	146 769,14	63 414,08
Diferimentos passivos	-	3 920,70
	22 515 411,66	26 788 539,27
	30 809 964,90	34 849 096,86

Constata-se em 2015 que houve um aumento do número de Taxas cobradas pela EPAL por conta da Câmara Municipal de Lisboa, pelo que o valor que consta nas Outras Contas a Pagar reflete a variação desse valor.

A rubrica “Férias e Subsídio de Férias” incluem no exercício de 2015 o valor a pagar em 2016 aos trabalhadores alocados à gestão delegada da EPAL na Aguas de Lisboa e Vale do Tejo. O valor das remunerações e respetivos encargos é imputado e faturado mensalmente à Aguas de Lisboa e Vale do Tejo, não influenciado economicamente as demonstrações financeiras da EPAL. O valor a ser liquidado aquando do pagamento efetivo do subsídio de férias é de 2.648.761 euros

A rubrica “Outros acréscimos de gastos” respeita, essencialmente, ao acréscimo de gastos para eletricidade no valor de 840.535,61 euros (1.501.337,88 euros em 2014).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos detalham-se, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, como segue:

	Entidade financiadora	2015			2014			Vencimento	Tipo de amortização
		Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado			
			Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente		
Instituições financeiras:									
Empréstimos bancários:									
Ao investimento - Empréstimos "EPAL II e III"	BEI	169 812 615,47	18 011 457,54	151 517 309,03	187 875 960,29	17 915 777,84	169 528 766,57	Entre 2017 e 2030	Semestral
Juros a liquidar		-	283 848,90	-	-	431 415,88	-		
		169 812 615,47	18 295 306,44	151 517 309,03	187 875 960,29	18 347 193,72	169 528 766,57		

Os empréstimos foram contraídos em euros e, no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, venciam juros de acordo com as seguintes periodicidades e regimes de taxa:

- 53,30% da dívida a taxa fixa, com juros pagos semestralmente; e
- 46,70% da dívida a taxa variável, com periodicidade de revisão da taxa de juro trimestral.

De acordo com o articulado do parágrafo 25 do IFRS 13, procede-se a divulgação do justo valor dos financiamentos junto do BEI negociados à taxa fixa. Neste caso correspondem aos cash-flows descontados utilizando a última taxa de juro indicada pelo BEI, o que constitui um nível de justo valor "2".

	2015		2014	
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Valor Contabilístico	Justo Valor
Financiamento BEI	169 812 615,47	145 577 026,25	187 444 544,41	147 110 141,94

Os financiamentos junto do BEI que estão sujeitos ao regime de taxa variável são sujeitos, no período de pagamento de juros, a revisão da taxa, de acordo com a taxa de referência em vigor nessa data.

De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura acionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o atual acionista deixar de ter o controlo da Empresa.

Os empréstimos têm ainda associadas garantias bancárias que visam cobrir o serviço de dívida (Nota 28).

A parcela classificada como não corrente em 31 de dezembro de 2015 e 2014, tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2015		2014	
	Capital	Juros	Capital	Juros
No prazo de 1 ano	18 295 306,44	2 679 345,55	18 347 193,72	2 679 345,55
Superior a 1 ano	151 517 309,03	16 433 720,06	169 528 766,57	16 433 720,06
	169 812 615,47	19 113 065,61	187 875 960,29	19 113 065,61

A EPAL não dispõe de qualquer linha de crédito ou outras, para além da mencionada.

16. Subsídios ao investimento

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os "Subsídios ao investimento" apresentavam a seguinte composição:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Rédito do exercício	Rédito acumulado	Rédito por reconhecer em 2015	Rédito por reconhecer em 2014
Subsídios relacionados com ativos:						
COMPART. TORRES/MAFRA	1 215 795,31	1 215 795,31	-	1 215 795,31	-	-
FEDER C.BODE	11 326 074,49	11 326 074,49	-	11 326 074,49	-	-
FEDER TORRES/MAFRA	3 698 332,02	3 698 332,02	-	3 698 332,02	-	-
COMPART. MAFRA 2ª FASE	216 801,06	216 801,06	4 927,32	137 964,72	78 836,34	83 763,66
FEDER TOMAR/T.NOVAS	5 684 191,67	5 684 191,67	106 960,56	3 758 901,16	1 925 290,51	2 032 251,07
COMPART. OURÉM	550 553,17	550 553,17	10 359,84	364 075,26	186 477,91	196 837,75
COMPART. T.NOVAS	435 314,68	435 314,68	8 191,44	287 869,40	147 445,28	155 636,72
COMPART. TOMAR	497 804,04	497 804,04	9 367,32	329 192,86	168 611,18	177 978,50
FEDER OURÉM/ ENTRONCAMENTO	3 027 720,39	3 027 720,39	56 973,24	2 002 201,95	1 025 518,44	1 082 491,68
COMPART. ENTRONCAMENTO	4 958,60	4 958,60	93,36	3 279,23	1 679,37	1 772,73
COMPART. V.N.BARQUINHA	72 725,64	72 725,64	1 443,72	43 852,15	28 873,49	30 317,21
FUNDO COESÃO ETA ASSEICEIRA	4 060 876,56	4 060 876,56	-	4 060 876,56	-	-
FEDER V.N.BARQUINHA/ CONSTÂNCIA	11 125 239,06	11 125 239,06	220 848,36	6 708 270,78	4 416 968,28	4 637 816,64
FUNDO COESÃO REDE DISTRIBUIÇÃO	7 635 576,47	7 635 576,47	63 629,76	6 490 239,62	1 145 336,85	1 208 966,61
FUNDO COESÃO V.F.XIRA/AER- OPORTO	912 876,57	912 876,57	-	912 876,57	-	-
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 1ªFASE	9 405 370,39	9 405 370,39	188 107,44	3 950 256,00	5 455 114,39	5 643 221,83
COMPART RESERVERTÓRIO PATRIARCAL	74 819,68	74 819,68	383,64	62 157,84	12 661,84	13 045,48
FUNDO COESÃO ADUTOR C.BODE 2ªFASE	22 472 816,68	22 472 816,68	449 456,40	8 989 126,32	13 483 690,36	13 933 146,76
SANTA MARGARIDA	274 338,84	274 338,84	5 486,76	109 735,38	164 603,46	170 090,22
MINDE/MIRA D'AIRES/BATALHA/ LEIRIA	4 472 788,99	4 472 788,99	107 190,96	2 221 777,54	2 251 011,45	2 358 202,41
COMPARTICIPAÇÃO CONSTÂNCIA	87 104,31	87 104,31	1 729,08	52 521,67	34 582,64	36 311,72
COMPARTICIPAÇÃO ALCANENA	139 940,94	139 940,94	3 353,76	69 513,12	70 427,82	73 781,58
COMPARTICIPAÇÃO PORTO DE MÓS	139 940,94	139 940,94	3 353,76	69 513,12	70 427,82	73 781,58
COMPARTICIPAÇÃO BATALHA	66 118,09	66 118,09	1 584,60	32 842,82	33 275,27	34 859,87
COMPARTICIPAÇÃO LEIRIA	66 118,09	66 118,09	1 584,60	32 842,82	33 275,27	34 859,87
PROJECTO SIURE	113 057,53	113 057,53	-	113 057,53	-	-
PROJECTO SPRINT	21 604,38	21 604,38	-	-	21 604,38	21 604,38
EDP	373 873,56	373 873,56	23 367,00	82 802,23	291 071,33	314 438,33
MINISTÉRIO DA SAUDE	375 060,98	375 060,98	7 583,76	23 383,26	351 677,72	359 261,48
	88 547 793,13	88 547 793,13	1 275 976,68	57 149 331,73	31 398 461,40	32 674 438,08

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os montantes registados como ganho do exercício foram os seguintes:

	2015	2014
Subsídios ao investimento	1 275 976,68	1 275 976,68
	1 275 976,68	1 275 976,68

17. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, consubstanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

Benefício pós-emprego – plano de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias para um fundo de pensões de contribuição definida. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições, tendo também sido facultada aos colaboradores abrangidos, a possibilidade de efetuarem contribuições próprias, de caráter voluntário.

As contribuições realizadas, durante os exercícios 2015 e 2014, ao abrigo do Plano de Contribuição Definida, foram as seguintes:

	2015	2014
Contribuições da Empresa	468 014,40	475 428,90
Contribuições dos colaboradores	20 412,10	19 659,90
	488 426,50	495 088,80

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ascendeu a 468.014,40 euros (475.428,90 euros em 2014) (Nota 22).

Benefícios pós-emprego – plano de benefícios definidos e pré-reformas

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas foi efetuada com referência a 31 de dezembro de 2015 por uma entidade externa independente. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e de pré-reformas, bem como o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projetada.

Desde 2008 que o plano de benefício definido se encontra fechado à admissão de novos trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os principais pressupostos adotados na avaliação atuarial foram os seguintes:

	2015	2014
Taxa de desconto	2,00%	2,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	1,25%	1,25%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	1,25%	1,25%
Idade normal de reforma (anos)	66	66

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica “Gastos com o pessoal”:

	2015	2014
Custo dos serviços correntes	138 000,00	166 000,00
Juro líquido	(13 000,00)	27 000,00
Total de gastos (Nota 22)	125 000,00	193 000,00

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, as responsabilidades líquidas por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

	2015	2014
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - com fundo	34 662 000,00	35 274 000,00
Justo valor dos ativos do fundo	38 527 000,00	39 474 000,00
Ativo com planos de benefícios definidos (Nota 10)	3 865 000,00	4 200 000,00
Valor presente da obrigação de benefícios definidos - sem fundo	2 912 000,00	4 540 000,00
Passivo com planos de benefícios definidos	2 912 000,00	4 540 000,00

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos ativos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo, a qual ascendia a 2.912.000,00 euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (4.540.000,00 euros em 2014).

Os movimentos no valor presente da obrigação e no justo valor dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são descritos conforme se segue:

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 janeiro 2014	41 365 000,00	(37 810 000,00)	3 555 000,00
Custo com pensões			
Custo serviço corrente	166 000,00	-	166 000,00
Juro líquido	1 191 000,00	(1 164 000,00)	27 000,00
Benefícios pagos	(4 056 000,00)	2 205 000,00	(1 851 000,00)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(735 000,00)	-	(735 000,00)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	1 989 000,00	-	1 989 000,00
(ganhos)/ perdas de rendimento	-	(2 705 000,00)	(2 705 000,00)
(ganhos)/ perdas de experiência	(106 000,00)	-	(106 000,00)
A 31 de dezembro 2014	39 814 000,00	(39 474 000,00)	340 000,00

	Passivo do plano	Justo valor dos ativos do plano	Total
A 1 janeiro 2015	39 814 000,00	(39 474 000,00)	340 000,00
Custo com pensões			
Custo serviço corrente	138 000,00	-	138 000,00
Juro líquido	947 000,00	(960 000,00)	(13 000,00)
Benefícios pagos	(3 777 000,00)	2 199 000,00	(1 578 000,00)
Reconhecimento imediato de ganhos e perdas			
Remensurações			
(ganhos)/perdas var. pressupostos demográficos	(786 000,00)	-	(786 000,00)
(ganhos)/perdas var. pressupostos financeiros	1 603 000,00	-	1 603 000,00
(ganhos)/ perdas de rendimento	-	(292 000,00)	(292 000,00)
(ganhos)/ perdas de experiência	(366 000,00)	-	(366 000,00)
A 31 de dezembro 2015	37 573 000,00	(38 527 000,00)	(954 000,00)

As principais categorias de ativos do fundo são detalhados conforme se segue:

	Justo Valor	
	2015	2014
Instrumentos de capital próprio	12 154 547,00	12 671 786,00
Instrumentos de dívida	23 257 541,00	23 514 803,00
Outros	3 114 912,00	3 287 411,00
	38 527 000,00	39 474 000,00

Com referência a 31 de dezembro de 2015, onde o nível mínimo de financiamento exigido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de acordo com a Norma n.º 21/96-R, de 5 de dezembro, atinge o valor de 183,5%, não se prevê qualquer contribuição a realizar pela EPAL para o Fundo de Pensões de Benefício Definido.

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos principais pressupostos é a seguinte:

Impacto na responsabilidade por benefício definido		
	Alteração nos pressupostos	Responsabilidade por benefício definido
Pressuposto		
Taxa de desconto	-0,3%	Aumento de 2,9%

O aumento das Responsabilidades em 2,9% corresponderia a uma variação nas responsabilidades em cerca de 1,0 milhão de euros, pelo que as mesmas aumentariam para cerca de 36,7 milhões de euros

A análise de sensibilidade apresentada foi apurada variando o pressuposto (taxa de desconto) e mantendo as restantes variáveis constantes. Na prática, este cenário é improvável, visto que as alterações em alguns pressupostos podem estar correlacionadas.

18. Provisões

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, é detalhada conforme se segue:

	2015				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	862 580,03	109 284,00	(101 585,30)	(13 500,00)	856 778,73
Acidentes de trabalho	81 702,55	-	(20 976,84)	-	60 725,71
Outras provisões - judiciais	449 999,78	-	-	-	449 999,78
	1 394 282,36	109 284,00	(122 562,14)	(13 500,00)	1 367 504,22
	2014				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Processos judiciais em curso	199 124,11	757 296,26	(93 840,34)	-	862 580,03
Acidentes de trabalho	114 442,40	-	(32 739,85)	-	81 702,55
Outras provisões - judiciais	1 049 999,78	-	(600 000,00)	-	449 999,78
	1 363 566,29	757 296,26	(726 580,19)	-	1 394 282,36

19. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	541 946,03	-	418 219,47
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	521 804,22	-	466 942,38
Contribuições para a Segurança Social	-	887 541,28	-	489 572,85
Fundos Compensação e Garantia do trabalho	-	7,35	-	-
Taxa de Recursos Hídricos	-	3 136 259,03	-	3 029 172,47
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	874 216,41	-	1 527 349,67	-
	874 216,41	5 087 557,91	1 527 349,67	4 403 907,17

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, pelo que a estimativa de imposto sobre o rendimento, deduzida de pagamentos por conta e retenções na fonte, passou a representar uma conta a receber à entidade AdP SGPS (Nota 12).

Em resultado da gestão delegada da EPAL na Aguas de Lisboa e Vale do Tejo, os valores a pagar em janeiro de 2016 das contribuições (IRS e Segurança Social) referentes a dezembro de 2015 encontram-se influenciadas pelos montantes respetivos dos recursos a imputar a essa empresa.

O valor da Taxa de Recursos Hídricos, respeitante aos montantes cobrados aos clientes da EPAL, será, de acordo com o previsto na Lei, liquidado à Agência Portuguesa do Ambiente no mês de fevereiro de 2016.

20. Rédito

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é detalhado conforme se segue:

	2015	2014
Venda de água e quota de serviço	142 630 073,01	140 856 301,08
Prestação de serviços	1 303 877,54	1 102 101,63
	143 933 950,55	141 958 402,71

21. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Eletricidade	10 344 090,50	9 921 394,13
Conservação e reparação	3 608 349,52	3 743 419,64
Trabalhos especializados	4 302 947,99	4 536 197,36
Comunicação	1 368 523,30	1 253 092,38
Seguros	803 741,86	866 214,41
Rendas e alugueres	1 077 918,19	1 047 812,46
Subcontratos	690 986,71	664 266,66
Vigilância e segurança	778 393,10	804 279,27
Publicidade e propaganda	258 855,20	321 913,53
Limpeza, higiene e conforto	400 477,36	459 463,94
Combustíveis	458 066,06	597 930,53
Outros fornecimentos e serviços externos	5 156 521,19	5 252 981,12
Capitalização	(362 529,19)	(387 148,64)
	28 886 341,79	29 081 816,79

Verificou-se uma redução global da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, apesar do aumento do custo da eletricidade:

- O aumento do custo global de Energia está relacionado com o incremento do consumo pois o custo unitário decresceu.
 - O crescimento de consumo deriva:
 - do aumento dos volumes (captados, elevados e tratados) em resultado do incremento nos volumes vendidos e no volume de água não faturada e
 - de um ligeiro aumento no consumo específico (explicado essencialmente pelo variação verificada na Captação de Castelo de Bode – em virtude da descida do nível médio da albufeira de Castelo de Bode).
- Trabalhos Especializados – a redução desta rubrica em cerca de 5% resultou essencialmente da redução do fee de gestão cobrado pelo acionista da Empresa, da redução dos custos com os serviços de impressão de faturas e com a otimização dos licenciamentos das aplicações informáticas da EPAL
- Conservação e Reparação – diminuição das intervenções corretivas na rede de distribuição de Lisboa

Os gastos capitalizados incluem na sua totalidade os valores da área de engenharia da empresa, respeitantes sobretudo à fiscalização interna exercida no controlo das obras adjudicadas pela EPAL.

22. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é detalhada conforme se segue:

	2015	2014
Remunerações dos órgãos sociais	344 769,93	250 774,10
Remunerações do pessoal	24 830 475,49	17 418 205,95
Benefícios pós-emprego		
Contribuição definida (Nota 17)	468 014,40	475 428,90
Benefício definido e pré-reformas (Nota 17)	125 000,00	193 000,00
Indemnizações	1 228 421,26	817 477,01
Encargos sobre remunerações	5 938 708,33	4 137 332,39
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	375 057,62	231 152,57
Gastos de ação social	1 525 731,82	1 314 038,57
Formação	97 924,94	129 943,75
Outros	78 630,98	46 001,35
Capitalização	(2 060 011,01)	(2 355 147,73)
Redebitos à AdLVT	(10 302 014,24)	-
	22 650 709,52	22 658 206,86

Devido à gestão delegada da EPAL na Aguas de Lisboa e Vale do Tejo, foram incorporados na Empresa, à data de 30 de junho de 2015, 860 trabalhadores da Aguas de Lisboa e Vale do Tejo. Contudo, e de acordo com o definido no modelo de relacionamento entre as entidades, o custo integral é debitado à Aguas de Lisboa e Vale do Tejo mensalmente, não afetando dessa forma, em termos económicos, a EPAL.

Assim, a demonstração de resultados da EPAL incorpora ao nível o valor total do processamento salarial de todos os seus trabalhadores, apresentando em sentido contrario o montante que foi imputado à Aguas de Lisboa e Vale do Tejo.

Desta forma, apresenta-se o número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa expurgando esses trabalhadores, pelo que em 31 de dezembro de 2015 e 2014, ascendia a 661 e 685 pessoas, respetivamente.

A variação apresentada resultou do estabelecimento de um programa de rescisões amigáveis de contratos de trabalho, não enquadrável como plano de reestruturação, que permitiu que a Empresa terminasse o ano com 661 trabalhadores, quando no final de 2014 o quadro de pessoal era de 675 trabalhadores, tendo gerado um valor de indemnizações de cerca de 1,2 milhões de euros.

O aumento dos gastos com Órgãos Sociais resulta do aumento de 2 elementos do Conselho de Administração, cujo mandato se iniciou em 30 de junho de 2015.

A informação relativa às remunerações auferidas e aos benefícios e demais regalias concedidos pela Empresa aos membros dos órgãos sociais está divulgada no capítulo VII-D do Relatório do Governo Societário.

23. Outros rendimentos e ganhos

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é conforme se segue:

	2015	2014
Rendimentos suplementares	3 598 555,89	2 327 403,28
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	80 111,52	12 095 149,05
Subsídios à exploração - de outras entidades	64 804,08	-
Ganhos em inventários	3 513,99	7 850,51
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	1 601,30
Diferenças de câmbio favoráveis	27,69	-
Outros	123 694,94	98 123,94
	3 870 708,11	14 530 128,08

A rubrica “Rendimentos Suplementares” que, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, ascende a 3.598.555,89 euros e 2.327.403,28 euros, respetivamente, compreende, essencialmente: (i) assistência técnica a terceiros relativa ao sistema informático Aquamatrix, no montante de 1.353.367,74 euros (1.315.632,33 Euros em 2014); e (ii) tarifa de saneamento, no montante de 1.085.283 euros (337.231 euros em 2014).

A rubrica de Rendimentos e Ganhos em Investimentos Não Financeiros contemplou em 2014 o reconhecimento do Terreno cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, aquando da execução do protocolo do ano de 1992 estabelecido com aquela autarquia, sendo portanto um evento não recorrente (Nota 6).

24. Outros gastos e perdas

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é conforme se segue:

	2015	2014
Impostos e taxas	1 255 415,18	957 789,97
Indemnizações por roturas	138 017,90	84 565,39
Donativos	39 275,83	119 012,98
Quotizações	48 107,56	55 466,50
Outros	65 099,21	81 769,21
	1 545 915,68	1 298 604,05

A rubrica “impostos e taxas” inclui essencialmente taxas sobre a qualidade da água, bem como taxas cobradas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) no valor de 941.963,62 euros em 2015 e 925.354,02 euros em 2014.

25. Depreciações

A composição da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é conforme se segue:

	2015	2014
Ativos fixos tangíveis (Nota 5)	25 199 024,95	24 914 686,50
Propriedades de investimento (Nota 6)	94 779,07	94 779,10
	25 293 804,02	25 009 465,60

26. Juros e outros rendimentos e gastos similares

Os juros, e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são detalhados conforme se segue:

	2015	2014
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito	584 655,41	1 510 212,82
Outros	58 593,92	25 980,21
Outros rendimentos similares	138 662,80	252 690,44
	781 912,13	1 788 883,47

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são detalhados conforme se segue:

	2015	2014
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	2 301 617,53	2 999 853,68
Outros financiamentos	347 682,79	327 429,92
	2 649 300,32	3 327 283,60

27. Partes relacionadas

A Empresa é detida em 100% pela entidade AdP SGPS, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas nessa mesma entidade.

Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2015

	Tipo de relação	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	Empresa mãe	-	539,00	-	2 279 269,46
AdP Serviços	Empresa do grupo	2 877,85	1 803,40	-	859 862,84
Aquasis	Empresa do grupo	-	-	-	249 512,28
Águas do Algarve	Empresa do grupo	-	89 885,56	-	-
Águas S. André	Empresa do grupo	381,78	23 315,09	-	-
Águas da Região de Aveiro	Empresa do grupo	-	150 268,44	42 049,43	-
Valorsul	Empresa do grupo	13 281,62	-	-	-
Águas Públicas do Alentejo	Empresa do grupo	-	12 125,51	-	-
Águas do Centro Litoral	Empresa do grupo	-	5 495,48	-	262,50
Águas do Norte	Empresa do grupo	-	85 368,51	-	352,50
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	Empresa do grupo	9 962 181,21	39 469,47	(43 115,84)	990,00
		9 978 722,46	408 270,46	(1 066,41)	3 390 249,58

Os montantes registados em vendas e prestações de serviços dizem respeito essencialmente à venda de água, bem como a prestações de serviços de gestão comercial (Aquamatrix).

As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à EPAL, e respeitam essencialmente à aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação, serviços de engenharia, marketing e comunicação, compras e apoio geral, serviços jurídicos e recursos humanos.

Transações com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2014

	Tipo de relação	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Ganhos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	Empresa mãe	-	491,50	19 985,54	2 486 301,64
AdP Serviços	Empresa do grupo	2 617,89	865,00	-	876 463,76
Aquasis	Empresa do grupo	-	-	-	720,00
Águas de Trás-os-Montes	Empresa do grupo	-	1 580,00	-	-
Águas do Douro e Paiva	Empresa do grupo	-	980,00	-	-
Simria	Empresa do grupo	-	945,00	-	-
Águas do Zêzere e Côa	Empresa do grupo	-	635,00	-	-
Águas do Centro	Empresa do grupo	697 754,10	5 270,14	-	-
Simlis	Empresa do grupo	-	945,00	-	-
Águas do Oeste	Empresa do grupo	10 954 046,80	720,00	28 294,96	-
Sanest	Empresa do grupo	-	675,00	-	-
Simtejo	Empresa do grupo	1 13 233,13	671,16	-	-
Águas do Norte Alentejano	Empresa do grupo	-	240,00	-	-
Águas do Centro Alentejano	Empresa do grupo	-	910,00	-	-
Simarsul	Empresa do grupo	-	635,00	-	-
Águas do Mondego	Empresa do grupo	571,30	1 580,00	-	-
Águas do Algarve	Empresa do grupo	4 699,63	103 780,32	-	-
Águas do Noroeste	Empresa do grupo	-	1 830,55	-	-
Simdouro	Empresa do grupo	-	1 410,00	-	-
Águas S. André	Empresa do grupo	-	20 313,06	-	-
Águas da Região de Aveiro	Empresa do grupo	-	149 892,24	-	-
Valorsul	Empresa do grupo	10 466,81	-	-	-
		11 783 389,66	294 368,97	48 280,50	3 363 485,40

Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2015

	Clientes (Nota 12)	Fornecedores (Nota 15)	Outros Devedores (Notas 10 e 12)	Acréscimo de rendimentos (Nota 12)	Acréscimo de gastos (Nota 15)	Outras contas a receber (Nota 12)
AdP SGPS	-	765 876,09	459,00	-	(259 949,85)	1 745 081,20
AdP Serviços	3 025,23	702 086,00	-	-	37 542,10	-
Aquasis	-	88 291,54	-	-	-	-
Águas do Algarve	-	-	77 531,51	-	-	-
Águas S. André	-	-	2 132,96	1 608,98	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	76 262,75	390 324,71	-	-
Valorsul	-	-	-	-	-	-
Águas Públicas do Alentejo	-	-	10 756,63	-	-	-
Águas do Centro Litoral	-	-	959,40	-	-	-
Águas do Norte	-	-	49 332,29	7 970,40	-	-
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	9 163 780,50	-	12 469 341,25	1 873 130,03	-	-
	9 166 805,73	1 556 253,63	12 686 775,79	2 273 034,12	(222 407,75)	1 745 081,20

Com efeitos a partir de 2010, a Empresa passou a ser tributada através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado fiscal agregado apurado na entidade AdP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada entidade é registada nas suas demonstrações financeiras com base nos seus resultados fiscais, representando uma conta a pagar ou a receber da entidade AdP SGPS (Nota 12).

A EPAL tem em 2015 um valor a receber da ADP, SGPS no montante de 1.745.081,20 euros respeitante a imposto sobre rendimento a recuperar, atendendo a que os pagamentos por conta efetuados no ano foram de valor superior ao necessário.

Saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2014:

	Clientes (Nota 12)	Fornecedores (Nota 15)	Outros Devedores (Notas 10 e 12)	Acréscimo de rendimentos (Nota 12)	Acréscimo de gastos (Nota 15)	Outras contas a pagar (Nota 15)
AdP SGPS		284 002,00	20 216,54	-	12 001,97	6 545 716,25
AdP Serviços	701,48	52 599,46	475,20	-	7 007,76	-
Aquasis	-	55 165,05	-	-	-	-
Águas de Trás-os-Montes	-	-	1 353,00	-	-	-
Águas do Douro e Paiva	-	-	1 205,40	-	-	-
Simria	-	-	571,95	-	-	-
Águas do Zêzere e Côa	-	-	485,85	-	-	-
Águas do Centro	57 063,52	-	4 366,50	-	-	-
Simlis	-	-	867,15	-	-	-
Águas do Oeste	6 726 255,59	-	9 520 800,52	4 046 545,57	-	-
Sanest	-	-	633,45	-	-	-
Simtejo	29 664,14	-	381,30	-	-	-
Águas do Norte Alentejano	-	-	295,20	-	-	-
Águas do Centro Alentejano	-	-	752,80	-	-	-
Simarsul	-	-	781,05	-	-	-
Águas do Mondego	702,70	-	1 281,70	-	-	-
Águas do Algarve	622,12	-	32 816,50	-	-	-
Águas do Noroeste	-	-	1 121,89	683,10	-	-
Simdouro	-	-	1 291,50	-	-	-
Águas S. André	-	-	3 326,06	1 605,26	-	-
Águas da Região de Aveiro	-	-	76 644,05	198 647,84	-	-
Valorsul	-	-	-	800,00	-	-
	6 815 009,55	391 766,51	9 669 667,61	4 248 281,77	19 009,73	6 545 716,25

O Conselho de Administração da Empresa foi avaliado como parte relacionada e as remunerações pagas são divulgadas no Relatório do Governo Societário.

28. Passivos contingentes e garantias prestadas

Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2015	2014
Banco Europeu de Investimento (Nota 15)	169 528 766,57	165 722 313,58
Tribunais	5 175 899,89	5 175 899,89
Outros	325 028,22	325 028,22
	175 029 694,68	171 223 241,69

O aumento das responsabilidades por garantias prestadas, no âmbito dos financiamentos junto do BEI, resulta do fato de esta entidade apenas aceitar a substituição das garantias prestadas pelas entidades financeiras por garantias prestadas pelo Estado, atendendo que o rating dos bancos fica aquém do mínimo atualmente exigível pelo BEI. Essa alteração leva a que a base de incidência deixe de ser o serviço da dívida anual e passe a ser considerado o capital em dívida no início de cada período.

29. Resultado por ação

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foi determinado conforme segue:

	2015	2014
Resultados:		
Resultado Líquido do exercício	47 137 286,63	54 037 472,15
Número de ações		
Número médio ponderado de ações em circulação	30 000 000	30 000 000
Resultado por ação básico	1,57	1,80
Resultado por ação diluído	1,57	1,80

30. Informação sobre matérias ambientais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não se encontra reconhecida nem divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Empresa que não existem, a estas datas, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

Confirma-se igualmente que, para os exercícios apresentados, não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de caráter ambiental.

31. Eventos subsequentes

A Administração da EPAL, não tem conhecimento, em 16 de março de 2016, data da aprovação destas contas, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

O Diretor Financeiro e Contabilista Certificado
Marcos Levi Santinho de Faria Miguel

O Conselho de Administração
José Manuel Leitão Sardinha
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria do Rosário Mayoral Robles Machado Simões Ventura
Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado
José António Afonso Calmeiro

Relatório
e Parecer
do Fiscal
único

Relatório e Parecer do Fiscal único



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) a Demonstração da posição financeira, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a informação prestada no Relatório de gestão e no Relatório de governo societário cumpre, em termos gerais, com o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado. A informação constante no Relatório de gestão, que contém um capítulo individualizado sobre o cumprimento das orientações legais, observando o modelo previsto no Anexo I do Ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças com a referência DSPE/DAA/SA, releva adequadamente o cumprimento ou não das mesmas, designadamente no que respeita às medidas de redução remuneratória. Adicionalmente, conforme consta igualmente no Relatório de gestão, o cumprimento das seguintes orientações legais será divulgado pelo acionista único da Empresa: (i) gestão do risco financeiro; (ii) plano de redução de custos; (iii) redução do número de efetivos e de cargos dirigentes; (iv) princípio da unidade de tesouraria; e (v) limites ao endividamento.

Relativamente ao Relatório de governo societário, o mesmo inclui os elementos previstos na Secção II (Práticas de Bom Governo) do Capítulo II do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, estando o modelo adotado em conformidade com as orientações definidas pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial previstas no “Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário 2015”.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inserita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

v) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

24 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.





Certificação

Legal das

Contas

Certificação Legal das Contas



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 857.126.138,46 euros e um total de capital próprio de 579.097.626,52 euros, incluindo um resultado líquido de 47.137.286,63 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwce.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inserida na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

24 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

